



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

LUCAS AURELIANO DE SOUZA ESTEVES

**A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA
NA REVISTA ROLLING STONE BRASIL**

Salvador

2009

LUCAS AURELIANO DE SOUZA ESTEVES

**A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA
NA REVISTA ROLLING STONE BRASIL**

Monografia apresentada em cumprimento às exigências do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

Orientadora: Prof. Dra. Itania Maria Mota Gomes

Salvador

2009

AGRADECIMENTOS

Os mais importantes agradecimentos vão à minha família, que mesmo sabendo da demora na conclusão deste trabalho e – especialmente – da conclusão do curso de jornalismo da Universidade Federal da Bahia e dos motivos desta demora, não se apressou em tirar conclusões precipitadas e seguiu me apoiando e incentivando a caminhada, especialmente à minha mãe, Telma Souza. Em seguida, agradeço a paciência e a doçura dispensadas a mim pela orientadora deste trabalho, Prof^a Dra Itânia Maria Mota Gomes, que mesmo diante dos momentos em que eu mesmo fui incapaz de acreditar que seria capaz de alcançar o final da confecção da tarefa, me excedendo em prazos e interesse, nunca foi intolerante ou se recusou a ajudar. Pela disponibilidade e por acreditar em mim, agradeço sempre.

Este trabalho encerra um momento e começa outro por diversos motivos, muitos deles profissionais e de carreira. Por isto, agradeço a três pessoas fundamentais neste sentido: Luciana Moherdauí e Aurélio Nunes, meus mestres, pela chance, pelos muitos ensinamentos e por terem me permitido o privilégio de escolher trabalhar com o que eu tenho paixão. E a Renata Schindler, colega de profissão, amiga de escola, e responsável por acreditar em mim em primeiríssima instância, me concedendo a possibilidade de descobrir um fascinante mundo novo que eu não sabia que existia chamado redação de jornal.

Agradeço a todos os veículos de comunicação que me permitiram aprender mais na profissão de jornalista, às leituras de infância que, já dentro da universidade, tornaram à memória e me fizeram lembrar que ser jornalista para contar histórias e prestar serviço era um sonho não-identificado desde a tenra idade, e à Universidade Federal da Bahia pela oportunidade de conhecer novos referenciais culturais e pessoas fascinantes que continuam comigo.

Por último, agradeço a todos os amigos que permaneceram e que acreditaram que eu seria capaz de terminar esta monografia, em especial àqueles que precisaram me aguardar superar esta etapa para que voltássemos às atividades normais compartilhadas da vida.

RESUMO

O presente trabalho busca responder ao questionamento da possibilidade da versão brasileira da revista Rolling Stone conseguir apresentar, em suas páginas, uma identidade brasileira apesar de ser uma filial de publicação norte-americana tida como um dos grandes medalhões da imprensa mundial. Apesar da promessa dos editores da versão brasileira, seria possível em um tempo em que as noções de nacionalidade e limites territoriais estão cada vez mais diluída, é possível haver um produto midiático que trouxesse a “brasilidade” em si? Para isto, buscaremos alguns conceitos de autores brasileiros e estrangeiros relacionados aos estudos culturais e que tratam das identidades para analisar como a problemática está sendo abordada nos últimos anos e confrontá-los com a análise direta de volumes da revista.

Palavras-chave: Rolling Stone, Brasil, identidade nacional, estudos culturais, hibridação, cultura-mundo, consumo, cultura pop

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 – DA IDENTIDADE À IDENTIDADE NACIONAL	9
1.1 – Identidades nacionais e globalização	12
1.2 – Hibridação.....	16
1.3 – Consumo que leva à cidadania: a cultura-mundo	19
2 – A AMÉRICA LATINA E O BRASIL NO PROCESSO	22
2.1 – Interpretando e construindo o “brasileiro”	25
2.2 – Identidades e realidades imaginadas: A nacionalidade e.....	39
3 – COMO ANALISAR A ROLLING STONE BRASIL?	42
3.1 – O que é a Rolling Stone?	45
3.2 – Rolling Stone Brasil.....	47
3.3 – Como a RS se relaciona com seu leitor e que identidade	49
3.4 – Oito edições em detalhes	50
3.4.1 – RS 01.....	50
3.4.2 – RS 02.....	59
3.4.3 – RS 03.....	65
3.4.4 – RS 04.....	71
3.5 – Um ano e meio depois: RS 20 a 23.....	79
3.5.1 – RS 20.....	80
3.5.2 – RS 21.....	85
3.5.3 – RS 22.....	90
3.5.4 – RS 23.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
Qual a identidade nacional brasileira da Rolling Stone Brasil?.... Erro! Indicador não definido.	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104

INTRODUÇÃO

Em outubro de 2006, as bancas de jornais e revistas em todo o Brasil foram surpreendidas com a chegada ao mercado da versão brasileira do clássico do jornalismo cultural norte-americano, a revista Rolling Stone. A revista já havia sido editada em terras nacionais nos anos 70, mas teve poucas edições e rapidamente foi cancelada, mas esta não parecia ser uma possibilidade diante do ímpeto dos novos editores a toparem o desafio de editar no Brasil uma publicação com tanta tradição. Alinhada com o estilo de texto do volume estadunidense, a versão nacional prometia, no entanto, trazer aos leitores uma revista “genuinamente nacional”. Ao passo em que também traria traduções de matérias e reportagens estrangeiras, a Rolling Stone brasileira traria uma carga de Brasil que faria com que os leitores tivessem certeza que aquela publicação falava de sua terra, de seus costumes e pensamentos. Ao lerem a Rolling Stone, também teriam uma leitura de um Brasil com identidade.

Neste trabalho, tentarei responder ao questionamento da possibilidade dos jornalistas que fazem a RS Brasil de fato alcançarem seu objetivo. De que identidade se trata aquela que é retratada nas páginas da revista? Existe ou já existiu uma “identidade nacional” brasileira? Como fazer para explicitá-la em textos jornalísticos? Como ela aparece nos textos? Que tipo de relação a revista termina estabelecendo com seu público a partir de sua montagem, seus artigos e sua visão de mundo? Para isto, um caminho dentro dos estudos culturais que trataram da questão da identidade do homem e dos povos será percorrido para, a partir desta retomada de pensamentos, aplicar as reflexões de conceitos desenvolvidos por estudiosos referenciais em análises do conteúdo exposto nas páginas da própria revista. A aplicação destes conceitos será feita dentro da análise de dois momentos diferentes de sua vida nas bancas do Brasil. A partir do confronto entre o que existe na discussão acadêmica quanto à problemática das identidades, poderemos talvez compreender se os arquitetos da Rolling Stone Brasil conseguiram dar a seus leitores uma identidade brasileira mesmo sob o nome de um ícone cultural de outro país, fortemente identificado com a história da sua cultura nos últimos 40 anos.

Na primeira parte do trabalho, alguns trabalhos-chave desenvolvidos nas últimas décadas serão resgatados para que uma visão razoável sobre como estudiosos ligados à questão das identidades no mundo enxergam o tema seja possível. Posteriormente, um breve passeio sobre como foram desenvolvidos correspondentes deste pensamento focados na realidade da América Latina e do Brasil será feito, para que assim possa se

fechar uma série de conceitos que permitam a possibilidade de chegarmos próximos de uma idéia do que pode vir a ser a identidade nacional e identidade nacional brasileira nos tempos atuais.

A segunda parte procurará analisar e ressaltar detalhes em oito edições da Rolling Stone Brasil separadas em momentos distintos de suas publicações. O primeiro dará conta de seus quatro primeiros volumes, buscando suas características originais e como houve a relação entre as matérias publicadas para que a apresentação de uma identidade em cada volume ocorresse. O segundo refletirá sobre um período com pouco mais de um ano e meio de distância do início da publicação, compreendendo os números de 20 a 23, quando haveria uma possibilidade de mudanças na estrutura da revista em busca de uma “fórmula” para o sucesso das aspirações dos jornalistas. Após o confronto destes dois paradigmas, espero chegar perto de uma resposta sobre o que de fato foi produzido nas páginas da revista e se temos uma Rolling Stone “genuinamente brasileira”.

Neste ponto, se faz necessário um esclarecimento pessoal. Apesar da opção pela análise de um primeiro momento da publicação da revista - que mais tarde será revelado com mais detalhes – compreendido entre as edições 1 e 4, a declaração que gerou a motivação inicial em desenvolver este trabalho foi publicada, curiosamente, na edição número 5 da Rolling Stone, que data de fevereiro de 2007. No editorial da revista, intitulado “Aqui é Brasil”, o diretor da revista, Ricardo Franca Cruz, reflete sobre o fato de a filial brasileira da Rolling Stone precisar o tempo inteiro afirmar se pode mesmo ou não ostentar o título da revista que carrega frente aos desafios que escolhe. Para reclamar desta exigência, o jornalista acrescenta que “como se ainda não fosse responsabilidade o suficiente, ainda temos de fazer uma revista genuinamente brasileira”. Esta frase despertou a curiosidade. Haverá mesmo algum esforço de fazer a Rolling Stone Brasil uma revista “genuinamente brasileira”? Como cumprir esta promessa?

Diante de uma publicação até então desconhecida para mim, estudar esta possibilidade pareceu uma boa maneira de acionar uma discussão relacionada a nação que me atrai como estudante desde tempos atrás em outros assuntos que não o jornalismo cultural, mas que neste exemplo específico pareceu totalmente adequada. Ao longo da análise, outras pistas de promessa deste objetivo de ter uma revista brasileira surgiram, mas será que o objetivo seria cumprido? O desafio seria ir mais a fundo na publicação para confirmar ou desmentir a possibilidade.

Uma vez que o desenvolvimento da temática da identidade no campo teórico é uma das discussões mais efervescentes em diversos campos do estudo humano diante da inevitabilidade da globalização, a inserção de um objeto do jornalismo cultural nesta temática parece mesmo adequado. Entretanto, as conclusões do trabalho são absolutamente passíveis de questionamento e refletem minhas aspirações de leitor interessado em jornalismo que aborda fortemente a temática da cultura pop e, em especial, tem como o ponto de partida para isso a abordagem com relação à música. Além disso, a prática diária profissional com o jornalismo aguça a curiosidade, uma vez que o estilo de escrita, identificado com a vertente conhecida dos profissionais da área como “new journalism”, traz uma forma de narrativa diversa à imprensa convencional, em que traz ao leitor mais que pura informação, mesmo se a discussão ou desdobramento sobre as características, alcance e motivações do new journalism em nenhum momento entrem neste trabalho. Sendo um veículo que vai além do relato jornalístico típico, com opinião e utilizando de recursos literários de maneira sistemática, a revista concorre a discutir o tema de uma maneira que nenhuma outra publicação do gênero ainda fez no Brasil. Entretanto, pode também perder a chance de fazê-lo.

1 – DA IDENTIDADE À IDENTIDADE NACIONAL

Anterior a qualquer análise sobre o caráter final da publicação como o elemento nacional se apresenta nas páginas da Rolling Stone Brasil e na atuação seus autores, editores e publicadores, está uma discussão sobre o caminho que a noção de identidade tem percorrido nos estudos contemporâneos. Acredito que, ao percorrer estes caminhos e, ao menos parcialmente, conseguirmos compreender quais são os pensamentos dos principais pesquisadores que ocuparam seus esforços intelectuais em investigar as identidades e outros conceitos, será possível alcançar uma análise melhor fundamentada e respaldada sobre o que se busca conhecer em um olhar mais atento sobre a publicação.

Desde a inauguração dos Estudos Culturais ingleses, nos anos 1950 com Richard Hoggart, Edward Thompson e Raymond Williams, esta vertente teórica se preocupou em discutir o problema das identidades dos sujeitos, fossem elas nacionais, de classe ou gênero ou culturais. O desenvolvimento dos Estudos Culturais possibilitou a estes intelectuais irem cada vez mais adiante no problema da formação das identidades, e individualizá-lo junto a cada realidade específica. Muitos deles inclusive estiveram ligados aos Estudos Culturais sem mesmo professá-los aberta e conscientemente, como o caso do árabe Edward Said, que escreveu sobre as identidades como um oriental radicado nos Estados Unidos. Já outros, como Stuart Hall, um jamaicano na Inglaterra, e Néstor Garcia-Canclini, argentino que viajou por toda a América Latina desenvolvendo suas teorias, muito contribuíram para a discussão utilizando-se de suas experiências pessoas em diversos locais.

Apesar dos diferentes locais onde os estudiosos estabeleceram suas bases e a diversidade na qual exibiram suas investigações em geral ao longo de suas bibliografias autorais, uma preocupação parece estar presente no pensamento de todos eles, inclusive daqueles incontáveis e igualmente importantes que não citamos no parágrafo anterior: a sensação de que as identidades tal qual imaginamos não existem mais. Afinal, ainda nos consideramos sujeitos autônomos e centrados, atribuindo-nos a nós mesmos uma série de adjetivos e identificações que, juntos, parecem nos dar uma sensação, ou um passaporte, de diferenciação entre outros seres, e a partir do micro passando ao macro, confrontando vizinhanças, bairros, cidades, estados, países, continentes e assim por diante. Geralmente sempre em uma progressão lógica que nos faz sentir como parte de algo que está rigidamente estruturado em uma ordem que nos suplanta, nos ultrapassa e submete. A identidade e o sujeito, no entanto, não são – ou aparentemente nunca foram

- da maneira que idilicamente imaginamos que foram ou como às vezes somos levados a sentir e pensar que são. Em última análise, vivemos uma época de crise de identidade. Esta crise, sobretudo, está alinhada ao irremediável processo de encontros culturais que particularmente experimentamos em nosso tempo: a possibilidade de conviver cotidianamente com o diferente em termos de humano. O contato freqüente e facilitado com culturas radicalmente diferentes da nossa, com pessoas que vêm de outros lugares e que se instalam no apartamento ao lado, com a possibilidade de conhecer produtos e manifestações longínquas em nossa própria cidade ou em seus locais de práticas originais dadas, por exemplo, as facilidades de transporte ou de acesso a produtos industrializados que contêm “culturas” diversas. O contato freqüente com estes “outros”, ao passo em que estabelecemos um paralelo com nossos próprios “eus” diariamente, aumentando nosso repertório cultural em geral, tem feito o homem repensar suas noções que cultivava sobre si mesmo, ora apenas ocidental ou oriental, homem ou mulher, pertencente a uma nação ou outra, identificado com um punhado de pensamentos e relacionando-se com pessoas que pensam como ele. Atualmente, somos providos de pensamentos diversos que chegam por diversas fontes e que nos fazem assumir identidades diversas a partir do momento que vivemos, onde vivemos e com quem vivemos, tornando cada vez mais difícil, senão impossível, determinar qual a nossa verdadeira identidade. Afinal, nosso mundo pós-moderno não permite mais que encenemos apenas uma identidade o tempo inteiro, sob pena de não conseguirmos ser atores dinâmicos no jogo social atual das cidades e da sociedade, entre os cidadãos e a cultura.

As identidades, enfim, ainda existem. E, exatamente por isto é que se colocam na atualidade como múltiplas. Stuart Hall, em seu livro “A Identidade Cultural na pós-Modernidade”, conseguiu exprimir com propriedade termo que melhor parece estar disponível para classificar o fenômeno atualmente: descentramento. Deslocando e fragmentando as identidades, a pós-modernidade faz com que sejamos sujeitos múltiplos em uma vida que nos exige respostas diferentes a situações diversas, sempre em jogo com as múltiplas identidades que possuímos e que se apresentam diante de nós cotidianamente, em um processo até então inédito na história da humanidade. O deslocamento dos sujeitos, como aponta Hall, é um fenômeno duplo: advém da perda do referencial original tanto de si mesmo quanto do cultural e social, nos fazendo abalar a idéia de que somos sujeitos integrados (Hall, 1998, pág 9). Para explicar melhor o processo, Hall propõe a investigação primeira de concepções triplas de identidade a

partir dos sujeitos que analisa terem sido conhecidos pela sociedade ocidental: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno, categoria em que nos incluimos atualmente.

O autor explica o sujeito iluminista como centrado, individualista, unificado e plenamente dotado e usuário de sua razão para explicar e interagir com o mundo. Foi a primeira noção de pessoa uma desgarrada das tradições e estruturas que constroem o desenvolvimento livre do homem social. No Iluminismo, foi criado o indivíduo que era capaz de ser “soberano”, especialmente depois de movimentos como o protestantismo, que libertaram o homem da ditadura de Deus instituída pela Igreja, posicionando-o em relação direta com o Divino, o que colocou o homem no centro de todo o universo. Desta noção surgiu o centramento original do sujeito iluminista, agora oficialmente arguto, científico e com o mundo inteiro diante de si para ser explorado e transformado.

Entretanto, o crescimento da complexidade das nações, que passou a ocorrer depois que a “libertação” do homem possibilitou também a evolução do convívio e das relações sociais. Isto atingiu a vida econômica da sociedade européia e, por meio do pensamento liberal que criou o capitalismo em escala intercontinental, o sujeito também passou a ser cada vez mais complexo, integrado às grandes massas e às leis que eram sistematicamente criadas para dar conta destas interações entre homens também igualmente complexos inseridos nas então democracias modernas, com direitos e deveres para todos. Além disso, a descoberta da sociologia, criando outras opções para as análises sociais, e especialmente da psicologia, trazendo à tona questões do subconsciente e de processos mentais até então desconhecidas, traçou um perfil de externalização do interno e internalização do externo, dando à luz ao sujeito sociológico. A relação que a sociologia propôs, porém, era insuficiente para a sociedade que se apresentaria a partir do meio do século XX com a intensa industrialização dos grandes centros. A partir deste período, o homem confrontado como pano-de-fundo das imensas e impessoais metrópoles conheceu o modernismo, o ponto de partida do descentramento dos sujeitos iluminista e sociológico.

Para Hall, foram cinco os motivos que levaram ao descentramento do sujeito contidos nas experiências sociais e culturais do Século XX, mesmo que algumas delas com raízes no século imediatamente anterior. O *marxismo*, que com suas interpretações tomadas por intelectuais do século anterior, teria deslocado as noções de que existe uma essência universal do homem e que ele estava, na verdade, sujeito a questões sociais que formavam sua personalidade e seu modo de agir entre os indivíduos; as *teorias de*

Sigmund Freud, que dizia que nossa personalidade e modo de agir advinham de estruturas inconscientes que, conseqüentemente, nos faziam “imaginar” nossa identidade, duelavam com a lógica racional cartesiana; as *teorias lingüísticas de Ferdinand de Saussure*, afirmando que nossa linguagem não nos pertence e sim, nos precede, e ao ser desta forma, atua como uma interação social e surge em relação com o outro, com significados que o são porque estão em contato com o que não são; os *estudos sociais de Michel Foucault*, que por meio das teorias do “poder disciplinar” mostra uma construção de manutenção da ordem social fazendo com que o todo se individualize em cada um para que o status quo seja mantido de forma surda; e o *feminismo* como forma de inserir não apenas questões desafiadoras ao pensamento social em sim, mas colocar as mulheres, gays e outras minorias também como parte importante do processo de pensar a humanidade, além de criar a noção de “uma identidade para cada movimento, teriam sido os golpes mais certos no sujeito sociológico produzidos pelo século XX.

1.1 – Identidades nacionais e globalização

No centro de toda a análise feita por Hall em seu livro está a idéia de que, provavelmente, nada disto teria jamais acontecido caso nunca tivesse havido um processo que, ao começar séculos atrás, mudou toda a nossa noção de nos relacionar com o outro e com nós mesmos: a globalização. Apesar de “globalização” em si ser um processo que é aceito como iniciado no século XX, anteriormente já tínhamos rascunhos do que viria a acontecer no futuro, como a chegada de povos que migravam de suas áreas originais a locais distantes em busca de oportunidades, desde, por exemplo, a Roma Antiga, ou as invasões bárbaras, a Grécia clássica ou a expansão ultramarina das nações européias. Nesta época, o trânsito de pessoas e povos na terra obrigou os moradores de diversas partes do mundo a entrar em contato com o outro, o que produziu um processo de complexificação cada vez maior das identidades em todos os lugares civilizados, lançando as bases de uma globalização. Com as revoluções técnicas e comunicacionais desenvolvidas ao longo do tempo, consolidou-se um processo em que todos estão ligados com todos de certa maneira e que, ao compartilharem valores e culturas, seria possível que assumíssemos identidades diversas a partir do momento

necessário. Mas o que são estas *identidades* e como elas operam neste complexo sistema?

Acredito que se faz necessário esclarecer que o problema das identidades reside no fato de que, em verdade, são elas um fenômeno predominantemente de imaginação – como anteriormente frisou Hall ao nos expor os argumentos freudianos -, pois apesar de elas não existirem de fato em nosso sangue ou traços genéticos, pensamos nelas como se fossem de fato reais e palpáveis, parte de nossa natureza essencial (Hall, 1998, pág 47), algum arranjo, ao qual ele pode até não dar um nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar (Scruton, 1986, pág 156). Não nascemos com nossas identidades, pois elas se dão no plano da *representação*, e a identidade nacional decorre exatamente pela coleção de representações típicas que imaginamos estarem contidas em um território limitado e que foram repetidas por nossos antepassados e figuras culturais ao longo do tempo. Este processo encaixou em nossas mentes a idéia de que partilhamos códigos intrínsecos que não são partilhados por outras pessoas de outros países, que da mesma forma professam outros imaginários apenas delas próprias, e que os levam a diferenciar-se dos outros e assim por diante. Cada qual em seu sistema de representação cultural (Hall, 1998, pág. 49), sua comunidade simbólica que produz uma unidade nunca verdadeira de fato. Esta realidade é sempre imaginada e, por isto mesmo, tomada como real.

Dos grandes “benefícios” trazidos pela criação da idéia de *nação* estão a possibilidade de unificar um idioma, sistemas de educação comum e a homogeneização de pensamento e representações que mais facilmente individualizam grupos de pessoas e regiões que, histórica e praticamente, são bem diferentes em outros aspectos mais profundos e que, por este motivo, são desprezados em favor do bem maior nacional. Esta coisa comum que todas as pessoas que partilham de uma *nação* está imortalizada nas narrativas passadas até nós por nossos antecessores, que contam nossa origem e todos os percalços percorridos para que nosso bem comum fizesse sentido, inclusive antes de nossa vida e fadado a persistir após nossa morte. Somam-se a ela, também, mitos de fundação de um povo, as tradições relativas a esta prática nacional coletiva, sejam elas recentes ou de fato históricas, a rememoração das raças que o compõem, e o apego à originalidade de cada nação, para o qual cada uma poderia “voltar” ao perceber as agressões a seus costumes ou tentativas de desembaralhá-la, o momento em que cada uma foi superior ou gloriosa, sua pureza como acima de todas as outras. Tudo isto, no

final de um processo, produz um desejo comum de viver em conjunto e de defender este ideal, cerrado em fronteiras inscritas em um mapa.

Os benefícios citados anteriormente foram conseguidos em nome de uma unificação, de uma hegemonia cultural, que visou em verdade eliminar as diferenças de povos que, em geral, foram formados a partir da supressão de diversas culturas e maneiras de pensar postas unidas em um território comum, além de terem um forte apelo masculino, austero e moralizador. Estes povos também derivam, em geral, segundo Hall, de uma repressão praticada por um povo, ou uma nação, que subjuguou outros em um processo de colonização ou de anexação de territórios, que em outros tempos tiveram configurações muito diferentes e hoje se apresentam de tal forma muito devido às pressões exercidas de homogeneização em busca da eliminação das diversidades em nome de um projeto nacional.

Toda esta supressão em prol do unificado pode ser reunida no conceito de *etnia*, o que sabemos ser, na verdade, ser um mito. Antes mesmo de estar em contato com o processo moderno de globalização, este que experimentamos diariamente nos mais diversos aspectos, temos uma totalidade de nações no mundo que são híbridos culturais, tanto em crenças e práticas como em raças, por estarem impregnadas de influências diversas formadas após séculos de história e convivência. Afinal, mesmo com todos os esforços, sabemos que a idéia de identidade nacional não consegue eliminar as diferenças, mas apenas maquiá-las para que possam ser usadas pelo discurso dominante. Esta condição, apesar disto, estará sempre à mercê da explosão do reaparecimento do que é diverso em cada uma delas, o que nos lembra de nossa heterogeneidade.

A globalização, contudo, tem provocado nas noções clássicas de identidade e identidade nacional – em especial – uma crise a partir de nosso cada vez mais constante contato com o diverso que vem de todas as partes do mundo, o que nos dá noções de que compartilhamos de muito mais identidades do que poderíamos conceber. Descobrimos que podemos ser indivíduos diversos nas mais diversas ocasiões, concepção até então sem correspondente na história do homem. Desta maneira, as nações e a imaginação de nossa unidade se torna cada vez mais fragilizada, aparentemente enfraquecida por este movimento. E o principal responsável por este movimento de confusão de identidades dentro do fenômeno globalizante é o mercado de estilos trazido pelas mídias internacionais, o que nos faz conhecer meios de vida, pensamentos, produtos, roupas, ideologias, manifestações e outras particularidades de lugares diversos ao preço do investimento monetário. Nas palavras de Hall, o

“supermercado cultural” que temos disponível diante de nós que promove a mediação que a vida social sofre atualmente faz com que as identidades dos sujeitos pareçam cada dia mais frouxas, passíveis de migração, desvinculadas de tempo e espaço, nos dando uma sensação de que podemos escolher qual daquelas nos agradam em determinados momentos, ainda que elas não sejam exatamente as que partilhamos em nosso imaginário tradicional, o que aprendemos na escola, em conversas com nossos pais e avós, o que há nos livros de história e em algumas campanhas que dizem que partilhamos da mesma essência cravada no solo. Resumindo este fenômeno, Hall nos diz que

No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a *identidade*, ficam reduzidas a uma espécie de *língua franca* internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno é conhecido como “homogeneização cultural” (HALL, 1998, p. 75).

Para resistir a isso, o homem engendra uma relação inevitável entre o que é local e o que surge diante dele como global, vindo de todos os lugares, mas também de lugar algum. Há os dois lados da moeda, como o das particularidades de cada local sendo massacradas pelo que surge como padrão enviado das grandes nações que exportam seus produtos e pensamentos culturais. Mas também atua uma resistência e fortalecimento do que não se pode, não se consegue ou não se deixa misturar, ou mudar, ou sumir. Além disso, também temos as contribuições que muitas destas influências trazem, como o aumento de nosso repertório que nos faz sermos, cada vez mais, cidadãos do mundo sem ao menos deixar a cidade em que moramos, criando novas identificações “globais” e locais”, o principal jogo das identidades na realidade pós-moderna. Sem contar que, apesar da inevitabilidade do processo de globalização do mundo civilizado, ele não acontece de forma homogênea e há localidades que, de tão atrasadas ou excluídas do processo em tempos anteriores, não há nelas tantas influências e ainda se pode sentir e ver uma resistência de tradições à “moda antiga” não por consciência, mas por ignorância da tendência mundial, assim como também não podemos classificar que a influência parte igualmente de todos os pontos, confundindo “emissores” e receptores” deste processo. Afinal, o processo de globalização é, em suma, um fenômeno ocidental, em que esta parte da civilização tenta impor sua forma de vida diante das outras localidades. Há também que ressaltar que talvez fosse mais adequado classificar como “ocidente” exatamente as nações economicamente mais

desenvolvidas e que detém a capacidade predominante de exercer influência cultural junto às outras, o que nos leva a listar mais eficazmente Europa, Estados Unidos e, também, o Japão, mas este como um agente econômico de fato e também área já demasiadamente ocidentalizada a ponto de reproduzir com eficiência certos paradigmas de “colonização” a partir da ferramenta do mercado.

Este encontro, portanto, entre centro e periferia, que ocorria já em outros tempos, se dá agora de maneira diversa, uma vez que ocorre mais intensamente, mas ainda em relações parecidas pesadas na balança, com muito mais elementos sendo “aceitos” do que “trocados”, o que também termina gerando, em contradição, a fascinação com o que é diferente, o exótico, e esta faceta passa a ser cultivada apesar da fantasia do intocado imaginada pelo ocidente seja exatamente falsa, posto que desde sempre a “periferia” esteve aberta, forçosamente ou não, ao que vinha de fora, especialmente de suas metrópoles em períodos coloniais.

1.2 – Híbridação

Um dos pesquisadores que mais se debruçou sobre esta questão das trocas praticadas entre os agentes da globalização a partir da cultura foi Néstor Garcia-Canclini. É deste pesquisador argentino um dos principais conceitos que ajudam os estudiosos da atualidade a desvendar os fenômenos que ocorrem quando as influências mútuas passam a acometer os indivíduos de todo o planeta durante o processo de deslocamento dos sujeitos: a híbridação.

O termo surgiu como uma revolução nos estudos culturais ao reverem as questões de relação entre global e local sem que houvesse a polarização entre conceitos anteriores, como antigo e moderno, popular e erudito, mas admitindo que há algo entre estas concepções que é próprio de nossos tempos, apesar de já estar entre nós há séculos, mas sem a devida atenção, ou talvez sem paralelo com nosso processo atual, o que justificaria a admissão ampla da classificação de Canclini. Entretanto, o autor deixa claro que híbridação não significa exatamente fusão, como o termo pode deixar equívoco sem uma explicação devida do conceito, mas que contém em si tantos conflitos que é impossível uma transformação em algo “novo” sem que haja resistências de todos os lados, e não-necessariamente eliminando a possibilidade de vários novos produtos surgirem a partir do encontro de diferentes experiências e visões de mundo.

Objetivamente, para Canclini, hibridação é uma coleção de “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (2001, p. 19).

Obviamente, as estruturas discretas citadas pelo autor não são exatamente puras, uma vez que já foi ressaltado anteriormente por Hall que as culturas e povos que circulam pelo planeta atualmente não são puros, tendo sido já há algum tempo resultados de outras hibridações, sem que haja alguma “pureza” inserida no processo que possa, porventura, tentar críticos a classificar o processo de hibridação como destruidor da “pureza cultural” de uma ou outra etnia ou região. O processo causa exatamente este deslocamento em direção ao híbrido, o que no processo final é parecido ao que ocorreu, por exemplo, no momento em que povos de todas as partes da Europa e Ásia adentraram o Império Romano, alterando a si mesmos e aos soberanos do continente ao trazer para dentro dos muros da civilização outros paradigmas, ou quando portugueses e espanhóis invadiram a América Latina trazendo uma cultura que chocou-se com outra violentamente e que resultou em povos com suas muitas particularidades. A hibridação é uma continuação deste processo, mas em uma escala cada vez maior, geral, inescapável e cada vez mais rápida devido aos instrumentos de que dispomos na modernidade. É, em resumo, a idéia proposta por Brian Stross dos “ciclos de hibridação”, que ocorrem com mais ou menos força a depender da época e dos agentes envolvidos, mas sempre permitindo que nenhum deles seja totalmente “puro” ou totalmente “heterogêneo”, uma vez que o processo não se finda.

Canclini reconhece que o termo acaba por englobar muitas tendências de misturas que podem causar equivocidade ao pensar o conceito da hibridização, posto que religião, música, artes plásticas, lingüística, gastronomia e até mesmo biologia podem apossar-se do conceito em análises que não necessariamente possam estar associadas à discussão que a hibridação trouxe especificamente aos Estudos Culturais, as esclarece que a teoria advém exatamente desta variedade de sentidos e campos de estudo, ressaltando que para compreendermos melhor o processo em sua inteireza e em suas particularidades em cada local seria preciso um esforço coordenado de diversas disciplinas em compreender as manifestações das culturas híbridas e até mesmo daquilo que não se pode, não se consegue ou não se deixa hibridizar. Como afirma Ortiz,

Importa, no entanto, entender que essas culturas possuem suas próprias centralidades, diversas e antagônicas ao etnocentrismo ocidental. Bárbaro é o que escapa dos limites geográficos e cosmológicos de sua compreensão. Se é verdade que o Ocidente cristão, por meio de sua superioridade militar e econômica, consegue penetrar na América e na África, desarticulando as concepções de mundo dos povos primitivos, ou destruindo impérios como o asteca e inca, na Ásia, ele se depara com filosofias universais que se contrapõem à sua hegemonia cultural (ORTIZ, 2006, p. 39)

Desta forma, poderemos perceber que o objeto de estudos não é a hibridação em si, mas os processos de hibridação, o que acontece durante as mudanças, as tomadas de discursos, absorção de novos paradigmas e influências e o diálogo entre estas “linguagens” que são reconvertidas em novos significados, que trazem um pouco de cada parte envolvida e também algo derivado de si próprio, um novo a partir do velho, em um diálogo que não cessa neste momento e que terá ecos em diversos campos, desde sociais a artísticos, biológicos a políticos.

Ao observar a relatividade que a noção de identidade assume diante da presença do híbrido, cada vez mais generalizada, Canclini propõe descolar não só o conceito da identidade como também a discussão tradicional acerca do tema, que foi exposta anteriormente, levando em consideração tanto as instituições tradicionais, com as etnias e nações, quanto os conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais e as novas formas de segmentação resultantes da apropriação de repertórios resultante da interação de todos estes grupos. Assim, poderemos achar uma boa maneira de, além de afirmar se existem ou não identidades auto-suficientes, conhecer formas de situar-se em meio à heterogeneidade e entender como se produzem as hibridações (CANCLINI, 2008, pág. 24).

Estes estudos, entretanto, não poderiam apenas se contentar em descrever processos e experiências diversas em locais onde os diferentes se encontram e provocam hibridações. Para fugir desta generalização, conceitos outros tais como sincretismo, criouliização e mestiçagem também contribuem para o processo, além de ajudar-nos a situar a transformação através do contato e da troca nas condições de poder e hierarquização inevitavelmente contidas nos jogos em curso no mercado global de culturas.

1.3 – Consumo que leva à cidadania: a cultura-mundo

Nestor Garcia Canclini contribui ainda com mais noções para a discussão sobre a questão identitária ao longo de seus estudos sobre a questão quando posta especialmente em paralelo com a cultura. Para ele, mercado de culturas é apenas uma das expressões que pode ser colocada entre as possibilidades relativas à globalização nos dias de hoje. Ao passo em que tudo está ao alcance das mãos por meio da relação financeira entre as pessoas, os serviços e o mundo, Canclini descreve em um trabalho descrito no livro “Consumidores e Cidadãos” impressões sobre como a maneira como ocorre a interação entre os homens e o mundo em geral atualmente se dá por meio do consumo. Dos lugares que freqüentamos às roupas que usamos e alimentos que consumimos, tudo se torna uma maneira de haver a formação da personalidade, identidade e o estabelecimento do pertencimento do indivíduo a este ou aquele grupo específico. Isto, em prática especialmente pelos jovens, que conhecem hoje uma outra relação interpessoal e com o mundo que os cerca, acabou tornando-se a principal maneira com que as pessoas estabelecem a atuação de sua figura pessoal junto à sociedade, o que faz com que o consumo, em última análise, seja avaliado como a nova cidadania na realidade pós-moderna.

Neste estudo, Canclini nos mostra que, com o descrédito das instituições políticas nas civilizações ocidentais e a crescente sensação de que os direitos iguais não existem mais ou sequer chegaram a existir,

“homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertença e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens ou de meios de comunicação de massa do que pelas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos.” (CANCLINI, 2008, p. 29)

Se até a atuação política migra predominantemente para os espaços mediados por veículos, apenas o que se torna acessível para a população são os meios de consumo, os quais temos a liberdade de usar na medida em que achamos necessária, saudável, esclarecedora ou da forma que seja, submetida ao julgamento individual de cada um. Esta forma de vida, em instância mais à frente, estaria inclusive configurando nossas identidades não pelo desenvolvimento histórico ou enfrentamento com gerações anteriores, mas sim pelo consumo, pelas idéias e atitudes trazidas ou reveladas por estes produtos aos quais temos “livre” acesso. O consumo de

determinados bens, ao passo em que constrói e viabiliza nosso conhecimento sobre o mundo e como encaramos a nós mesmos, pode determinar a pertença a este ou aquele grupo identitário, social, étnico ou até mesmo nacional.

Este processo vem em curso desde a primeira metade do século segundo o autor, época na qual a influência social que o rádio e o cinema tinham nas civilizações mundiais como maneira de relatar as “realidades” representadas pelos autores, histórias e também pelas notícias do mundo que corriam por meio das vozes dos locutores. As informações trazidas por estes meios corriam o mundo, e cada vez mais compartilhavam este repertório cultural que aparecia ao mesmo tempo novo, fascinante e revolucionário por colocar as sociedades em contato com o que, virtualmente, acontecia naquele momento nos grandes centros. Esta relação passou a se ampliar ainda mais depois que as relações políticas conflitantes nos anos 80 foram arrefecendo entre Estados adversários e as trocas econômicas e sociais passaram a acontecer globalmente com mais intensidade. Com a continuidade da compartilha dos referenciais culturais, políticos e sociais, aos poucos o que fazia sentido em termos de identidade – nacional, cultural, de gênero, partidária – foi passando a ser questionado em suas validades definitivas. Somos apenas um? Já fomos apenas um? Por que me sinto próximo de pessoas que nunca vi e estão a milhares de quilômetros e sequer falam a minha língua? O que é ser brasileiro, americano, japonês ou europeu? Assim, passamos a cada vez mais, professar uma cultura e uma identidade que estão sintonizadas com referenciais que não dependem de locais ou espaços específicos para serem postas em prática. Nossa identidade é uma identidade "poliglota, multi-étnica, migrante, feita com elementos mesclados de várias culturas" (CANCLINI, 2008, p. 13). É uma “cultura-mundo”.

Na cultura-mundo, o híbrido da realidade pós-moderna é capaz de se sentir parte do que deseja ser a partir de seus gostos, preferências, orientações e crenças sem precisar sequer atuar dentro de seu território para alcançar este objetivo. Suas tribos, lugares que frequenta, músicas que ouve, notícias que escolhe ler e pessoas que conhece estão sempre relacionadas com uma forma de atuar no mundo baseada no consumo. Com as novas tecnologias disponíveis a partir dos avanços da era da globalização, esse consumo se torna basicamente generalizado, pois a partir do momento em que usamos o serviço da internet, por exemplo, podemos entrar em contato com a cultura produzida pelo mundo inteiro e, ainda que esta não conviva em nossas ruas ou necessariamente se expresse em nossa língua materna – pois falamos tantas outras -, somos capazes de nos sentir identificados com aquelas manifestações, as quais acessamos ao entrarmos em

contato com aquele mundo mas sem via de regra sermos incapazes de nos desconectar de uma realidade para outra de acordo com nossa vontade. Desta maneira, usando as conclusões de Canclini sobre as relações entre cidadania e consumo, atuamos em busca de aumentar nosso conhecimento sobre as coisas que nos agradam e podemos usar inclusive estes meios de comunicação – pelos quais pagamos – para almejarmos uma mudança em nossa realidade física em busca de mais contato com referenciais diversos, ou mudanças políticas que possam promover nosso bem-estar ou nossa condição de cidadãos bem-informados sobre a realidade da cidade, do país e do mundo, participando aparentemente de forma ativa no processo histórico.

2 – A AMÉRICA LATINA E O BRASIL NO PROCESSO

Como já citado, o processo de globalização fere e reconstrói as noções de identidade e identidade nacional de maneira desigual pelo globo. Na América Latina, ele também ocorre com suas próprias características dado as circunstâncias históricas e sociais vividas unicamente na região, e que fazem com que a confusão de identificações ganhe contornos que merecem atenção especial devido às coincidências mais frequentes que ausentes no processo das várias nações que compartilham o continente. Esta superação do descritivo também alerta os pesquisadores e interessados no tema para que não deixem escapar que a hibridação, tal qual outros fenômenos sociais atuais ou antigos, também tem seu caráter negativo, e para que isto seja minimizado, seria de bom tom desenvolver, como sugeriu o autor Antonio Cornejo Polar, estratégias de como “entrar e sair” da modernidade, fugindo do tom puramente celebrativo que o termo pode suscitar.

Desta maneira, poderemos entender o papel de cada sujeito nesta questão, de como é possível estar em um lugar e falar a partir de tantos com propriedade e saltando entre discursos, sem, no entanto, misturá-los. Algo esquizofrênico, mas recorrente, aceitável e, até certo ponto, desejável como repertório social e cultural, desde que vivamos em aceitação de um processo de interculturalidade, e não uma multiculturalidade que contenha resquícios de segregação e constranja o curso das interações. A crítica à hibridação incluiria, portanto, a consciência de que existem coisas que não aderem ao conceito e que ele também não apenas não é capaz de eliminar as desigualdades como também pode criar novas segregações.

As complexas discussões e classificações sobre as identidades de regiões, etnias e países assume contornos ainda mais drásticos ao inserirmos a balança a questão das formações nacionais dos países da América Latina. Para autores preocupados com a questão, como o próprio Canclini, Barbero, Renato Ortiz, Octavio Paz e José Cabrujas, um resumo da questão latino-americana seria uma inevitabilidade de ter se desenvolvido paralelamente a acontecimentos ocorridos nas metrópoles européias sem um projeto específico, pulando etapas sociais, filosóficas, lingüísticas, educacionais e, enfim, de um modernismo exuberante com uma modernização deficiente (CANCLINI, 2008, p. 67). Estes processos se deram especialmente por conta de ossos processos de colonização, promovidos por nações européias decadentes (Portugal e Espanha, especialmente), que ao nos prenderem a dogmas como o pensamento contra-reformista da Igreja Católica e

outros ares de modernização social e rompimentos com estruturas seculares atrasaram nossa entrada na modernidade, inaugurada apenas com a independência de cada uma das nações. As ondas de conhecimento e de atualização para com o ritmo das outras nações deu-se em um curto espaço de tempo de um ou dois séculos, em que a expansão do capitalismo, o letramento de parte da população, a chegada de políticas mais progressistas, como a democracia, a industrialização e, especialmente, o crescimento urbano, “atualizaram” nossa percepção com a simultaneidade do processo internacional.

Mas a velocidade com que as coisas aconteceram, e em especial pelas etapas históricas de desenvolvimento natural saltadas, como a criação de um hábito nacional de leitura, dificultaram o processo latino-americano. O exemplo é eficaz para descrever a questão, uma vez que a falta de uma história do *ler* no continente, evoluindo ao longo dos séculos como um fato e costume social arraigado nas sociedades, impediu que se formasse um público, e que este fizesse de sua numerosidade uma possibilidade de criação de um mercado rentável que alimentasse tanto a existência de escritores quanto a de público interessado em obras. A chegada pura e simples das letras dificultou a educação dos povos, desacostumados ao sistema e lutando para adaptar-se a ele de forma tão repentina e inexplicável, o que se reflete, por exemplo, ainda em nossos dias com a dificuldade de fazer os jovens latino-americanos a se interessarem pela literatura, seja de sua própria região ou internacional. Este foi um dos motivos que impediu uma maior culturalização da área, que amargava mais da metade da população completamente analfabeta ainda nos anos de 1920, enquanto os índices da Europa oscilavam em 85 e 90%. Em resumo, temos um continente em que as tradições ainda não se foram e a modernidade não terminou de chegar, um local onde poderes oblíquos misturam instituições liberais e hábitos autoritários, movimentos sociais democráticos e regimes paternalistas (CANCLINI, 2008, p. 19). Como, portanto, interpretar uma história em que a modernidade da economia não é capaz de fazer frente à modernidade cultural, e em que esta modernidade parece ter chegado “pronta” das metrópoles, sem que tenhamos nós mesmos passado por nossa própria revolução industrial e, com a mudança das idéias, substituindo as tradições e do antigo de acordo com o aumento da educação e culturalização do povo? Como interpretar nossa história híbrida?

Está sedimentado no imaginário da região a eterna dualidade entre o novo e o antigo, o culto e o popular, o que explica muitas vezes a convivência sem maiores problemas de artesanatos indígenas em salas com os mais modernos aparelhos eletrônicos, ou líderes políticos de visão progressista, mas que ainda se apegam a graves

tradições católicas ou familiares no que diz respeito a família e condutas sociais. Para Ortiz, as nações modernas assim o são porque foram conduzidas por todo este processo econômico e social ao longo dos séculos que permitiu que seu imaginário aceitasse progressivamente esta noção de desterritorialização e rearticulação do tecido social, criando uma sociedade organizada racionalmente. Em suma, em torno da noção de igualdade criada pela chegada das idéias liberais trazidas pela expansão capitalista, o que permitiu a eliminação da escravidão, a adoção de rígidas estruturas de lei e obediência a elas. Na América Latina, no entanto, a continuidade de políticas nesta região que desconheceu a evolução do pensamento aliado à da economia permitiu que pudéssemos conviver com os regimes escravocratas enquanto assinávamos declarações de direitos humanos, como da constituição brasileira de 1824, tal qual aponta Roberto Schwarz. A época, com as inevitabilidades da chegada do capitalismo de livre-concorrência e com a tradição dos criados, engendrou a criação também dos homens livres, o que permitia ao regime professar duas formas de atuação econômica: a escravocrata e a do *favor*, na que o homem desprovido de dono e necessitado de sustento atua em nome de quem lhe traga uma relação de troca, de estima, de relação. Entretanto, continuava-se a importar estas idéias liberais e a aplicá-las, mesmo quando o bojo da organização social não permitiria que elas florescessem da melhor forma possível. Este é apenas um exemplo da capacidade latino-americana de falar de modernidade e professar um cotidiano que, ao olhar-se de longe, pode até ser entendido como moderno, mas incapaz de realmente sê-lo por completo devido às deficiências de nossos sistemas, a profunda desigualdade entre os indivíduos, que começa no plano intelectual e se espalha para o político, social, econômico, a falta de estruturas políticas sólidas, a falta de desenvolvimento intelectual com base no racionalismo – fase esta que não vivemos –, que gerou a conduta da convivência democrática e a evolução social, coesão social, culturas políticas defasadas – ainda convivemos com resquícios de regimes ditatoriais e em alguns países governantes se aproximam perigosamente destes. Com tudo isto, não é raro que nos surja, depois de uma reflexão semelhante, uma pergunta aceitável sobre a situação: “O que terá dado errado?”

Uma compreensão da América Latina para pensá-la de maneira pós-moderna seria não eliminar esta fase de contradições em que o continente apostou em noções que não exatamente lhe deram respostas para quanto o alinhamento com as nações em que nos espelhamos e as tradições que não conseguimos abandonar, mas confrontar estes dois paradigmas, entender que parte de tais processos estiveram na predominância do

jogo político-social-econômico para que soubéssemos como relativizar ambos e criar um modo de vida particular, em que é possível distinguir particularidades inéditas em outras partes do mundo.

2.1 – Interpretando e construindo o “brasileiro”

Historicamente, a análise dos intelectuais brasileiros sobre este nativo que habita o Brasil tem se mostrado “mutante”, variável de acordo com o que se procurava atestar nas determinadas épocas sobre o povo do país e nossa relação com o mundo. A partir do momento em que fomos incapazes de definir o que somos por sermos uma categoria de híbridos a vagar pelo mundo, apesar de inscritos em uma fronteira política e geograficamente definida, a realidade e a identidade brasileira são imaginadas de formas diversas ao longo da vida acadêmica brasileira até que um formato aparentemente predominante no inconsciente coletivo se estabeleça e, de uma maneira ou de outra, continue a se reproduzir. Muito deste conhecimento imaginado e representado pelos intelectuais permanece em nosso cotidiano, mesmo com a globalização a nos trazer diferentes paradigmas para deixar nossa noção de identidade e noção brasileiras ainda mais em xeque.

De acordo com os estudos empreendidos por Renato Ortiz presentes no livro “Cultura Brasileira & Identidade Nacional”, a problemática em busca de uma resposta quanto à questão da identidade no Brasil é antiga e data do século XIX, em que os primeiros intelectuais brasileiros interessados no tema realizassem obras nas quais expressavam interesse em entender as particularidades relativas às características no povo e um conceito para a organização coletiva brasileira, além de motivos para que isto ocorresse. Este desejo surgiu a partir da certeza de que éramos, de fato, dessemelhantes em relação aos outros países, em especial aos mais desenvolvidos, uma vez que a constatação de uma identidade se faz possível por meio do contraponto com o que não se é, o diferente, o exterior. Entretanto, o especial em relação a esta busca ocorreu para que se solucionasse algo que incomodava estes pensadores: uma suposta “cópia” das idéias e culturas da metrópole, uma importação de culturas dos países centrais e que causavam uma alienação de nossa própria cultura. Esta busca reuniu pesquisadores ao longo do tempo e ocorre até hoje em busca de formular respostas para essas questões, e especialmente, nas décadas mais recentes, contribuiu para que o atual

conceito de identidade nacional brasileira o qual paira no ar e que acreditamos compartilhar no imaginário da população de todo o país fosse forjado, em especial depois dos anos 1960.

Para o autor, os interesses da criação deste conceito estão ligados ao uso da cultura de forma política, sujeito a interesses relativos à unificação do discurso nacional que reinterpreta o popular para que o próprio estado brasileiro se construa com força e capacidade de liderança. No discurso de Ortiz, falar de cultura brasileira é falar de relações de poder. Não só relações entre o estado e seus comandados, os órgãos da máquina e as pessoas que os operam ou são operadas por ele, mas também de grupos intelectuais que lutam para que sua visão do Brasil seja a hegemônica. Enfim, existe uma história da identidade e da cultura brasileira e que está relacionada aos interesses dos diferentes grupos sociais em sua relação com o estado (ORTIZ, 1985, pág 9).

No início do processo de tipificar a identidade brasileira, a questão racial foi determinante no curso do desenvolvimento das idéias. Este período, localizado em fins do século XIX e início do século XX, foi marcado pela emergência dos estudos considerados por Ortiz como “implausíveis” e “racistas” de três autores em especial: Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, os precursores das Ciências Sociais no Brasil. Eles se debruçaram sobre o problema da identidade nacional ao analisarem em especial a literatura, as tradições africanas e os movimentos messiânicos, e ao serem tomados como discursos científicos, abrem as portas para o desenvolvimento posterior de outros discursos que têm, em parte, a missão de desmenti-los ou refazê-los ou até continuá-los, de certa maneira.

Para Sílvio Romero, que analisou a queda do Romantismo nacional, presente nas obras de Gonçalves Dias e José de Alencar, está relacionada à chegada no Brasil de idéias trazidas de pensadores estrangeiros como Darwin (o darwinismo social), Comte (positivismo) e Spencer (evolucionismo), que arrolaram em suma uma idéia de que os povos “evoluem” de uma condição simples para o mais “complexo”, o que denota a passagem do estágio primitivo das sociedades para o mais desenvolvido social, política e economicamente, paralelo feito com as sociedades ocidentais européias da época, dando à elite do continente um conceito teórico que acaba por justificar sua posição hegemônica no mundo ocidental, uma vez que a superioridade européia é justificada cientificamente. Para o autor, uma vez que estas idéias estão sendo importadas pelos brasileiros, ocorre que os pensadores nacionais estão admitindo que o Brasil é um país inferior em relação às nações européias. Desta forma, como descreve Romero e como é

seguido por diversos outros pensadores da época, é preciso “explicar” o atraso brasileiro e encontrar uma forma de, no futuro, equiparar o desenvolvimento do país aos dos centrais europeus, torná-lo mais “complexo”

Para entender por que estas idéias chegam ao Brasil e por que são adotadas, seria preciso concentrar-se na designação do que é a identidade nacional, qual o “caráter nacional” que norteava nosso pensamento e nossas decisões. De posse desta idéia primordial e também de que o Brasil, por ser diferente dos países metropolitanos, tem suas particularidades, os intelectuais passam a recorrer a novos conceitos para completar as pontas soltas do pensamento relativo ao evolucionismo no Brasil em busca de compreender as especificidades do país. Neste momento, duas noções são fundamentais a este entendimento original da identidade brasileira: “meio” e “raça”. Os conceitos terão grande impacto nas obras dos três autores citados anteriormente, em que cada um explorará de forma individual a relação entre os homens e os lugares que ocupam no território.

Em última análise, cada autor procurava justificar que o meio era o principal fator que determinava uma série de realidades observadas no Brasil desde o início de sua formação enquanto nação, desde o sistema de impostos até a legislação industrial e a criação da economia escravagista brasileira. Quando o conceito de raça se junta a esta análise, toda uma ação determinista ataca o desenvolvimento intelectual dos estudiosos, o que provoca uma noção de que a sujeição ao meio e suas condições inóspitas ou mais brandas produzem tipos específicos de homens que atuam em seu meio de forma a fazê-lo funcionar desta ou daquela maneira, influenciando no desenvolvimento e na realidade econômica e social de sua região. Assim, a exposição ao sol do litoral produzia um mulato cansado e adoecido, resistente ao trabalho. A dureza da caatinga fazia o mesmo com os sertanejos, que são fechados e turrões. A estufa da selva amazônica com suas temperaturas absurdas era o motivo da apatia do mameluco amazonense, incapaz de atos racionais e produtivos diante do seu clima adverso ao pensamento reto. A análise se estende também à manifestação cultural do povo, ao nervosismo próprio do nativo brasileiro, sempre em confusões, e à sexualidade exagerada dos mulatos. Desta forma, o brasileiro, um povo diferente do europeu, e que mora em um ambiente diverso ao do velho continente, teria dificuldades em enraizar aqui a cultura desenvolvida européia por dificuldades do meio que habita.

Entretanto, a questão racial é ainda mais importante, ainda que mais difícil de precisar nos escritos da época. Até antes da abolição da escravatura, o movimento de

escritores era o de promover o índio como figura nacional símbolo, o que fazia portanto os intelectuais em geral pouco se ocuparem deste assunto. Em comum entre os estudiosos havia o fato de que o negro era um elemento totalmente ignorado no processo. Com a libertação dos escravos e sua automática transformação em força de trabalho e massa de homens livres habitantes das cidades, este homem negro se tornou inevitável e passou a personagem de análises, e até mesmo ganhou mais importância do que o índio, uma vez que os habitantes originais do país teriam praticamente desaparecido, dizimados pelos colonizadores. A partir daí, começou a tomar forma a noção de um Brasil enquanto espaço da *mestiçagem*, a miscigenação entre três raças: branco, negro e índio.

Este pensamento, para Roberto DaMatta, está enraizado no imaginário brasileiro até hoje, e é classificado por ele como a “fábula das três raças”. Descendentes dos portugueses que invadiram a terra, eliminaram os indígenas e importaram negros da África como mão-de-obra escrava, somos um país que escondeu nas histórias de miscigenação entre pessoas de raças diversas um complexo sistema de discriminação que já existia em Portugal – este contra mouros, judeus e negros – e que no Brasil apenas foi aperfeiçoado, adaptado. Desta maneira, não temos, como acontece por exemplo nos Estados Unidos, uma relação de racismo polarizada e declarada entre negros e brancos, onde a cultura protestante e igualitária entre os seres causava distinções de preconceito muito claras, onde não deveria haver mistura entre os diferentes, o que poderia causar uma confusão de direitos e distinções obrigatórias entre todos eles. No Brasil, a miscigenação desenfreada dilui os limites da discriminação e os troca por uma rede de relações em que diversos parâmetros servem para que haja a diferenciação arbitrária dos cidadãos. Em vez de negros se contraporem a brancos ou amarelos, existe a discriminação por posse financeira, por beleza, por poder circunstancial ou pelo nome da família. Todas estas graduações que existem, por exemplo, no abismo que separa o branco rico e o negro pobre, deixando claro que, no Brasil, todos sabem perfeitamente qual o seu lugar nesta hierarquização ilimitada. Sobre o mito, DaMatta diz:

“Na nossa ideologia nacional, temos o mito de três raças formadoras. Não se pode negar o mito, mas o que pode se indicar é que o mito é precisamente isso: uma forma sutil de esconder uma sociedade que ainda não se sabe hierarquizada e dividida entre múltiplas possibilidades de classificação. Assim, o “racismo à brasileira”, paradoxalmente, torna a injustiça tolerável, e a diferença um questão de tempo e amor.” (DAMATTA, 2001, p. 47)

Entram na noção do mito das raças as análises preconceituosas dos autores da época, que inapelavelmente deixavam transparecer sua ideologia burguesa e discriminação quanto aos povos que, de uma maneira ou de outra, eram considerados por eles como “inferiores”, uma vez que, para eles e as idéias que importaram, a raça branca era claramente superior às outras. De acordo com Nina Rodrigues, em análises do direito e dos fenótipos brasileiros, chega-se à conclusão de que as raças são diferenciadas entre raças superiores e inferiores, e que o contato entre elas necessariamente provoca a prevalência da raça superior, para que a história se ocupe gradualmente de aperfeiçoar as atividades, psíquicas, morais e intelectuais deste homem. Assim, o homem mestiço seria uma diminuição, um entrave diante da implementação integral da cultura européia nos trópicos. O estabelecimento de um ponto de equilíbrio, entretanto, é necessário, e ocorre diante da noção de que a identificação da nacionalidade brasileira decorre do fato de que a mestiçagem foi a responsável pela “aclimatação” da civilização européia nesta parte do mundo. Uma vez que o ambiente e os povos que compõem a região são diversos da realidade européia, a miscigenação de raças provoca esta adaptação do ideal da Europa na América Latina, designando uma cultura brasileira diversificada. Em última análise, os defeitos das raças indígena e negra contaminaram os tipos europeus e produziram nossas características essenciais primeiras: a apatia, desequilíbrio moral e intelectual, inconsistência personalística, para citar exemplos. A conclusão a que chegam estes intelectuais os frustra, o que traz um problema imediato no projeto de se estabelecer um projeto de cultura nacional uma vez que o diagnóstico encontrado é pessimista e revela um brasileiro inferior. Para mudá-lo, de acordo com Ortiz, apenas uma atitude de branqueamento da população poderia ser eficiente, o que se poderia deduzir da política de imigração desenvolvida no final do século XIX, com a chegada massiva de italianos e japoneses ao país, por exemplo. A integração deste elemento externo na sociedade brasileira poderia torná-la mais branca e, assim, mais forte, mais apta.

Estas teorias raciológicas foram trazidas ao país diretamente da Europa, onde eram cultivadas em meados do século XIX, mas aplicadas no Brasil apenas quando já estavam em declínio, já bastante criticadas por intelectuais diversos e desmentidas enquanto predominância do determinismo e preconceito. No entanto, foram trazidas no intuito de ajudarem no desenvolvimento de uma idéia nacional que se contrapunha à adaptação do capitalismo no país, com outros detalhes agravantes como a integração dos ex-escravos à sociedade e a consolidação da república e de um Estado organizado.

Trata-se de uma teoria de um todo que ainda não existe, de um período de transição, o que justifica o impasse dos intelectuais em suas descobertas baseadas em idéias importadas, e que delas retirava-se apenas o que se poderia ser utilizado no caso brasileiro, não aproveitando dos teóricos europeus idéias que poderiam, porventura, desmentir certos argumentos dos intelectuais brasileiros em busca deste projeto de nação no período específico. Seria preciso ainda esperar o desenvolvimento e a consolidação do estado brasileiro, o que só viria a acontecer na Revolução de 30.

Nesta época houve a migração dos estudos relativos à construção da ideologia e identidade nacionais do âmbito raciológico para o cultural, especialmente devido às novidades do mundo que chegavam ao Brasil, como as estradas, os veículos, a indústria, o proletariado urbano, entre outras mudanças sociais que situavam o Brasil levemente mais pareado com o resto da vida das cidades do mundo. Desta forma, o estado nacional também necessitava de novas políticas, buscava afirmar-se junto à sociedade, tentava liderar e organizar o desenvolvimento que chegava à terra, e tudo isto demandava novas teorias para a interpretação do Brasil uma vez que as elucubrações raciológicas originais não poderiam mais dar conta da complexidade alcançada pela nação. Em especial, o trabalho de Gilberto Freyre foi muito importante para a guinada dos estudos da identidade nacional do Brasil, mas também há de citar Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. Enquanto os dois últimos ajudam na instituição da universidade como espaço reservado ao pensamento e ao desenvolvimento das idéias, o primeiro representava um continuidade das idéias dos intelectuais da problemática nacional originais, mas deslocando o modo de realizar o estudo, reinterpretando a problemática e inserindo elementos inéditos em busca de uma justiça social na análise. Em contraposição aos autores clássicos, Gilberto Freyre substituirá, em “Casa Grande e Senzala” (1933), a temática da raça pela cultural, eliminando assim as dificuldades que a herança racial do indivíduo trazia ao corpo nacional, mas sem no entanto deixar de lado totalmente a análise, que aparece ainda como fundamental na compreensão do Brasil. Combinando raça e cultura, alcança uma idéia nacional muito mais ampla e rica.

Para ele, o mestiço não era um problema, e sim uma qualidade, uma forma de vida assumida pelo brasileiro como forma de trânsito ao longo das contradições sociais presentes em nossa cultura. Esta noção consegue juntar em um único conceito as mudanças pelas quais a sociedade havia passado e que se cristalizavam à época e que já estava levemente desenhada dentro de nossas problemáticas cotidianas. Com isso, a ideologia das três raças torna-se então plausível e pode se atualizar como ritual. A

ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambigüidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional (ORTIZ, 1985, pág 41). O motivo que faz a obra ser tão importante para o pensamento do nacional brasileiro é justamente juntar, enfim, duas entidades que estavam originalmente irremediavelmente separadas por tabu: casa grande e senzala, senhores e escravos, ricos e pobres. Ao dinamizar as contradições que o brasileiro vive desde que se reconhece como povo, o argumento presente no livro oferece ao brasileiro uma forma de se identificar e, ainda mais, olhar a si mesmo positivamente, superando as teorias do final do século XIX que classificavam o nativo como preguiçoso, indolente e incapaz. Desta maneira, é possível ainda conviver com estruturas antigas e com a modernidade que vai chegando ao país e tomando conta da vida cotidiana. Como as estruturas ainda semi-escravocratas convivem com a consolidação de um estado nacional moderno e que busca liderar um processo de unicidade. Desta maneira, um pensador conservador como Freyre também pode conviver completamente com uma nova ideologia de pensamento.

Nos anos de 1950, uma nova tentativa de traçar uma ideologia e identidade nacionais ocupou um séquito de pensadores brasileiros ligados ao governo instituído. Entretanto, esta corrente quebrava completamente laços com os originais conservadores como Sílvio Romero e Gilberto Freyre. Sua teoria era realizar estudos, o ensino e a divulgação das ciências sociais, utilizando os dados colhidos e apreendidos em uma compreensão crítica da realidade brasileira e em busca de permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Coincidente com os anos de Juscelino Kubitschek, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) alinhou-se ao caráter desenvolvimentista do governo de JK, noção que também batizou sua forma de estudos, “nacional-desenvolvimentista”.

Os intelectuais do ISEB retomariam toda a discussão cultural já proposta 20 anos atrás pelos estudos mais recentes na época, mas introduzirão novos rumos à discussão, como uma negação a encarar o problema da cultura de forma antropológica, mas filosófica e sociologicamente seguindo um modelo teórico mais alinhado a intelectuais alemães como Manhein e Hegel, o que os fará, por exemplo, crer que antes do movimento modernista não havia história no Brasil, como fez Roland Corbisier. Assim, falam de “transplantação cultural”, “Cultura alienada”, “colonialismo” e “autenticidade cultural” e outras categorias que se inscrevem em um projeto que

pensava a cultura como as objetivações do sentimento humano, um “vir a ser” nacional. Assim, privilegiam a história que ainda acontecerá, as projeções e a ação social, culminando em uma doutrina que concebe o domínio cultural como forma de transformação sócio-econômica. Mesmo assim, não iam completamente de encontro com a ideologia do governo brasileiro, que estava mais do que aberta às “importações” de países mais desenvolvidos, em especial os Estados Unidos, procurando uma internacionalização da economia brasileira, os estudiosos do ISEB buscavam “fabricar” um ideário nacionalista crítico, desvencilhando-se portanto da possibilidade de ser um órgão meramente produtor de ideologias ao qual o governo poderia recorrer sempre que precisasse fundamentar suas ações administrativas.

O conceito de “alienação cultural” foi o mais importante a ser explorado por estes intelectuais, visto que nas obras de muitos deles, em diferentes aspectos de estudos sobre a cultura brasileira, a crítica sobre a alienação praticada na cultura brasileira se estende a muitas manifestações, com especial rigor no cinema e no teatro. A grande preocupação destes intelectuais estava na relação da alienação com a situação colonial do Brasil ao longo de sua história. Esta apreensão foi retirada da leitura de autores como Hegel, Marx, Sartre e Balandier e situada no contexto brasileiro pelos estudiosos isebianos para apontar em direção a uma superação da dominação dos colonizadores. Para eles, enquanto somos nacionalmente inconscientes por conta da alienação, existente pelo fato de que a colônia não se ocupa de si mesma, mas da metrópole, temos também que não podemos tomar consciência deste processo voluntaria e arbitrariamente. Somente isto acontecerá durante do curso da história e incentivando a retomada da consciência, causando a desalienação nacional. Esta preocupação junta-se também à da raça e da cultura, uma vez que é freqüente o tema do complexo de inferioridade do colonizado, especialmente do negro com relação ao branco. Entretanto, é no pano de fundo da cultura que a luta pode ser travada e ter seus resultados revertidos. Em resumo, enquanto a cultura da colônia é alienada pela inevitável presença da metrópole, torna-se imperativo a libertação nacional para que seja criada uma cultura autêntica e nacional. E esta atitude, em que o colonizado é classificado por estes pensadores como o “Ser do Outro”, visto que é um espelho daquele que o colonizou, o movimento de restituição da essência do colonizado deve extrapolar do nível filosófico para o político. Esta transformação, para o ISEB, se dá por meio do desenvolvimento. Ele seria capaz, com seu caráter humanista, de devolver a nação à sua essência e tornaria novamente humano o homem anteriormente colonizado, superando o

colonialismo. A noção final, portanto, não adota o paradigma da luta de classes de Marx, como pode-se até imaginar, mas sim é uma crítica à sua proposição, uma vez que privilegia o nacional em detrimento da luta de classes. O que para alguns era utopia revolucionária, torna-se para outros programa de modernização (ORTIZ, 1985, p. 67).

Mas o ideal das teorias isebianas foi encerrado pouco antes da entrada do regime militar no poder. Em 1963 o instituto foi oficialmente fechado pelo governo federal e a continuidade das idéias daqueles estudiosos foi completamente enterrada pelas ações da atuação do exército frente à nação. Os militares tinham a clareza de que necessitavam também de uma forma de definir o sentimento nacional e a unidade dos povos e territórios para apoiar a presença do regime pós-64. Por isso, perceberam que era fundamental que houvesse um investimento institucional no setor de cultura, para que a penetração do sentido promovida por este auxiliasse o governo na missão de manter a nação unida apesar da opressão política realizada ostensivamente, com a proibição de atividades consideradas subversivas, justificando a presença do regime. Inicialmente, por conta dos levantes estudantis, uma série de instituições governamentais que tangiam à cultura foram extintas por terem caráter anti-revolucionário. Entretanto, para que o controle da situação fosse retomado e um plano maior de estado nacional passasse a ser forjado em nome do novo governo brasileiro, em 1965 é criada uma comissão que tem a missão de lançar as bases para um plano nacional de cultura, fato citado por diversas vezes tanto em textos de decretos-lei que criaram órgãos relacionados ao tema época quanto em discursos dos envolvidos no lançamento dos mesmos, como o Conselho Federal de Cultura (CFC), instituído em 1966.

Mas como o ISEB e outras iniciativas intelectuais que discutiam no momento a problemática nacional brasileira haviam sido – espontânea ou forçosamente – excluídos, o regime precisou se voltar para os únicos produtores de conhecimento disponíveis e que estavam deslocados da suspeita de subversão e contra-revolução de caráter comunista: os intelectuais tradicionais. Exatamente a continuação das idéias iniciadas por Sílvio Romero e continuadas com Gilberto Freyre. Assim, promovem ideologicamente uma continuidade com a formação de pensamento tradicional nos estudos brasileiros e abandonam uma possibilidade de ruptura, ainda que politicamente haja uma ruptura com o modelo de direção nacional. E retomando o pensamento já condensado nos anos 30, em especial pelas obras de Freyre, a identidade nacional brasileira forjada pelos pesquisadores do CFC será a de um Brasil mestiço. Um país com áreas dessemelhantes espalhadas por um grande e rico território, mas que cada

heterogeneidade se combina na criação de uma homogeneidade. Um caldeirão de culturas que, no fim do processo, consegue se enxergar como um único indistinto povo, com uma cultura plural.

A idéia geral, maquiada com o conceito de harmonia, é esconder o antagonismo intenso presente na cultura e cotidiano nacionais, assim como havia preconizado Freyre com suas exposições sobre casa grande e senzala, sobrados e mucambos, nação e região. Agrupando os extremos sob um discurso da vida em acordo de conflitantes é eliminada a propensão à batalha levado às vias de fato, elegendo o estado como entidade que lidera o povo. Entretanto, ainda com a diferenciação dos extremos envolvida no processo, apenas seus aspectos positivos são trazidos à balança, o que também leva os intelectuais a usarem o conceito do *sincretismo*. Ao juntar a contribuição de música, língua, cozinha e outros aspectos comuns a determinadas regiões e camadas sociais, temos uma nação sincrética em que os pedaços formam a riqueza do todo. Isto leva à conclusão de que o Brasil, enfim, está impregnado de “democracia” e “liberdade”. “O Ser do homem brasileiro é democrata por formação e espírito cristão, amante da liberdade e da autonomia” (Plano Nacional de Cultura, MEC, 1975, pág. 8).

Outro aspecto da cultura brasileira forjado pelos intelectuais do CFC é a de que esta consiste em uma coletânea de tradições imemoriais, um conjunto de valores espirituais e materiais acumulados através do tempo. Ela é um patrimônio e por isso deve ser preservada (ORTIZ, 1985, p. 96). Constitui um conjunto de poses filosóficas que dá a cada povo brasileiro uma cultura sua própria dentro do universo que forma esta nação coesa com uma só cultura que são várias, e esta noção é derivada das tradições cultivadas pelo povo. Esta é, na verdade, a principal preocupação do conselho, que se denominará o órgão oficial encarregado de defender a cultura brasileira, e desta maneira administrará a verba endereçada a si para criar um sistema nacional de cultura, que afinal não será criado na prática. Para se defenderem – ou isentarem – de pôr em jogo todas as questões relativas à censura já sabidas por todos e sentidas na pele pela maioria, o CFC opta por manipular o discurso meramente no campo ideológico e garantir que o Plano diz respeito a um estado que busca não limitar, mas melhor assistir a criação, o desenvolvimento e a manutenção da cultura no país, isento de contenção ideológica, diferentemente de nossos vizinhos, que praticam o policiamento intelectual em busca de eliminar o conflito ideológico. Em suma, o Estado torna-se brasileiro e está no processo cultural de maneira neutra, apenas garantindo a existência e manutenção da cultura

nacional, defendendo-a das invasões estrangeiras que podem porventura tentar eliminá-la, e assim mantendo-lhe o caráter *sincrético* ao banir a pasteurização cultural promovida por produtos estrangeiros.

Há algumas outras contradições entre o tradicionalismo dos pesquisadores e a ideologia estatal praticada pelos militares que precisaram ser equacionadas durante o trabalho dos intelectuais tradicionalistas durante o início da ditadura, mas a deixaremos de lado para facilitar a exposição da idéia central de identidade. Estas contradições terminaram por separar os caminhos destes intelectuais da prática aplicada do Estado brasileiro, que ao se ver diante de uma proposição em que a noção econômica – esta sim primordial ao governo – se contrapunha à opinião que os estudiosos da cultura tinham sobre o desenvolvimento brasileiro na lógica capitalista contemporânea da época preferiu adotar do todo do discurso apenas a questão teórica, a legitimação dos administradores enquanto líderes de uma organicidade nacional, mas adotando a prática de outros pesquisadores, os que orientaram a cultura nacional para uma lógica de mercado. A noção desenvolvida pelos pensadores tradicionais, apesar de seus planos não terem se convertido em realidade, tornou-se um grande fio de condução na maneira como enxergamos a nação brasileira desde então, uma vez que os escritos formulados por eles foram reproduzidos e adaptados a diferentes linguagens em livros didáticos, nos produtos culturais e nos discursos midiáticos, por exemplo, em uma época em que os meios de comunicação tiveram um importante papel de forjar um sentimento nacional, uma sensação de coesão entre as regiões de um enorme país. Este trabalho, de certa forma, continua em curso, e ele ainda tenta nos fazer perceber parte deste todo, que ainda que seja dessemelhante, é celebrado pelo conjunto como precioso exatamente por estas características, pelo diferente que é capaz de se apreender igual.

Até mesmo as considerações de um antropólogo de orientação esquerdista e adversário ideológico do regime autoritário como Roberto DaMatta, de maneira geral, reproduzem este pensamento, ao atribuir ao imaginário nacional certas características comuns que, ao seu ver, são a maneira de definir o Brasil por um viés que fuja das oficialidades de documentos e livros de história cânones. Entretanto, soma-se a esta noção a de que o Brasil é um país em que não necessariamente há um cânone de regras a serem seguidas. A mistura dos povos e as contribuições trazidas por cada um deles em diferentes instâncias da vida e da convivência diária em 500 anos de história produziu uma identidade de pessoas que levam uma vida em que há vários pontos de vista e de referência ao analisar situações e estabelecer atuações sociais, um estilo, um modo, um

jeito de fazer as coisas que existe somente neste limite territorial. A sensação de unidade brasileira, em seu discurso, é uma atitude de observação, constatação e aceitação da

“(…) comida, da mulher, da religião que não precisa de teologia complicada nem de padres estudados. Das eis da amizade e do parentesco, que atuam pelas lágrimas, pelas emoções do dar e do receber, e dentro das sombras acolhedoras das casas e quartos onde vivemos o nosso cotidiano. Dos jogos espertos e vivos da malandragem e do carnaval, onde podemos vadiar sem sermos criminosos e, assim fazendo, experimentamos a sublime marginalidade que tem hora para começar e para terminar.” (DAMATTA, 2001, p. 14)

Para DaMatta, a consideração da identidade brasileira se faz em dois movimentos: um de analisar os indicativos objetivos nacionais, como PIB, PNB, renda *per capita* e da inflação, para assim descobriremos mágica e tristemente que o país não é exatamente como desejávamos que fosse. O outro é o de não ter vergonha destas falhas das quais não podemos fugir nem negar, mas exaltar nossas qualidades, em que temos boa música e comida, saudade, amizade e o conforto da família e do lar, a saudade e por todos os indicativos sensíveis e qualitativos dos quais dispomos e dividimos, nossa relação do antigo com o moderno, nossa vocação para ser uma nação como uma moeda, com dois lados.

O autor lista em seu livro “O que faz o Brasil, Brasil?” uma série de implicações que ajudam a compreender melhor a identidade brasileira. A primeira de todas diz respeito à relação do brasileiro com sua casa e sua família em contraposição com a rua. Como podemos ser tratados individualmente e com respeito por aqueles que são iguais a nós no aconchegante e conhecido ambiente da casa, onde sempre temos voz e somos reconhecidos como parte de um todo indissociável; e como no espaço da batalha diária contra as injustiças e o sistema que nos reduz a massa ignorável, apenas um número, prendendo-nos nas burocracias das repartições públicas, no temor da violência, na opressão dos trabalhos. Retoma também um ponto crucial de seu trabalho como um todo: o mito das três raças. De acordo com DaMatta, o Brasil é o lugar das entrelinhas, e a forma mais eficaz de testar a veracidade desta afirmação é colocando-a no pano de fundo das relações raciais existentes no país. A partir da análise de que o mulato carrega consigo tudo o que há de intermediário entre ser, por exemplo, branco e negro, e exatamente por isso não se localizar em extremos e gozar de certa mobilidade social e econômica, os destinos do país estão exatamente no que há entre as polarizações. Desta maneira, desenvolvemos nosso célebre “jeitinho”, que com conversa resolve os mais

escabrosos problemas, transita entre rígidas hierarquias e com a relação que estabelece em diversos âmbitos sociais, assume uma identidade a cada local que habita. Por isto, nosso racismo se pauta a partir da ausência de uma ideologia igualitária em relação às pessoas, à inexistência de igualdade entre os cidadãos tal como a constituição supostamente garante. Tudo isto muito devido a nosso passado colonial que trouxe de outros lugares esta estrutura hierarquizada, e que camufla uma prática de preconceito baseada nas posições que cada um habita no momento de interação social, muito além da separação entre brancos e negros por pura recusa do diferente.

Outro aspecto é a relação do brasileiro com a comida. As refeições preferidas pelo povo do Brasil refletem exatamente a mistura do que temos de melhor. E, neste sentido, os alimentos como o cozido e a feijoada, por exemplo, por misturarem de tudo um pouco e terem um aspecto indefinido esteticamente, além de celebrarem a relação entre as pessoas no momento de degustar a refeição, nos são caros enquanto representação de nosso modo de vida. A importância do ato de comer para os brasileiros é traduzida pela quantidade de expressões idiomáticas típicas nacionais que fazem referência à ação de alimentar-se. De como, pela metáfora das refeições, podemos explicar nossa realidade, e até mesmo como nos referimos à relação sexual com as mulheres como uma refeição. A análise se junta à importância do carnaval como teatro de nossa realidade. De como, com o advento de uma ocasião caótica que, contraditoriamente, tem hora para começar e acabar, celebramos o *status quo*. No carnaval, podemos inverter a pirâmide social e outras diversas ordens estabelecidas em nosso cotidiano opressor. É o momento em que todos podem ser iguais, ou que o que normalmente é subalterno se tornar o rei por meio da folia, praticar sistematicamente todo o excesso e proibido que se possa imaginar em uma situação planejada. É, sobretudo, uma ode à mobilidade em uma sociedade que abomina a mobilidade quando esta ocorre para valer.

Esta mobilidade, na visão do autor, pode ser alcançada de forma quase perpétua no momento em que o brasileiro aciona o “jeitinho”. Esta é a forma de navegação oficial do brasileiro, que está sempre diante de situações em que tem sua individualidade desrespeitada por leis que, geralmente, estão diante dele para dificultar sua vida, diferentemente das noções de legislação presentes em países ocidentais desenvolvidos. Nestas nações, as leis servem para regulamentar o bom funcionamento da sociedade, ordenando-a no sentido de facilitar a vida dos cidadãos e fazer do sistema um organismo eficiente e promotor da igualdade e do funcionamento social. Já no

Brasil, as leis frequentemente versam sobre como não podemos viver, sobre o quanto nosso desejo é proibido e como nossos problemas não podem ser resolvidos. Diante do impasse, a índole brasileira escolhe seguir pelas entrelinhas das leis e poderes instituídos, casar o pessoal da pessoa com o impessoal do indivíduo, alguém que não é ninguém perante a lei e a ordem. É nossa maneira de continuar sempre *entre* os conceitos, de forma que não há um só brasileiro que desconheça esta prática, especialmente porque todos – nesta ou naquela intensidade – praticam o jeitinho e a malandragem.

Por fim, outra importante maneira de definir os brasileiros para Roberto DaMatta está na sua relação com Deus e os santos das religiões em geral. No Brasil, assim como nas nações em todas as regiões do planeta, existe uma forte tendência à espiritualização do povo. Entretanto, o caso nacional mais uma vez conjuga uma forma de pôr em contato manifestações que não necessariamente poderiam ou deveriam estar juntas. Para que possamos ampliar nosso leque de proteção e possibilidades de sermos agraciados com a provenção divina, nos cercamos de manifestações diversas, o que nos permite ser devotos de santos católicos os fazemos ebós para entidades do candomblé. Oficialmente ficamos como protestantes mas não negamos o jogo de búzios para tirar uma dúvida com entidades de outros planos. Sempre ocorrendo uma relação de complementaridade, tal qual acontece em outras manifestações da vida brasileira, onde a relação está fortemente imbricada no processo, como misturar ações para que seja fortalecido o modo de vida.

A fusão entre estas duas noções, a que temos de analisar nossas tentativas de sermos organizados, oficiais e igualitários como outras nações do mundo, e que também precisamos ter um tanto de humanidade e pessoalidade envolvida no processo, em nosso modo de ver, resume atualmente como a problemática da identidade nacional brasileira está inserida no imaginário do povo e de como isto veio por meta de estudos oficiais. Esta vocação brasileira para a ação de determinado modo em determinada situação é, por definição, uma condição essencialmente híbrida. Somos, irremediavelmente, uma nação que se construiu hibridamente, e que opera da melhor maneira quando manipula as diversas identidades que fazem parte de nossa vida. Em determinados contextos sociais, assumimos papéis que nos exigem determinados discursos para alcançar um determinado fim.

No entanto, com a intensificação do processo de globalização e a constância com que nos vemos participando das trocas internacionais, conhecendo cotidianos diversos

do nosso e convivendo com pessoas que vêm de outros países e compartilham de nossa vida íntima e cotidiana, estamos aos poucos adicionando identidades diversas à nossa já difusa imaginada a partir destas idéias transmitidas ao longo dos anos. Estas identidades tomam forma na vida do dia-a-dia em que escolhemos nos adaptar a diversos grupos em diversas situações a partir de nossa “identidade original”, criando ainda mais especificidades para cada indivíduo que a acessa, uma vez que estamos então inseridos no mundo da modernidade, ainda que esta modernidade não tenha de fato chegado completamente a estes lados do planeta. Em nossa relação com pessoas, instituições, países e também com produtos comunicacionais, acionamos nosso leque identitário e nos posicionamos da melhor maneira de acordo com nossa personalidade inscrita em um espaço em que a hibridação, longe de ser uma opção, é a regra. É o caminho mais comum, senão o desejável.

2.2 – Identidades e realidades imaginadas: A nacionalidade e brasilidade de mercado

Vimos anteriormente, a partir da análise de Stuart Hall, que nossas identidades não são manifestações que fazem parte de nosso corpo por advento do nascimento como é o caso de nossos membros, mas sim são apreendidas ao longo de um caminho percorrido com determinadas influências. Nossa noção de pertença a um território, as dívidas de família, relação com valores morais e religiosos ocorrem no plano da representação e imaginação. Somos o que não somos e o que nos fazem imaginar que também somos, sem na realidade plena não sermos exatamente aquilo que sempre pareceu, pois há mais ao nosso redor que não percebemos facilmente. Apesar disto, somente o que imaginamos é tomado como real, o que nos faz aparentemente diferente do outro, e nossa comunidade da outra, nosso país do outro. E é exatamente esta noção que está se deslocando e nos fazendo sofrer crises de identidade.

No exemplo do povo brasileiro, não pudemos nos dar ao luxo – assim como nosso vizinhos sul-americanos, de ter vivido períodos em que pudemos nos considerar uma nação única dentro deste plano de representação, especialmente porque nossa nação foi historicamente criada a partir da exploração da terra e da convivência obrigada entre três etnias que conviveram e também lutaram entre si maneira sangrenta.

Nossa condição incomum foi um desafio para aqueles que tiveram a iniciativa de nos estudar, uma vez que as dessemelhantes características não ajudavam no sentido de colocar o brasileiro em um patamar de povo dentro das regras da época de cada um, e este processo ainda não chegou ao fim. De modo que, apesar de sermos capazes de identificar características “brasileiras” neste ou naquele aspecto da vida inserida nas fronteiras políticas do espaço batizado Brasil, ainda somos incapazes de dizer com categoria o que é - ou o que foi um dia - o brasileiro e o Brasil. O pouco que pensamos compreender deriva muito de uma campanha de disseminação de uma visão do Brasil harmônico na mistura de três raças e da importância da relação pessoal das pessoas entre si e destas com as coisas e instituições, a exemplo do “jeitinho” brasileiro, nossa navegação social que faz com que a vida se torne mais pessoal em um mundo repleto de impessoalidades. Esta noção que todos os brasileiros conhecem bem ocorre como avaliou Hall: é nossa realidade clássica imaginada, e que, por isto mesmo, não é verdadeira. Está apenas em nossas mentes.

Esta imaginação produzida ao longo do tempo, porém, se depara com detalhes que a fazem parecer mais enfraquecida frente à realidade dos muitos “outros” diferentes de nós que estão cada dia mais presentes no cotidiano. A pluralidade de visões de mundo que se tem hoje tira de nós a certeza na unidade em relação a comunidade, cidade, estado e país, por exemplo. Aos estarmos inscritos nessas noções podemos, ao mesmo tempo, transitar entre todas elas ao compreender pelo repertório de informações as outras realidades. Podemos ser brasileiros, mas americanos ao gostarmos de *junk food* ou espanhóis ao assistirmos com encanto a uma manifestação cultural daquele país. Podemos colecionar artefatos egípcios ao mesmo tempo em que conversamos em francês com africanos pela internet sobre gostos em comum. Atuamos hibridamente no mundo, escolhendo as identidades que mais nos apetece em determinadas ocasiões porque nossa realidade híbrida assim nos exige. E esta realidade é em muitos níveis produzida por nossas interações com o mundo cada vez mais mediadas pelo consumo.

Diante disto, nos perguntamos: nossas identidades, e em especial a identidade nacional, são na verdade identidades de mercado? Em um tempo em que somos capazes de acessar diferentes territórios ao mesmo tempo, uma estratégia dos meios capitalistas para atrair nossa atenção resgatando é resgatar o elemento ancestral do sentimento de pertença primário, que remonta a tempos mais simples. Reinterpretar e reconfigurar o nacional, despertando um sentimento que é uma forma de incitar nossa atuação na realidade mais palpável. Esta atuação se dá por meio do consumo, que é capaz de nos

colocar em sintonia com quem decide nossa realidade, com nossas capacidades de mudar a realidade. Mediados pelos veículos de comunicação, por exemplo, podemos conhecer as realidades mais duras de nossa cidade e cobrar dos representantes políticos atuações que melhorem as vidas destas pessoas desassistidas, o que conseqüentemente poderá fazer delas consumidoras. Essa atuação ocorre em plano global, e aquele que apreende a clareza deste processo se coloca à frente da maioria e se torna, além de um cidadão que atua no mundo, é capaz de ser decisivo em sua realidade cotidiana, um “formador de opinião”, qualificado para interpretar e aplicar os diferentes símbolos desta cultura global na sociedade competitiva e instantânea da pós-modernidade.

3 – COMO ANALISAR A ROLLING STONE BRASIL?

Neste capítulo, pretendo trazer mais detalhes sobre a revista Rolling Stone e sobre as oito edições que comporão o grupo de revistas que serão avaliadas no trabalho, além de analisar a relação que a revista estabelece com o seu público e como o elemento nacional é colocado neste jogo. A problemática da identidade confrontada com a maneira como a RS colocaria em suas páginas uma noção de identidade nacional foi motivada inicialmente pela promessa anotada em um editorial impresso na edição número 5 da revista, em que o editor-chefe da RS, Ricardo Franca Cruz, afirma que os jornalistas fazem um esforço mensal de fazer uma revista “genuinamente nacional” para seus leitores. Diante desta declaração, qual será a “identidade genuinamente nacional” que a revista busca colocar em suas páginas a cada 30 dias? Inicialmente, é óbvio que versão brasileira para um ícone do jornalismo cultural mundial deverá ter traços locais para que não seja meramente uma reprodução literal do volume original, mas até que ponto isto ocorre para que esta revista, publicada em outros 16 países, poderá ser “genuinamente nacional” e ser reconhecido por seu público desta maneira? Por isto, julguei ser necessário ter ao menos dois períodos de investigação para que houvesse um confronto entre eles para que houvesse um esboço de resposta para esta questão.

Com isto em pauta, a melhor solução pareceu ser trazer à tona as quatro primeiras edições da Rolling Stone Brasil e as quatro últimas que haviam passado pelas bancas no período do início do segundo semestre de 2008, compreendendo os volumes 20, 21, 22 e 23. Estas oito edições irão figurar no capítulo de análise em uma comparação das relações entre a RS e o público consumidor em confronto simultâneo com as noções de identidade e de como estas se relacionam com a maneira como se encara o tema na atualidade trazidas do capítulo anterior a partir de alguns dos principais pensamentos sobre o tema.

A média de páginas por edição da Rolling Stone é de 130 a cada mês, e nem todas as seções são plenamente necessárias para o desenvolvimento do trabalho de análise ao qual este trabalho se propõe. Desta maneira, algumas partes da revista foram excluídas para que a investigação pudesse fluir da melhor maneira, privilegiando as características principais da revista.

A primeira de todas é o índice, que por mais revelador que seja e que até possa ter alguma intencionalidade em dar destaque a alguns assuntos e personalidades e outros não, serve apenas para orientar o leitor que, porventura, queira acessar uma parte

específica da revista automaticamente, sendo assim desnecessário prender a atenção sobre ele. Logo depois, a seção de cartas também será pouco visitada, salvo durante alguns pontos ao longo das quatro primeiras edições, quando alguma reação de leitores será trazida à análise. Mas não é fundamental que todas as opiniões de leitores sejam postas em jogo, uma vez que a construção da revista é o mais importante no trabalho.

“Vida Pop”, a coluna do jornalista Miguel Sokol que é publicada mensalmente na seção Rock & Roll, também será descartada da análise. Apesar de ter comentários interessantes e que, muitas vezes, discordam até das matérias que são publicadas ao longo dos meses, o problema da coluna está exatamente no caráter opinativo das palavras do escritor, não orientado para o jornalismo. Além disto, muitas vezes o assunto tratado não tem a ver com o restante das matérias que a revista publica e até mesmo falando de personagens e assuntos que a RS não costuma dedicar atenção.

Já as páginas de publicidade presentes na revista ficarão de fora desta análise porque o trabalho está privilegiando o material de conteúdo textual jornalístico da revista em busca de uma compreensão de identidade relacionada a ele. Levar a publicidade em consideração demandaria um outro estudo. Por fim, o “Guia Rolling Stone”, com cerca de 20 páginas que misturam críticas de discos, DVDs, filmes, jogos e relançamentos diversos, além de apontar o desempenho das paradas de sucesso oficiais de Brasil e de alguns países do mundo, também será ignorado neste trabalho. A exemplo as mini-notas, as dicas e julgamentos da coluna são um detalhe que influiria pouco no resultado final da análise especialmente por estarem em qualquer revista ou mesmo serem desnecessários em formato impresso por serem facilmente encontráveis em qualquer ambiente virtual que trate de cultura pop. O trabalho visa se concentrar mais no que faz a Rolling Stone se apresentar como uma publicação referencial no Brasil e no mundo.

Com isto, o que ficou para a análise pode ser chamado de “miolo” da revista, que compreende, na totalidade das edições, as seções “Rock & Roll”, “P&R”, “Estilo”, “Acontece...”, “Mix Mídia” e “Política Nacional” e “Conexão Brasilis”. “Rock & Roll” é a primeira seção da revista após o índice e a de cartas e está concentrada em trazer notícias sobre diversos assuntos, mas predominantemente música. Ela tem uma característica predominantemente informativa e concentra a maior parte das notas da RS. “P&R” vem logo após e, mensalmente, traz uma pequena entrevista com uma personalidade em uma página completa, com foto. “Estilo” traz ao menos dois famosos por mês – um homem e uma mulher – com um modelito de sua preferência, com

explicações sobre suas preferências no vestir, e, logo ao lado, uma lista de sugestões de roupas de marca que se relacionam com o estilo adotado por aquela personalidade, que pode ser nacional ou estrangeira. “Acontece...” lista mensalmente uma série de novos artistas brasileiros que estão no circuito musical das cidades e têm seus trabalhos brevemente descritos pela revista. “Mix Mídia” traz notícias sobre tecnologia, TV, games e outros assuntos relacionados. Por vezes, a “Mix Mídia” não é publicada ou é substituída por um especial que, na verdade, equivale ao mesmo universo de atrações que condensa: tecnologia e mídias. O mesmo ocorre com “Conexão Brasilis”, que trata de assuntos ligados a problemáticas ou questões tipicamente brasileiras, em algumas das reportagens mais longas da RS. Algumas vezes, matérias aparentemente “deslocadas” entram no meio destas seções, mas não prejudicam a organização e tampouco a ordem de leitura da revista. De maneira geral, as partes acima citadas se repetem em todos os volumes. A partir da edição 20, serão adicionadas “Randômicas” e “Arquivo RS”. A primeira traz fotos de personalidades brasileiras durante o mês passado com legendas. Já a segunda oferece mensalmente uma reportagem clássica da RS americana com um ícone reconhecível da cultura pop.

As reportagens principais que recheiam a revista, no entanto, não fazem parte de qualquer seção. Cada texto e seu tema estarão individualizados e fazem parte do rol dos textos mais importantes do mês e não seguem nenhuma regra. Por vezes são perfis de artistas, outras são depoimentos relacionados a um tema ou pauta específica ou reportagens especiais. A tendência da publicação é falar de temas que nem sempre têm espaço na grande mídia, a exemplo da contracultura, um dos traços mais marcantes do jornalismo da Rolling Stone americana original. Estas matérias são o “filão” da publicação e, por conseguinte, são as mais importantes durante o trabalho de análise. Isto, porém, não diminui em nada o peso que as seções anteriormente citadas têm nas conclusões alcançadas ao final do processo.

Neste caminho, pretendo saber mais sobre qual a maneira que os jornalistas buscam envolver o público em uma perspectiva de identidade. A identidade que a Rolling Stone Brasil oferece ao leitor em suas páginas tem a ver com noção de território e reconhecimento a partir deste referencial, assim como os símbolos nacionais consagrados, ou tem mais a ver com o que o público reconhece como sendo “do Brasil” mas, na verdade, construído apenas simbolicamente para representar uma noção nacional que é acionada nos momentos adequados apenas para tratar de cultura pop de consumo e incentivá-lo?

Estas construções estão em como as matérias estão dispostas, que tipo de assunto é escolhido e como ele é tratado nos textos ao longo dos oito meses analisados. Que relação estabelecem entre si mensalmente e ao longo das oito edições? Como tratam os símbolos e como os apresentam? O que estas opções editoriais trazem ao pensamento que norteia toda a revista? Para isto, detalhes de todas as edições serão trazidos de maneira descritiva e, ao longo deste processo, relações serão estabelecidas com explicações de como e porque o pensamento descrito pela análise foi alcançado.

Para facilitar a maneira como há a distribuição do peso das matérias pelas páginas da revista, o conteúdo jornalístico será separado em três categorias diversas: notas, matérias e reportagens. “Notas” foram definidas como os textos curtos que ocupam tão-somente algumas linhas, nos cantos das páginas, muitas vezes em apoio a outros textos ou para aproveitar espaço com pequenas notícias e que passam poucas informações referentes a determinados assuntos, além de não carregarem assinatura de repórteres. As “matérias” são aquelas que, mais ampliadas, têm estrutura informativa completa, com o típico “lead” jornalístico, estrutura de parágrafos, aspas, desenvolvimento de idéias, e que chegam até a ocupar uma página inteira, em algumas ocasiões, além de contar obrigatoriamente com a assinatura de quem a apurou. “Reportagens” são os longos textos, que ocupam diversas páginas e correspondem ao “filão” jornalístico de cada edição, com maior destaque, e seguem um estilo de redação mais despojado, não obrigatoriamente comprometido com o cânone da profissão no que diz respeito à forma de dispor as palavras e argumentos ao longo do texto.

Tudo isto, além da atenção à construção de todas as capas, a contagem e discriminação de todas as notas, matérias e reportagens de todos os números, a estruturação de cada volume, com as seções típicas que compõem a revista e as discriminações sobre o que fala cada um destes conteúdos, permitirá avaliar qual foi o direcionamento pensado por repórteres e editores para criar a forma final como foi apresentada cada uma das oito edições da RS analisadas.

3.1 – O que é a Rolling Stone?

A Revista Rolling Stone é uma criação do jornalista Jann S. Wenner e pelo crítico musical Ralph J. Gleason em 1967, em plena efervescência cultural que os Estados Unidos viviam durante a Guerra do Vietnã e as mudanças políticas no mundo, o que

impactou diretamente nas páginas de suas edições iniciais. A idéia primordial da Rolling Stone original era cobrir a contracultura hippie que se tornara uma marca do período, especialmente no que tangia à música. No entanto, houve uma tentativa de fazer com que a nova publicação se diferenciasse de outras que já firmavam terreno na época, como revistas e fanzines underground que comentavam a contracultura. Para isto, Wenner e Gleason resolveram mesclar ao seu plano editorial muitos dos cânones do jornalismo clássico americano, como a estrutura de lead e redação que era comum encontrar nos jornais diários, o que fazia com que os textos da revista alcançassem, além de um público maior, uma crescente respeitabilidade a partir do rigor estilístico.

Para que isto acontecesse, a revista precisou obedecer a um preceito que já havia sido evidenciado em palavras claras por Wenner na edição número um da RS: tratar de música, mas também sobre coisas e atitudes que a música envolvesse. Com isto, o leque de abordagens da publicação automaticamente abraçaria outros temas caros para a juventude da época, como a cultura e a política, o que fez a RS se estabelecer, ao longo do tempo, como um referencial no jornalismo cultural, ainda que fortemente norteados pelo viés da música e o acompanhamento de sua rotina e principais representantes era após era. Apesar de ter passado por algumas reformulações ao longo dos mais de 40 anos de história, o cerne da publicação se manteve pouco alterado. Quando, por vezes, tentou mudar para uma abordagem mais endereçada a leitores de menos idade ávidos por consumo mais do que por informação em si, a exemplo do início dos anos 2000, houve enxurradas de protestos de leitores, admiradores e críticos, o que fez a editora tornar ao modelo clássico apenas adaptando outras estratégias aos tempos mais atuais. O sucesso e importância da Rolling Stone no mercado editorial americano obrigaram a sede da empresa a migrar, nos anos 80, da cidade onde foi fundada, São Francisco, para a “capital do mundo”, Nova York, onde permanece até os dias atuais.

Além da versão americana, outras 16 adaptações são publicadas ao redor do mundo inteiro: Alemanha, Argentina, Austrália, Chile, China, Colômbia, Espanha, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Turquia, Rússia e Brasil. A mais antiga versão é a australiana, que se tornou título em 1972 depois de ser suplemento de outra revista desde 1969. A RS Colômbia é distribuída também no Peru, Venezuela e Panamá. A mais recente adaptação é a indiana, que data de 2008.

3.2 – Rolling Stone Brasil

O volume brasileiro da Rolling Stone foi lançado em outubro de 2006. Mas este não foi o primeiro esforço de publicação da revista no Brasil. No início dos anos 70, um grupo carioca tentou lançar a RS em escala nacional, mas brigas internas e, especialmente, falta de pagamentos aos editores norte-americanos para a tradução e publicação de matérias fizeram com que a revista tivesse via curta, apenas 14 meses e 36 edições. As últimas, traziam cópias das matérias americanas que estampavam, inclusive, a palavra “pirata” embaixo de cada título, encerrando atividades em janeiro de 1973. Em 2006, pelas mãos da editora paulista Spring, o projeto foi retomado e, desta vez, houve todas as precauções para que os processos de pagamento de royalties fosse efetuado da forma correta. Mesclando conteúdo traduzido com o que seria produzido pela própria filial, a Rolling Stone Brasil #1 chegou às bancas com pompa, rendendo celebrações de personalidades ligadas à cultura em todo o país.

A importância na mescla de conteúdo e publicidade voltada ao consumo que é uma das marcas atuais da RS original foi um dos traços marcantes herdados para a versão brasileira da publicação. Sem intenção de esconder o viés mercadológico por detrás da empreitada originalmente jornalística, uma fala do editor-chefe Ricardo França Cruz cedida em entrevista à revista Caras em fins de 2006 parece ilustrar bem qual o público alvo da então novata no mercado.

[O leitor da Rolling Stone Brasil] é o cara que já passou da adolescência, que é exigente, gosta de ler e está interessado em questões sociais, em política, cultura, comportamento e considera a música o principal instrumento para entender as pessoas. (CRUZ, Ricardo França, in Revista Caras – “Rock e atitude embalam balada da Rolling Stone”, Ed 735, outubro de 2006.)

Ao destrinchar a declaração, podemos inferir que o público-alvo da RS no Brasil é de jovens, em especial aqueles situados entre 25 e 35 anos, de classes A e B, moradores de áreas urbanas e que se interessam por cultura – música em especial –, esportes, tecnologia, trabalha, tem condição financeira relativamente estável, assiste a shows musicais, está atento ao processo político independente de filiação partidária, está atento às tendências de comportamento e intimamente ligado ao movimento de globalização e o que ele traz de benéfico. Por conta disto, o conteúdo textual da revista está em muito mesclado às publicidades, sugestões de compras e outras maneiras de consumir produtos e conteúdo.

Apesar disto, permaneceram na revista as características da publicação original no que diz respeito à forte presença da música, responsável pelo maior número de textos publicados nas oito edições analisadas e também à intensa cobertura de política e contracultura, com a abordagem de temas – no caso deste último – que não são constantes no mercado editorial brasileiro. Mas o que de fato faz com que a revista seja diferencial junto ao universo de outras publicações similares no país é a maneira de enxergar cada um destes temas. A música é o que, por definição, faz a Rolling Stone ser influente e conhecida no mundo todo, e por isso mesmo há uma preferência quantitativa em relação à música nas páginas de cada edição. Mas pode-se considerar que o conteúdo impresso na revista, apesar de numericamente desigual, funciona de um modo a haver uma espécie de compensação deste desequilíbrio de uma maneira que podemos classificar, grosso modo, de separar a “quantidade” da “qualidade” pela via do tamanho dos textos e os assuntos abordados. Enquanto a música ocupa a maior parte da revista, boa parte deste universo está distribuído nas matérias, aquelas anteriormente citadas como o nível intermediário de tamanho entre os textos, e notas, complementando o leque de informações trazidas ao leitor. Ambas estão concentradas especialmente nas primeiras 50 páginas de cada edição. Só que não é o excesso de informações musicais que faz com que a Rolling Stone seja conhecida, mas não de fato diferencial. Este diferencial, sim, está nas reportagens. Estas têm duas características marcantes: o tamanho e o estilo de escrita. Bastante longos, os textos da reportagens convidam a uma leitura mais lenta e atenta do recorte estabelecido para cada assunto escolhido. Esta duração e capacidade de dedicar mais espaço, relato e reflexão sobre um tema, que está geralmente balanceado entre campos diversos e, eventualmente, sobre música, dá ao leitor a sensação de que, na soma das partes, a Rolling Stone oferece ao leitor uma parcela igual de todos os assuntos que fazem parte de seu universo. Trocando em miúdos, apesar de a música ter mais quantidade na publicação, a qualidade dos textos dedicados a outras temáticas iguala, na impressão final, a sensação de que todos os assuntos têm representação igual na revista. Exatamente por este motivo, a principal manifestação do público nas cartas dirigidas à redação mensalmente é de elogios para as reportagens e cobrando que não haja diminuição do espaço para este conteúdo. A música é secundária nestas análises, pois o que importa é o estilo diferenciado das reportagens e a reflexão e crítica às quais elas convocam. As reportagens, enfim, são exatamente o que faz a Rolling Stone ser, antes de tudo, uma revista sobre cultura, apesar de ser fortemente associada à música prioritariamente.

O estilo da redação destas reportagens é voltado para o segmento de publicação voltada para a cultura pop e com foco em música e atualmente é sem igual no mercado editorial brasileiro. Existem outras publicações que propõem uma forma de identificação e atração com o público, mas nenhuma delas procura oferecer este lado mais analítico e reflexivo por meio do jornalismo e com uma narrativa às vezes literária. Esta forma de escrever valoriza desde o local onde ocorre a entrevista com o personagem do artigo, as impressões que os entrevistados ou situações transmitem aos repórteres, o estado de espírito e até mesmo os preconceitos destes últimos, recursos de literatura e até mesmo outras formas de expressão. Tudo é potencialmente parte de cada matéria e, preferencialmente, deve ser relatado para trazer ao leitor uma experiência mais rica de leitura dentro do jornalismo.

3.3 – Como a RS se relaciona com seu leitor e que identidade nacional oferece?

Consciente da categoria de leitor que deseja atrair para si, a Rolling Stone Brasil joga com uma oferta mais ou menos balanceada de ícones que remetem ao repertório brasileiro e estrangeiro de seu público, baseado sempre no pano de fundo da cultura, mais especificamente a cultura pop. Ao escolher fazer mensalmente o jornalismo cultural, a revista consegue juntar entre seus admiradores e interessados pessoas que estão à procura tanto de informações quanto de pontos-de-vista e que partilham de um repertório nacional e mundial que as faz sentir representadas nas páginas da revista dadas as angulações de reportagens ou a escolha dos personagens de matérias e notas. Assim, mantém a noção de que é de fato uma publicação que, a exemplo da original norte-americana, se preocupa com a qualidade do conteúdo que apresentará ao seu leitor diferenciado, que busca informação de alto nível ou uma abordagem inovadora sobre um assunto relevante e, ao mesmo tempo, não é uma mera cópia do volume estadunidense porque, além de ter jornalistas da terra que trabalham na terra, também são capazes de juntar neste critério de relevância figuras identificadas com a realidade brasileira, assuntos importantes sobre o cotidiano do país e, sobretudo, ícones da cultura pop referentes ao Brasil que são facilmente reconhecíveis. E muitos deles influenciam também outras regiões e são reconhecidos por seu talento e importância.

3.4 – Oito edições em detalhes

As oito edições da RS analisadas guardam entre si muito mais semelhanças que diferenças, pois poucas decisões de publicações – a exemplo da identidade visual da revista, nomes de colunas e linha editorial - foram repensadas no processo do início da revista para o período mais recente. Na primeira edição, há uma característica que está apenas neste número inaugural, por se tratar de um volume primeiro que precisa preparar terreno para a continuidade do trabalho no futuro: algumas matérias e seções tratarão de assuntos específicos de maneira genérica, com argumentações que suscitem aprofundamentos destes determinados a partir das próximas edições. Visualmente, todas as revistas se relacionam com uma identidade forte que permaneceu inalterada ao longo do processo, com seções espelhadas no volume norte-americano, mas à exceção de algumas colunas que saem da revista, mas sem nenhuma alteração visual do formato das páginas em si. As diferenças essenciais entre cada volume estão no conteúdo, mesclado entre produzido no Brasil e traduzido da edição original.

3.4.1 – RS 01

Esta relação já começa na capa da edição número 1, com a presença da modelo Gisele Bündchen estampada na foto, acompanhada apenas pela política de Brasília como um destaque que remete a um conteúdo e objetos brasileiros. Os outros 10 evocam estrelas da música e cultura estrangeiros, possivelmente em uma tentativa frontal de dizer ao leitor que as duas categorias de assuntos – a de figuras nacionais e internacionais – estarão mescladas na revista constantemente, a título de dar aos leitores doses de cultura pop tanto referencialmente brasileira quanto aquela inserida no imaginário popular mundial. O rosto de Gisele, com os dizeres “a maior popstar brasileira”, ressalta um detalhe que, mais à frente, revelará uma tendência: a de destacar nas páginas da revista brasileiros com relevância internacional.

O editorial da revista de estréia é um dos detalhes mais interessantes. Intitulado “Sobre Leões e Hienas” e escrito por Ricardo França Cruz, editor-chefe, ressalta a importância da RS americana, próxima de completar 40 anos de existência, e que seu lema principal está contido na frase-símbolo repetida pelo fundador da publicação, Jann Wenner, “Opinião é tudo o que importa”, referindo-se ao bordão “tudo o que importa”

inscrito em cada um dos índices dos volumes. O editor deixa claro que a versão nacional da RS tem opinião e, ao se considerar 'leão entre hienas', diz que pagará um preço por sustentar pontos de vista autônomos na versão brasileira, mas que tem noção de que desta maneira fará a diferença dentro do mercado editorial. Apesar de saber que acaba de começar uma trajetória, afirma que, em breve, a RS Brasil se tornará referência tanto para leitores quanto para concorrentes e outros projetos editoriais. A missão primeira da redação, no entanto, é se transformar em uma "revista brasileira relevante".

O caminho para esta relevância está apontado novamente pelo editor em sua nota mensal, publicada na seção de cartas. No primeiro número, tenta esclarecer como será a forma de atuação da RS:

"A Rolling Stone apresenta todo mês um conjunto equilibrado de artigos e matérias produzidos no Brasil e conteúdo extraído diretamente da matriz norte-americana. Música é o pilar fundamental de nossa linha editorial, mas não é de maneira nenhuma nossa única área de atuação, que também engloba cultura e entretenimento (perfis de personalidades, novas tendências nas áreas de literatura, cinema, tecnologia, TV e novas mídias), política (análises, denúncias, investigações, acompanhamento crítico do governo, cidadania, terrorismo, tráfico de drogas, ecologia, distribuição de renda), comportamento (moda, estilo e sexo) e consumo (lançamentos do mercado brasileiro e internacional)." (CRUZ, Revista Rolling Stone nº 1, 2006, p. 12).

Desta maneira, o editor já deixa claro que a revista é uma publicação a tratar de cultura com o foco especial em música, mas sem nunca marginalizar outros assuntos relacionados ao interesse que este leitor jovem tem ao longo de sua vida. Este caminho jornalístico será produzido entre reportagens brasileiras e estrangeiras traduzidas do original norte-americano.

As cartas, o mais importante espelho das opiniões dos leitores, na primeira edição são substituídas por mensagens de felicitações pela chegada da publicação ao Brasil e também algumas cobranças, como a depositada pelo vocalista do Capital Inicial, Dinho Ouro Preto. Em seu texto, reclama que as revistas, exceto a RS americana, todas foram exterminadas pelo processo de desenvolvimento da cultura de massa por defenderem uma postura contrária à do público, massacrando em críticas os produtos de gosto popular, muito frequentemente as bandas, e conclama a RS Brasil a não repetir os erros de outras revistas sob pena de aposentar suas canetas enquanto os artistas permanecem vivos. A partir das próximas edições, a seção de cartas será um importante exemplo de como a redação enxerga a reação dos leitores e, de propósito ou

não, ignora muitas de suas cobranças relativas exatamente à “opinião” defendida pelo editorial do volume de estréia.

Logo após as cartas surge a seção “Rock & Roll”, de longe a mais eclética da RS. Nela, há um mix variado de artistas de diversas origens, com um bom balanceamento entre brasileiros e estrangeiros. A primeira matéria é dedicada aos ingleses do New Order, enquanto logo após surgem o baterista Iggor Cavalera em parceria musical com o DJ americano Necro, o lançamento do concorrente do iPod, o Zune, 25 anos de rock nacional oitentista, as andanças de Giuliano Mafredini, filho de Renato Russo e cinco notas curtas sobre artistas internacionais e suas atividades atuais. Em muitas ocasiões as matérias sobre artistas estrangeiros são escritas por repórteres brasileiros, a exemplo do que ocorre quatro vezes na “Rock & Roll” da primeira edição. Desta maneira, a redação pode demonstrar ao leitor que é possível uma produção que acontece em solo brasileiro acessar os artistas internacionais sem ter que necessariamente depender da iniciativa da Rolling Stone americana e traduzir o artigo original. Nesta revista, é possível acessar o conteúdo internacional diretamente do Brasil. E muitas vezes, como se verá ao longo das edições, o assunto da conversa entre jornalistas e fontes é exatamente o Brasil.

Os objetos focados na R&R da primeira edição são New Order, Iggor e Necro, The Rakes e RBD. Em comum, além dos autores nacionais, estava o detalhe de que todos eles ou passaram ou passariam pelo Brasil em turnê em breve ou têm brasileiros envolvidos. Em todos os casos, há perguntas sobre o que pensam do Brasil e, especialmente, do público e da música brasileiros. No caso específico de uma matéria sobre a clássica casa de música eletrônica paulista Love Club, ressalta-se o local onde DJs brasileiros de grande projeção internacional – Marky, Patife, Andy e Koloral – despontaram para o mundo. A importância dada a mostrar a influência do artista brasileiro no mundo globalizado será, portanto, uma forte marca da RS Brasil, o que fica claro na existência de uma matéria assinada pelo baixista da banda paulista Cansei de Ser Sexy, que naquele período havia voltado de uma bem-sucedida turnê pelos Estados Unidos e que foi relatada nas páginas da revista.

Outra marca registrada da RS americana reproduzida no Brasil foi uma forma peculiar de tratar o assunto Guerra no Iraque. Com o conflito como pano de fundo, falou-se de música e que tipo de trilha sonora os soldados usam para manterem-se alertas ou até mesmo alheios ao clima de conflito. Matérias assim, com uma visão pouco ortodoxa sobre diversos temas, estarão frequentemente misturadas a assuntos

aparentemente comuns e a outras que têm como assunto a contracultura, assunto corrente nas páginas da matriz desde sua inauguração. O somatório das partes, portanto, deverá gerar uma carga de assuntos que, estima-se, deverá gerar interesse no público que a versão nacional da revista procura atingir.

A seção “Acontece” está presente em todas as edições e é formada unicamente de bandas brasileiras que estão no início de uma caminhada que está entre o final do que se pode chamar “independente”, ou “underground”, e de uma carreira artística nacional. Nesta seção, novamente a tendência se repete, e o trabalho de brasileiros que tenha já penetração no cenário internacional ou uma roupagem global, como letras em inglês ou ritmos de outros países e mesmo do Brasil misturados dão o tom de quem ganha destaque nas páginas. Ao optar pelos brasileiros, a Rolling Stone busca promover novos artistas que podem se tornar grandes um dia e também estabelecer uma relação com o público que tem interesse pela renovação da música brasileira e em acompanhar trajetórias que podem extrapolar os limites das fronteiras do país. Apesar de ser originalmente americana, a RS Brasil se posiciona “brasileira” ao dar voz à renovação neste segmento cultural.

Das quatro bandas apresentadas nesta edição em “Acontece”, duas cantam em inglês (Vilania e 808 Sexy), uma morava nos Estados Unidos, compunha em inglês e agora voltava ao Brasil para apostar no som em português (Udora) e outra produzia em português, mas mantinha firme vinculação com o rock clássico internacional de Beach Boys e Beatles (Zecacurydamm). Não por acaso, muitas das bandas que aparecerão em outras edições na “Acontece” estavam próximas de fechar contratos com pequenas ou médias gravadoras ou em negociações. “P&R”, com tradução literal “Perguntas & Respostas”, é uma seção de página única com perguntas e respostas curtas com um artista por mês, variando brasileiros e estrangeiros. A primeira é com André Benjamim, um dos cantores do OutKast.

Um das principais polêmicas mensais da RS é a seção “Estilo”. Nela, famosos e anônimos, nacionais ou internacionais, aparecem em uma foto com seus estilos de roupas favoritos, comentando sobre eles. Cada indicação segue com um preço de peças de marcas famosas com preços muitas vezes bastante salgados, como uma calça da italiana Diesel por R\$ 1.118 com apetrechos como lavagem especial e detalhes bordados nos bolsos, óculos Adidas por R\$ 1.300 e camisa de malha da Pluma por R\$ 348. Na edição nº 1, a seção tem apenas duas páginas, mas sua participação aumentará ao longo do tempo. A presença do consumo relacionado à moda permanece na matéria

fotográfica “Cavalos de Aço”, em que casais posam ao lado de Harley Davidson modificadas ao gosto de cada usuário com peças escolhidas a dedo e com sugestão do preço da alteração das motocicletas – cerca de R\$ 65 mil.

Ao longo de todas as edições, portanto, a marca forte do consumo, das sugestões de compras, muitas páginas com anúncios comerciais e análises de produtos com relações entre custo benefício, farão parte intensa do ambiente da Rolling Stone. Especialmente em estilo, a idéia transmitida é a de que os ícones (de TV, teatro, cinema, música) que ilustram a seção usam os estilos de roupas e acessórios que são os melhores para quem pretende ser integrado a determinado segmento social. A conformidade como nível de público que consome as páginas da Rolling Stone mensalmente também está intimamente ligada ao uso preferencial dos estilos e marcas sugeridas pela revista.

A parte auto-referente de uma revista em lançamento que tem por trás uma história em seu país natal e também no Brasil está representada por duas matérias. Uma delas mais uma exposição, com 16 capas histórias da RS americana, denominada “Uma volta cronológica pelo mundo pop a bordo de 16 capas históricas”. Nesta viagem, ícones como E.T., Elvis, Michael Jackson, Arnold Schwarzenegger, Bill Clinton, Angelina Jolie, Mariah Carey, Jimi Hendrix e o Capitão Jack Sparrow dão uma idéia da abrangência de assuntos no leque jornalístico da RS. Logo após, um colecionador dos anos 70 que obteve todos os exemplares da revista em sua primeira encarnação nacional fala da época da chegada da RS ao país e da diferença das matérias em relação a publicações similares, com a marca do conteúdo de contracultura já forte. Esta, por sua vez, está representada na inauguração da RS Brasil pela presença do guru contemporâneo Daniel Pinchbeck, que apresenta uma nova forma de conhecer drogas naturais e psicodélicas como o chá do Santo Daime para abrir a consciência de pessoas anônimas e famosas, e como está ganhando notoriedade e dinheiro com sua filosofia.

A primeira edição da RS Brasil contém algumas matérias que, por estarem em um volume inaugural de uma sequência periódica indefinida, não tornarão a aparecer futuramente devido ao seu caráter de apresentação. Um exemplo é a reportagem “Line-up Brasil”, com listas dos shows internacionais que estavam marcados ou em vias de confirmação na época do lançamento da RS. Este tipo de abordagem voltará seguidamente às páginas da revista mensalmente, mas não mais em forma de reportagem isolada. Este foi apenas um modo de chamar a atenção do leitor para o fato de que, a cada 30 dias, a RS fará um resumo das apresentações de alguns dos principais artistas estrangeiros agendadas no país. Ao passo que o especial não se repete, previsões

de shows aparecem em notas nas primeiras páginas, entre as matérias. É mais uma maneira de estabelecer com o leitor uma relação de atenção com o que acontece no Brasil, mas em relação ao elemento da cultura internacional que está próximo de pousar no país.

Outra compilação ocorre na seção “Mixmídia” que, apesar de fixa, na estréia se atem a percorrer um caminho de lista de tecnologias atuais relacionadas ao entretenimento de maneira geral, como internet, videogames, interatividade e música e vídeos em formatos atuais. Nas próximas edições, as intervenções serão mais específicas. Em comum, as matérias procuram geralmente exaltar uma dupla característica: a forma como estas novas tecnologias destinam possibilidades de difusão dos pólos emissores na comunicação atual, a exemplo do site de vídeos You Tube, e como são capazes de conectar pessoas e comunidades em todo o mundo, como o jogo/comunidade virtual Second Life. Além disto, todas estas novas mídias se incluem na categoria de consumo que promove a interação e a atuação do indivíduo com o mundo, ainda que nem todas exijam – ao menos diretamente – o investimento financeiro, como é o caso de assistir vídeos via You Tube. A partir destes dispositivos, a revista nos apresenta formas de conhecer outras culturas e manifestações internacionais que farão parte de nossa vida cotidiana e, por meio da análise da revista, é possível ter um começo de contato ou uma análise diferenciada que a RS pretende que seja a marca da coluna. Ao passo em que conhecer a tecnologia é importante é inevitável, conhecê-la na Rolling Stone tem um outro sabor, um outro ponto de vista, dada a qualificação da equipe que cobre o assunto. Ainda que, neste primeiro momento, a análise seja mais geral.

A forma genérica de tratar o assunto também marca o artigo inaugural da seção “Política Nacional”, com um relato sobre a nova configuração do congresso nacional, que na época do lançamento da revista vinha do encerramento das eleições e chegada de novos parlamentares em Brasília. O texto é o primeiro da revista que envereda por esta maneira diferenciada de redação que traz uma forte marca de opinião com base em fatos, mas que foge do típico jornalismo de jornais e revistas, o que é capaz de causar controvérsias em leitores de todas as regiões, a depender de como encarem a política do país. A estréia de “Conexão Brasilis” segue pelo mesmo modelo de escrita e também dá o tom inicial, mas como uma das primeiras colunas em que a forma como se trata o assunto. “Brasil” aparece na forma em que será apresentada em todas as outras edições da RS: com abordagens mistas de comportamento, política, cidades e outros assuntos

em convergência a partir de um recorte de determinada realidade, em alguns dos textos mais criativos de cada volume e que exige certa experiência do repórter. Na primeira edição, um advogado fala das origens e ações atuais do PCC, grupo criminoso que controla os presídios paulistas e causa terror na população. Por meio de relatos do personagem, uma crítica do governo e da sociedade é desenhada, algo que se repetirá em outras matérias que enfocarão outras situações, muitas delas surgidas como denúncias.

Estas são as reportagens que mais se descolam com a predominância pop do enfoque da Rolling Stone Brasil. Ao tratar de temas mais “sérios”, a revista oferece visões alternativas sobre determinados assuntos. Quando estes são sobre assuntos que envolvem o Brasil, temos a possibilidade de ter descortinado um detalhe a mais, uma temática que nem sempre está à mostra no restante da mídia. Neste sentido, as reportagens sobre Brasil e Política são as que mais se aproximam de uma proposição de discussão sobre o elemento nacional. Quem somos diante deste ou daquela temática? Somos responsáveis por aquilo ou não?

Uma situação diferente, porém, ocorre na matéria “Projacre”, em que é mostrada a região acreana que servia como palco para a produção de uma minissérie global e, ao mesmo tempo, revela um local em que a vida ocorre de forma desconhecida para muitas pessoas no Brasil, tanto social como política, econômica e artisticamente. Ao descrever o empreendimento como estruturado e cenário de uma megaprodução da TV Globo, somos convocados a conhecer um pedaço do Brasil até então relativamente desconhecido, mas que se não estivesse sendo apresentado por meio do consumo do meio massivo que faz este intermédio, continuaríamos ignorantes em relação a ele. Se por meio da minissérie podemos conhecer mais sobre a história do Acre e suas paisagens naturais, na matéria da Rolling Stone sabemos quem são os agitadores culturais, as políticas do estado, como a sociedade se vê e o que espera do restante do Brasil para com ela. É um bom exemplo de como o consumo – neste caso de mídias duplas: a TV e a revista – pode trazer acesso à cidadania como propôs Canclini. Uma vez informados por estes meios de comunicação, poderemos ter uma atitude em relação ao assunto. Entretanto, caso não houvesse a mediação, conheceríamos o Projacre?

Nesta primeira edição, três perfis artísticos estão presentes. O relato-entrevista-perfil inaugural da RS Brasil é com o cantor e compositor Bob Dylan, um dos artistas mais influente do mundo, trilha sonora de todas as gerações e músicos que vieram depois dele. Sob o pretexto de comentar seu novo trabalho na época, *Modern Times*,

Dylan fala sobre toda a sua obra e suas visões de mundo. Aparentemente, a escolha do cantor para ilustrar a estréia do espaço se deva ao fato da influência e genialidade artística de Dylan se confundirem com a gênese da RS, que frequentemente o entrevista. As primeiras obras de Bob Dylan datam de tempos semelhantes à da estréia do projeto editorial da RS nos Estados Unidos. Outra reportagem que revela um ícone – este brasileiro – trata da atriz Mariana Ximenes, que de acordo com a teoria levantada pelo escritor do texto, Marcelo Rubens Paiva, está sempre no ar nas casas de milhões de brasileiro por um motivo de puro talento e perseverança, além de não se deslumbrar com o sucesso. Por último, o ator Jack Nicholson representa o cinema no espectro de abordagens levado às páginas da revista, com personagens polêmicos, nem sempre de fácil digestão, e com uma vida privada incomum.

Bob Dylan, Mariana Ximenes e Jack Nicholson, aparentemente, são rostos facilmente reconhecíveis para os leitores da Rolling Stone. Apesar de não haver em um primeiro momento nada que os ligue, na verdade podemos estabelecer que ao colocar Mariana Ximenes entre dois grandes astros como Dylan e Nicholson, colocamos o potencial da atriz brasileira como capaz de alcançar grandeza tão grande quanto, seja no Brasil ou fora dele, uma vez que a indústria da dramaturgia brasileira está se expandindo. O autor da matéria não economiza elogios ao dizer que Mariana Ximenes é uma das namoradinhas do Brasil e que estabelece com o público uma relação empática sem necessariamente estar ligada a uma categoria de papel (mocinha ou bandida). É uma forma de posicionar o nacional que já é reconhecido internamente em uma possibilidade de se tornar mais do que isso.

Já a matéria de capa com Gisele Bündchen resume bastante o espírito da atuação editorial da revista, com uma descrição do processo em unir decisões em três cidades e dois países ao mesmo tempo para viabilizar um ensaio fotográfico com a brasileira que é a mais famosa modelo do mundo. Sua imagem nas fotos deveria ser o “rock n’ roll”, então o ensaio apresentou Gisele com guitarras e poses sensuais diante das lentes, enquanto equipes em dois países se organizavam mutuamente para que o trabalho fosse finalizado. A sessão, realizada nos Estados Unidos, organizada em duas cidades brasileiras, estamparia a capa de uma revista que iria às bancas de todo um país e simbolizaria a chegada de um veículo de alcance mundial em sua versão brasileira com a força da cultura globalizada.

Esta é, portanto, uma maneira de representar a inserção atual que a cultura brasileira é capaz de ter no mercado cultural global e o diálogo que pode ter em

condições semelhantes em relação às outras culturas. A figura referencial de uma modelo que nasceu no Brasil e que é reconhecida em qualquer lugar do mundo aciona os repertórios icônicos nacionais do leitor brasileiro, independente deste achar a opção por uma modelo, símbolo da superficialidade, ter sido a melhor opção editorial para a revista, algo que será bastante questionado nas cartas de leitores da edição seguinte. A intenção ao colocar Gisele Bündchen na capa da primeira edição da Rolling Stone é nenhuma senão apresentar ao leitor brasileiro um referencial pop de sua cultura, mas não necessariamente apelando para questões de orgulho ou territorialidade. Desta maneira, a revista se faz “nacional” por atrelar a si estas personagens referenciais culturais pop da nação, e não por incitar o leitor a discutir sobre sua condição brasileira ou incentivar uma reflexão sobre o assunto a partir de um ponto de vista de reportagem. Para completar a salada de abordagens proposta pelos jornalistas, a visita da banda de thrash metal Slayer ao Brasil foi acompanhada durante a passagem do grupo no Rio de Janeiro. Na cidade, os músicos falaram, além do atual estágio da carreira, sobre as particularidades da sociedade e do público brasileiros, lugar que ainda guarda muita admiração pelo gênero.

Em resumo simples, a primeira edição da RS Brasil poderia ser apresentada como um apanhado geral e inicial do tipo de jornalismo que a revista pretende apresentar aos seus leitores a partir de então. Uma grande exibição inicial em que a maioria das matérias expõe que a proposta diferenciada da revista gira em torno de determinadas propostas de escrita e abordagens que tocam especialmente de música, cultura, tecnologia, política e entretenimento. Para definir que matérias farão ou não parte das edições, os principais critérios serão, prioritariamente, a relevância do “elemento brasileiro” envolvido no recorte das matérias, nos personagens e seus discursos, e a importância do objeto das matérias na cultura pop global. Este elemento pode ser tanto o personagem de cada matéria como também o jornalista em si, ao passo em que ele pode entrevistas, do Brasil, fontes internacionais à vontade.

A identidade que persegue a revista no primeiro número, portanto, apresenta-se predominantemente pop. A partir do instante em que o elemento brasileiro entra na mistura, ele o é colocado a partir da noção de que a cultura pop nacional está inserida e dialoga com a mundial, ao passo que os artistas ou ícones brasileiros estão influenciando outros semelhantes de outros países ou ganhando reconhecimento fora do Brasil ou estão em sintonia com a cultura trazida de todas as partes, prontos para agradar ao gosto internacional. A RS Brasil, no primeiro número, parece apontar para

uma preferência por esta categoria de manifestações, personagens e identidade que acionem o imaginário pop global do leitor. Apresenta-se também uma forte veia de incentivo ao consumo de marcas em roupas e acessórios, com seções unicamente dedicadas a cotar preços de peças que, de acordo com o julgamento da publicação, são de primeira necessidade. A quantidade de páginas dedicada à publicidade paga também é bastante elevada.

Apesar disto, há também a possibilidade de matérias mais profundas não necessariamente enveredarem pela abordagem pop em si, como é o caso de “Conexão Brasilis” e “Política Nacional”. Não por acaso, estas matérias falam exatamente de temáticas brasileiras, muito em prol de estabelecer com o leitor esta noção de que o nacional tem espaço privilegiado de discussão na revista, avisando a ele de que esta tendência provavelmente se repetirá nas edições futuras e que uma visão alternativa de Brasil pode ser encontrada nestas páginas.

3.4.2 – RS 02

O segundo número, aparentemente mais ordenado e já contando com a participação maciça do público, que enviou cartas e e-mails comentando a publicação, oferece mais elementos dispostos em uma lógica menos genérica e que nos dá mais subsídios para continuar uma análise acerca da construção da utilização do nacional ao longo das páginas da revista. As primeiras cartas revelaram felicitações acerca da chegada da RS ao país e elogiam a maioria das matérias da edição número 1, com exceção geral aos preços cotados na seção “Estilo” e à matéria sobre os sons da guerra, classificada de mau gosto e também questionamentos sobre o porquê de Gisele Bündchen na capa da edição original (estas reclamações continuarão ainda ao longo de outras edições). A ausência mais sentida no corpo da revista neste primeiro momento em que ainda se folheiam as primeiras páginas fica por conta do editorial, que desta vez não foi impresso, sem justificativas. A capa com Iggy Pop joga com a contradição em relação à primeira e apresenta um elemento internacional bastante conhecido, mas por outro lado investe mais em destaques nacionais, como o “especial política”, com quatro matérias falando sobre o assunto. Destaca também uma matéria sobre o ano de 1986 para o rock brasileiro e outros artistas, além de artistas da música estrangeira. Estes destaques de capa não necessariamente falam sobre as *reportagens* da revista, os textos

normalmente mais marcantes e característicos, mas sim de personagens que podem fazer parte tanto de uma simples nota quanto de alguma das reportagens internas. O ponto é o jogo direto da capa entre os elementos internacionais e aqueles que fazem referência ao Brasil.

A seção “Rock & Roll” permanece com uma orientação parecida com a da primeira edição, com um balanço entre artistas estrangeiros e nacionais. No entanto, os brasileiros, como Céu, novas roqueiras em gravadoras, Orquestra Imperial e Lanny Gondim, desta vez se conectam mais pela relevância e alcance nacional de seus trabalhos do que pela representatividade ou influência internacional observada na edição inaugural. A categoria brasileira ligada ao mundo está representada em uma única nota que aponta a participação de Los Hermanos e Patu Fu em um festival na Inglaterra. Apesar de ser um assunto relevante em uma ocasião “típica” da Rolling Stone, o assunto rendeu apenas uma nota, o que demonstra que provavelmente a redação não pôde deslocar um repórter para cobrir o fato. Então, limitou-se a registrá-lo.

Entre os estrangeiros, três matérias falam sobre grupos que estão a caminho do Brasil ou já estiveram no país e transcorrem sobre suas experiências (Video Games Live, Joe Lally e Ladytron). Um deles é entrevistado a respeito de seu interesse em música brasileira (DJ Diplo), três sobre novidades em geral relacionadas a Lilly Allen, Bob Dylan, Guns N’ Roses. Matérias sobre clube nova-iorquino CBGB e Rolling Stones fecham a conta. A tecnologia ligada à música aparece com uma matéria sobre processos judiciais movidos por gravadoras contra usuários de programas de downloads de canções pela internet. Já o cinema surge com duas matérias sobre os atores-revelação Sienna Miller e Ryan Phillippe. As notas, em geral, tratam de novidades sobre artistas em formato de pílula. Já as matérias seguem uma orientação mais informativa, com exceção da que inclui o DJ Diplo, em que este revela que a cultura brasileira faz parte do seu repertório e cumpre uma temática da RS de preferencialmente confrontar os artistas estrangeiros com algum elemento nacional.

A seção “Estilo” continua sua tendência e, a partir das preferências dos personagens tratados em fotos, oferece acessórios parecidos de marcas famosas a preços variados. A personagem principal desta edição é o guitarrista do Panic! At the Disco, Ryan Ross. Também há uma foto de um integrante do Black Eyed Peas, Will.i.am, e de um anônimo em um show de Lenine em outubro de 2006. A seção se completa cerca de 60 páginas à frente, com a foto-reportagem orientada para o consumo “Meninos do Rio”. Nela, personagens encarnados por músicos que moram no Rio de Janeiro desfilam

modelitos mais ou menos adequados às suas personalidades sob o pano-de-fundo da cidade, todos com preços sugeridos devidamente cotados no canto de cada página. Esta é a seção que oferece mais diretamente ao leitor produtos de consumo, e mostra também que brasileiros, assim como estrangeiros, compartilham de estilos de vestimentas que podem ser comprados pelos leitores e que definem a identidade daquele nicho consumidor. Apesar das discussões e temáticas que a revista oferece, o consumidor ideal da Rolling Stone é exatamente a pessoa que aparece na foto. As indicações são feitas para que os leitores “reais” se aproximem cada vez mais desta imagem retratada.

Na “Acontece”, duas bandas se pautam pelas influências marcantes de música brasileira e internacional (Firefriend e Cabaret), e duas buscam reconhecimento nacional (Gonorréia e Função RHK). A temática da coluna não muda, ao passo em que é orientada para o registro das bandas novas que têm potencial nacional e não apenas estão restritas a um pequeno movimento regional. Em contradição com a edição número 1, que retratou OutKast, a “P&R” dá espaço ao elemento nacional com o cantor Paulo Miklos, dos Titãs, conversando sobre, música, política e cinema. Em apenas uma página, a revista conseguiu mostrar ao leitor um resumo altamente sintético da proposta da publicação: um ícone reconhecível do Brasil influente, que nas páginas discute sobre diversos assuntos de interesse do público que acompanha a RS e que, em primeira instância, é associado à música, mas não deixa de interagir com outros aspectos da cultura.

Em “Mixmídia”, há textos representantes de TV, internet e videogames, na primeira do gênero a estar mais claramente montada para dar atenção maior ao público brasileiro. A microssérie “Antônia”, da TV Globo, é apresentada nas páginas da seção, além de outras dicas de programas de TV por assinatura em notas. A internet fica por conta do artigo que discute a importância do Myspace na vida de bandas iniciantes atuais, tanto no Brasil quanto no mundo. Na seção de jogos de videogame, uma análise dos três principais consoles da atualidade e quais os planos das fabricantes para o mercado brasileiro. Como extra, uma matéria sobre um norte-americano que faz campanhas contra os malefícios e deseducação social da juventude provocada pelos videogames, Jack Thompson. Com exceção desta última matéria, a intenção foi de proporcionar ao leitor um conhecimento maior sobre o que acontece atualmente nas mídias às quais os brasileiros podem ter acesso. Em um conjunto condensado de páginas, é possível fornecer uma seleção de relevância do que acontecia na TV aberta e fechada, a descoberta de um serviço mundial que conecta bandas e fãs e como os

futuros planos de novos videogames chegariam ao mercado brasileiro diretamente com os fabricantes em suas sedes.

“Política Nacional” começa a diversificar o leque de opções de assuntos relacionados ao tema em comparação à primeira edição, mas em um pólo oposto. Enquanto no volume original uma única matéria fazia uma análise genérica da política em Brasília, o segundo investirá em quatro assuntos diversos distribuídos cada um em sua própria matéria dentro do mesmo universo. Os textos falam são uma crítica das ações do ministério de Gilberto Gil, preleções para as eleições de 2010, motivos pelos quais Lula venceu o pleito de 2006 e a posição em que Geraldo Alckmin (PSDB) foi deixado na política nacional após sua derrota para o petista. Todas elas, tal qual a inaugural na edição 1, enveredam por uma linha mais analítica. Ao aumentar o número de páginas dedicadas ao tema, os jornalistas também insinuam ao leitor que chegou um momento na RS em que o espaço dedicado ao tema “política” será aumentado. Ao passar de uma matéria para quatro e diversificar os personagens relativos ao assunto, a capacidade de análise política da revista também se amplia diante do leitor. Para este, a leitura do enfoque do jornalista é uma maneira de adquirir mais conhecimento sobre o tema e que pode ajudá-lo a formar opinião relativo àquilo. É mais uma demonstração da possibilidade de atuação do cidadão mediado pela via do consumo.

A série de matérias se conecta com o perfil de um ex-servidor federal da Polícia Militar e do Detran que em 1980 foi denunciado pela Folha de S. Paulo e preso por fazer parte de um esquema no órgão para forjar habilitações. Miguel da Silva Lima atualmente é advogado e fala dos três lados da situação: prender como policial, ser preso como fraudador e soltar como advogado. No texto, todas as conexões reprováveis do poder são discutidas a partir das memórias do personagem. Como “Política Nacional”, “Brasil” também mantém uma visão única sobre um tema, mas desta vez investe em uma linha mais de depoimento, perfil, história de vida. Não é crítica, mas convida o leitor a uma reflexão de uma realidade brasileira mostrada no texto e que, mais uma vez, seria mostrada apenas por esta revista. É uma forma de fidelizar o leitor que tem interesse nas análises mais aprofundadas relativas ao Brasil.

Na RS 2 as reportagens específicas sobre música ganham mais espaço. A maior delas dissecar os álbuns lançados por clássicas bandas do rock brasileiro que lançaram grandes álbuns quando estas ainda davam seus primeiros passos, no ano de 1986, classificado no texto como o ano de ouro do rock brasileiro. Titãs, Legião Urbana, Paralamas do Sucesso, Ira!, Plebe Rude, Capital Inicial, Engenheiros do Hawaii e RPM

comentam sobre as obras, o processo de gravação e o período histórico em que os álbuns foram concebidos. A gravação do clássico álbum *Dark Side Of The Moon*, do Pink Floyd, agora transformada em livro, também foi gancho para uma das reportagens, em especial devido ao lançamento nacional da edição para venda nas livrarias, destrinchando o processo de criação, registro e imortalização do disco, que é um dos mais vendidos em todos os tempos na história da música. A reunião de clássicos, tanto brasileiros quanto estrangeiros, os coloca em pé de igualdade perante as páginas. A partir do mote musical, a produção cultural nacional tem um valor que é registrado na qualidade das obras de grupos de rock, e os relatos das bandas contribuem no sentido tanto de mistificar quanto desmistificar cada uma destas produções. No momento em que detalhes da produção de cada disco são revelados, estes se tornam mais palpáveis e, ao mesmo tempo, mais lendários. Exatamente como *The Dark Side of The Moon*.

A passagem de Iggy Pop pela Argentina – que logo após seria seguida por shows no Brasil - é tema de outra das reportagens, em que a força do show do mito pré-punk é demonstrada diante na narração de sua apresentação, além da emoção que o público latino-americano é capaz de trazer aos artistas, ainda desacostumados a tocar nesta parte do mundo e ao público especialmente afoito da região. Os perfis-entrevistas de artistas musicais são dedicados à norte-americana Fergie, vocalista do Black-Eyed Peas, e o multifacetado brasileiro Tom Zé. A cantora, que lançara então seu primeiro álbum-solo e, durante o texto, expõe suas fraquezas vindas de uma infância de atriz-mirim de sucesso para adolescente problemática e adulta viciada em drogas e remédios. Já Tom Zé é entrevistado por Xico Sá, que em seu texto assume uma personalidade parecida com a do cantor e nos apresenta um texto em que arrisca sintonizar com a mente do tropicalista. Tenta emular o pensamento confuso do cantor que apresenta-se quase sempre genial, fato retratado no texto em tom de registro e conversa informal, difícil de ser digerido imediatamente. Ao longo da construção do discurso, Tom Zé também é apresentado como um artífice da cultura popular e erudita que, em suas mãos, ganhou uma roupagem moderna que se tornou referência da brasilidade contemporânea e que exerce influência sobre artistas do mundo inteiro a partir de sua revelação no movimento tropicalista.

Relacionar Fergie e Tom Zé é uma boa forma de aproximar o Brasil do restante do mundo na visão da revista, visto que se Fergie é uma artista em ascensão que tem seu rosto conhecido no mundo inteiro, Tom Zé é um tropicalista que também goza de prestígio em todo o mundo, uma vez que influenciou e influencia muitos outros

estrangeiros do meio cultural em geral com sua arte. É uma maneira de expor ao leitor o valor do brasileiro a ponto deste ser exportado. E, de acordo com a matéria, o que faz de Tom Zé especial é exatamente o fato de ele estar sempre olhando para suas raízes, para seu regionalismo, e a partir dele projetar esta tradição de uma maneira moderna não só no Brasil, mas também em todo o mundo. Portanto, se Tom Zé está na Rolling Stone, então ele faz parte de “tudo o que importa”. E tudo o que importa é o que a RS traz ao seu público todo mês.

A mais longa reportagem trata sobre a mais controversa religião da atualidade, a Cientologia, propagada em diversos países do mundo e que tem como garotos-propaganda alguns dos mais famosos atores do cinema norte-americano, como Tom Cruise. Ao longo de oito páginas, a repórter americana experimenta pessoalmente a exposição à carga doutrinária da Cientologia, além de entrevistar diversos praticantes, dirigentes e dissidentes do culto criado pelo escritor Lafayette Ron Hubbard, em um texto que mistura literatura e informação em doses balanceadas. A tentativa é descobrir que segredos fazem com que a igreja se espalhe por tantos países e tenha tantos seguidores famosos, tarefa que a reportagem não esclarece, mas suscita a curiosidade do leitor. Na nona página sobre o tema, repórteres brasileiros visitam as igrejas da Cientologia em São Paulo, onde ainda tem pequena representatividade, mas em expansão, em busca de cada vez mais espaço no país. O texto se atem mais à informação, talvez pelo espaço reduzido, mas ajuda a complementar o sentido global que a religião busca atualmente, e como o processo está sendo conduzido no Brasil nesta etapa inicial.

Este é o grande exemplo da segunda edição da revista de como é possível situar o Brasil na cultura-mundo, em como o país faz parte das dinâmicas mundiais porque está ao mesmo tempo influenciando e sendo influenciado pelo mundo, a ponto de uma igreja que nasceu norte-americana já estar expandindo suas bases para se tornar popular nas maiores cidades brasileiras porque é importante que o Brasil esteja entre os países que podem adotar a cientologia por parte de sua população. Paralelo a isto, conta também o fato de a Cientologia ser uma religião que tem um quê de pop, uma vez que vários dos grandes divulgadores da fé são atores de Hollywood. No Brasil, não é diferente. A cientóloga mais conhecida do Brasil, segundo a reportagem, é a escritora de auto-ajuda Zíbia Gasparetto. Convém também explicitar o quanto a Cientologia está ligada ao consumo a partir de seus ícones propagadores. Por meio do consumo dos artistas, escritores e personalidades em geral, é possível conhecer uma religião que

promete um ideal de vida e de encarar o mundo. Ela reafirma esta relação continuamente e busca de maneira explícita o aumento das fileiras de seus fiéis por meio da divulgação maciça dos famosos convertidos. E em cada país, seus ícones se movimentam da mesma maneira, convocando o público, ainda que os famosos do cinema americano sejam os mais apelativos, pois são capazes de falar para as populações de todo o mundo.

O segundo volume da RS traz uma revista mais orientada para a música e com uma tendência a deixar a generalidade na abordagem de assuntos cada vez mais de lado, visto que a ocasião de inauguração da revista já ocorreu de fato e que, por isto, as seções passam a tratar de temas mais específicos dentro das temáticas propostas, abandonando pouco a pouco a atitude de ainda apresentar a revista ao público, embora isto ainda seja necessário. É o que mostra o fato de apresentar outras visões sobre um mesmo tema, como foi o caso de “Política Nacional”, que abordou o assunto usando, diferentemente da primeira edição, uma coleção de quatro matérias de discussão, diferentemente do artigo único do primeiro volume. Em comum com a primeira edição permanece a preocupação de situar o elemento brasileiro em uma identidade imbricada com a de diversos países que influenciam a cultura pop, especialmente Estados Unidos e Inglaterra. Ao passo em que adquire traços internacionais, a cultura pop brasileira fornece elementos que são consumidos por pessoas de outros países e culturas que legitimam a importância do Brasil no mundo contemporâneo.

3.4.3 – RS 03

A terceira edição retoma frontalmente a atitude de polemizar já a partir da capa, com uma foto e chamada para uma matéria sobre Ivete Sangalo. A chamada é especialmente convidativa à polêmica, uma vez que questiona se seria a cantora “A rainha da música pop brasileira”, grafado na capa com uma interrogação. A antecipação direta de um questionamento que, possivelmente, poderá trazer discussões acaloradas dos leitores a depender do ponto de vista assumido pelo jornalista que assina a matéria. E, provavelmente, alguns leitores mais avessos a certas manifestações musicais populares como Ivete Sangalo não gostariam de ver uma publicação que traz toda uma carga de respeitabilidade editorial como a RS analisando que Ivete Sangalo pode ser de fato a maior diva da música brasileira. Tanto por estar em permanente movimento de

exercer sua grandiosidade como artista e *showwoman* como no fato de deixar isso claro com a idéia de registrar um show no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, com recursos de produção internacional, algo jamais tentado por nenhum artista brasileiro. Estes fatos seriam capazes, portanto, de confirmar o tamanho da popularidade e influência da cantora na atual configuração na música no país. Além de estar o tempo inteiro disponível para sua música e seus fãs, encontra tempo para atacar no cinema, na televisão, publicidade e também de espalhar seus tentáculos em outros países, onde recebe um reconhecimento ainda maior. Tudo isso, de acordo com as próprias palavras da cantora, ainda continuando a fazer música baiana, a despeito do termo “pop” atualmente agregado ao seu trabalho.

A conclusão alcançada pela matéria já havia sido antecipada, porém, no editorial da edição nº 3, novamente assinado por Ricardo França Cruz. O texto, “Vivendo em Grande Estilo”, chama a atenção do leitor para o fato de a RS ser uma revista de cultura pop, e que ninguém melhor na atualidade para encarnar este espírito que Ivete Sangalo, musa eleita pela massa e, apesar da crítica muitas vezes jocosa, e jocosa até mesmo por parte da própria RS, não interessa ao povo que a produziu e a consome há mais de dez anos. E que a onipresença e importância de Ivete é, proporcionalmente, a mesma que a publicação deseja em sua existência editorial brasileira. Em resumo,

“É com capas e reportagens como esta mostrando e discutindo artistas da música, do cinema, da moda, da televisão, da literatura, de onde for, de um jeito que você só vai ver na Rolling Stone, que, mês a mês, queremos mostrar a que viemos.” (CRUZ, Rolling Stone Brasil, nº 3, 2006, p. 10)

Até o momento, a reportagem com Ivete Sangalo é a que melhor propõe uma discussão do tema misto do referencial brasileiro, cultura pop, hibridação e cultura-mundo. A reportagem expõe a cantora como um arquétipo do Brasil, reconhecido tanto dentro como fora dele, com seu rosto e nome estampados não só em CDs e DVDs à venda em todos os lugares, mas também em comerciais e publicidade em geral, esta quase que onipresente. Também não pode ser associado unicamente à Bahia, pois apesar de alegar que faz “música baiana”, lista em seu repertório baladas, canções com apelo pop e diversos outros estilos e até mesmo em outras línguas que fazem sucesso em todo o país independente da região, e também na América Latina e em diversos países da Europa, a exemplo de Portugal e Espanha, onde goza de grande popularidade. É um ícone que parte do Brasil, mas que fala para o mundo e também viaja por ele em

apresentações musicais. Diante de tanto alcance e influência, seria mesmo Ivete Sangalo a rainha da música pop brasileira? Aparentemente, seria possível considerá-la a artista mais em sintonia com a pós-modernidade no Brasil, uma vez que não atrela sua imagem a apenas um canal, tem uma identidade difusa (joga ao mesmo tempo com o fato de ser baiana e brasileira) e sua imagem está altamente atrelada ao consumo de produtos, não só musicais mas de uma série de outras coisas que levam seu nome ou seu rosto por meio de contratos publicitários.

Na “Rock & Roll” da terceira edição, a tendência das duas primeiras é invertida. As matérias com bandas que estão a caminho do Brasil em destaque se resumem apenas ao My Chemical Romance e Placebo, enquanto outras que também se apresentariam no país acabaram relegados às notas de canto de página. A maioria das matérias está dedicada às novidades musicais ou culturais do período, com novos lançamentos de Linking Park, Buena Vista Social Club, Eric Clapton, Chris Cornell, Ira!, Marcelinho da Lua, Dinossaur Jr. E a novidade musical Lady Sovereign. Representando os brasileiros que podem seguir carreira internacional, a banda Sweet Cherry Fury, do Rio Grande do Sul, é apresentada como aquela que tenta seguir os passos de Cansei de Ser Sexy e ser conhecida fora do país.

Na seção “Acontece” é continuada a tendência a mostrar novos projetos e artistas mais afinados com a mistura e referência cruzada, como a paulistana Leididai, o projeto Maquinado, do guitarrista da Nação Zumbi, Lúcio Maia, e Damn Laser Vampires, gaúchos feitos para a exportação direta aos clubes europeus. “P&R” dedica o espaço ao vocalista dos Killers, Brandon Flowers, que revisa o último disco da banda, fala de influências e relação com outros artistas. Já “Mixmídia” foca os blogs de artistas contemporâneos, uma ferramenta para complementação das carreiras atuais e forma e uma forma eficiente de manter os artistas conectados com seu público. Há exemplos que vão desde Lilly Allen a Pitty e Jota Quest, revelando a maneira de escrita de cada um e também os endereços, numa demonstração de que a tendência é mundial e também ocorre no Brasil, onde os artistas também estão conectados e em constante contato com o público por meio da web. Logo após, há uma matéria com diversas fotos que revisa e ilustra os principais lançamentos do mercado para tocadores de mp3, celulares, máquinas digitais, notebooks e TVs de plasma, com preços sugeridos que são convidativos ou bastante salgados, feitos sob medida para qualquer parcela de leitores da revista, tanto os de poder aquisitivo maior quanto o menor.

“Estilo” permanece com o mesmo enfoque, ainda complementada com uma foto-reportagem em que, desta vez, mostra praticantes do esporte urbano *Parkour*, com típicas vestimentas dos praticantes detalhadamente orçadas para compra nas grifes. Esta é a última edição em que esta matéria fotográfica que demonstra estilos em interação com ambientes ou atitudes é apresentada na *Rolling Stone*. Todas as roupas continuam com sugestões de preços e com a lista de lojas onde podem ser encontradas, permanecendo ainda como a parte mais “consumista” da revista.

Outra virada em relação ao segundo número ocorre com uma restrição ao assunto “música” nas reportagens, resumidas unicamente aos artistas de rap Tupac Shakur e Snoop Dogg, e do ícone James Brown, cada um com seu artigo separado, em que a importância da carreira de cada um é ressaltada separadamente. Em comum, o fato de que ambos contribuíram substancialmente para a música negra norte americana, a base das atuais manifestações musicais afrodescendentes do planeta atualmente, como a cultura hip-hop, com seus fortes ecos inclusive no Brasil, fato que por si só já justificariam a presença dos três artistas nas páginas da RS, provavelmente lidas por militantes e admiradores da cultura negra espalhados pelo país. Apesar de estarem menos atreladas ao assunto música, as matérias partem deste assunto para acionar a questão da identidade negra, mais uma que pode ser assumida entre o público da revista. Os artistas retratados nas reportagens são americanos, mas suas mensagens chegam aos negros e também a outras etnias do mundo inteiro, inclusive do Brasil.

Apesar do peso que o negro tem na cultura ter tido um espaço destacado, a terceira edição da RS traz com peso ainda maior a conexão cultural e política do Brasil com a América Latina e o resto do mundo. Esta temática aparece em uma série de artigos que podem facilmente ter relações entre si. Em “Política Nacional”, o repórter Gustavo Krieger analisa as empresas privadas que mais doaram dinheiro para as candidaturas presidenciais, estaduais e de parlamentares em 2006. Com isto, monta um panorama da influência política destes empresários, que podem decidir os rumos políticos de acordo com seus interesses financeiros a partir do compromisso de confiança depositado em candidatos que, a partir disso, deverão trabalhar institucionalmente em nome destes investimentos. Na lista de maiores doadores estão companhias siderúrgicas, bancos e construtoras estão no topo. Estes são, de acordo com o repórter, os verdadeiros donos do poder. Poder este que não se interessa pela difícil situação de violência e instabilidade do país vizinho, a Colômbia, personagem da matéria de Ricardo Soares, debatendo o passado e presente políticos da nação cuja

principal atividade econômica provém da folha de coca, produto que também traz à tona seus maiores dilemas, com um grupo de narcotraficantes em guerra constante com o governo nacional legando à população um clima de medo e violência incessantes que já dura mais de 60 anos. A situação atual da Colômbia, segundo Soares, torna o vizinho totalmente desconhecido dos brasileiros apesar da proximidade das fronteiras.

As relações entre política, Brasil e mundo são exploradas de uma maneira interessante nas duas matérias. Enquanto o dinheiro que é depositado nos candidatos que estão atualmente no poder e que já alcançam uma influência internacional a ponto de ser possível uma integração maior entre os vizinhos que possibilite uma participação maior do Brasil na Colômbia, ainda que esta seja mais de um conhecimento de um povo sobre o outro, o que não acontece. A análise da revista mostra ao leitor que há ao lado um país com uma complexidade social intensa e que vive em constante estado de apreensão devido às tensões políticas, e que se caso não houvesse esta apresentação, poderia ser provável que a ignorância sobre o assunto permanecesse, uma vez que a publicação também se propõe a descortinar realidades aparentemente deixadas de lado. Esta é uma das principais relações que a Rolling Stone estabelece com seus leitores. E quando isto acontece, boa parte dos conteúdos está relacionado a temáticas que envolvem assuntos ou ícones brasileiros, o que nos faz sentir envolvidos na temática. Esta relação estabelecida faz com que a Rolling Stone se torne o veículo que seleciona a realidade brasileira a ser iluminada mensalmente para o público, que consome o conteúdo e, por meio da revista, passa a conhecer mais sobre aquele assunto específico que tem a ver com o Brasil e se sentir apto a atuar de maneira diferenciada em relação a ele a partir destas informações.

A distância entre os próximos pode, por outro lado, ser reduzida mediante a utilização de alguns dos produtos modernos criados por geniais jovens norte-americanos que aparecem em uma reportagem sobre o perfil desta nova geração de empresários da tecnologia virtual. Mal saídos da faculdade ou da puberdade, estudantes ou ex-estudantes do Vale do Silício já criaram ferramentas que são a nova cara da internet e da conectividade planetária, como o site de vídeos Youtube, a plataforma de compartilhamento de arquivos Bittorrent, o comunicador instantâneo Meebo, a rede de interconectividade facebook e o navegador de internet Firefox. A importância em nível global destas invenções alcança cifras bilionárias no mercado de ações do mundo inteiro e atinge a vida de cada pessoa integrada à cultura mundial por meio da internet. O que será do futuro destes jovens e de suas invenções é o questionamento da reportagem,

uma resposta difícil de encontrar em apenas um texto. Entretanto, há por meio da reportagem a possibilidade de conhecer um pouco mais sobre cada um destes serviços e seus segredos, o que aumenta o repertório do consumidor da revista, que também é um interessado em tecnologia.

Menos sérias são as questões do cinema-entretenimento de Hollywood, que emprega atores como Daniel Craig e Cameron Diaz, cujo alcance chega ao público de todo o mundo em filmes como James Bond ou As Panteras. Nos perfis dos atores, seus pensamentos, modos de trabalho e formas de encarar a arte como ela se opera na indústria da cultura pop. Cultura esta que foi essencialmente influenciada pelo diretor brasileiro José Mojica Marins, conhecido mais normalmente como seu personagem Zé do Caixão (ou *Coffin Joe* para os americanos). Com sua filmografia seminal produzida nos anos 60, é um referencial para o gênero de horror em todo o mundo e, na época, retomava sua produção voltada exclusivamente para o cinema de grande público, em busca de terminar a trilogia iniciada com “À Meia-Noite Levarei Tua Alma” e deixada incompleta com “Esta Noite Encarnarei no Teu Cadáver”. O processo de filmagem de “A Encarnação do Demônio” é compartilhado com o repórter, que se inscreve no elenco de apoio e vivencia um dia de filmagens de um diretor de filmes excêntricos e que deseja retomar sua produção que o diferencia dos demais e que o levou a ser tão importante na cultura pop mundial até os dias atuais. O resgate de Zé do Caixão é uma boa maneira de amarrar os conteúdos, uma vez que o desenvolvimento da linguagem e suspense que houve nas obras do cineasta brasileiro foram incorporadas por muitos diretores e estéticas do cinema americano. A partir do Brasil, este profissional conseguiu influenciar o gênero em todo o mundo, influência esta que permanece até hoje. Mesmo brasileiro, rivaliza igualmente com grandes astros do cinema em importância para a arte.

A terceira edição investe mais em polêmicas, relações entre conteúdos e na força do nome da revista, ao mesmo tempo em que reforça e entrelaça temas com a interconectividade mundial entre as abordagens do mundo, como nas reportagens de política, mundo e tecnologia. A cultura impressa nas páginas deste volume também joga com a hibridação das identidades. Em como o cinema produzido no Brasil, por exemplo, impacta no mundo e como a cultura produzida por negros afro-americanos determina uma tendência de atitudes de toda uma comunidade étnica tanto no Brasil como em outras nações. Estas influências se juntam nos indivíduos e nas manifestações culturais, de forma que diversas identidades convivem dentro dos cidadãos. Muitas

destas identidades podem ser conseguidas ou apresentadas por meio das páginas da RS, algo que já pode ser assimilado pelo público da revista, que aos poucos é educado a ver o volume nas bancas e saber o que esperar dos textos que estão impressos mensalmente.

3.4.4 – RS 04

“Disparidade” e “relevância” são as duas bandeiras da redação da RS Brasil na quarta edição da revista. Provavelmente movidas pelo êxito de comentários e polêmicas – em especial a da capa - da última edição, jornalistas e editores embebem-se dos desafios de remar contra a maré, em um movimento que o editor Ricardo Franca Cruz expõe no editorial como uma renúncia a “um possível conforto editorial, uma densa zona de estagnação vestida em pele de tranquilidade”. A partir da capa e dos destaques, o jornalista assume que a intenção da revista, e mais especificamente deste quarto exemplar, é jogar com as finas conexões entre assuntos inicialmente díspares, como o cinema mainstream de Rodrigo Santoro, a estréia da nova musa Hermila Guedes e a importância histórica de Sylvester Stallone neste emaranhado; os pops passados e presentes e Elis Regina e Justin Timberlake; os hypes semelhantes, ainda que desproporcionais, de Cansei de Ser Sexy e the Doors; e a onipresença mercadológica do produtor Rick Bonadio em contraponto com os festivais independentes que pipocam pelo Brasil. O esboço de contraposição de assuntos já havia sido esboçado na edição anterior. Nesta, a tendência é declarada.

Esta disparidade tem início logo na seção de cartas, em que democraticamente mensagens de amor e ódio¹ sobre a inclusão da cantora baiana na capa estão distribuídas na página. Outra correspondência exalta a coragem dos jornalistas em toparem o desafio de louvar Ivete, enquanto outra parabeniza a “miscelânea da boa”. Na seção “Rock & Roll” a mistura permanece, calcada especialmente na dualidade entre novos e antigos, como Roberto Carlos e Cansei de Ser Sexy, Simple Plan e Robert Plant, Fall Out Boy e The Doors, Paul Stanley e My Chemical Romance, todos estes em relatos de novas gravações, assim também como o processo interno do registro de novos discos de Courtney Love, Stooges, Capital Inicial e Cachorro Grande. Outra disparidade está em relação à tecnologia. Em duas matérias, a tecnologia aliada à globalização se tocam a

¹ “Mensagens de Amor e Ódio”, não por coincidência, é o subtítulo da seção, escrito logo abaixo do título oficial. Na revista norte americana este detalhe também existe, mas sob um termo não tão discordante: “Love Letters & Advices” (“Cartas de Amor e Conselhos”, em tradução livre).

partir de dois textos diversos. No primeiro, um antigo produtor de espetáculos norte-americano criou um site para permitir o download gratuito de shows raros e clássicos que registrou de cada um de seus contratados, de Led Zeppelin a Dire Straits. Com esta proposta, aliada a venda de merchandising não-autorizado pelos grupos, o Wolfgang's Vault era um iminente foco de discussão, polêmica e ações judiciais por violação de direitos autorais. Esta violação, proporcionada em escala mundial a partir da manipulação do CD, levou o músico Ralf Richardson da Silva a criar o SMD (Semi Metallic Disc), uma mídia alternativa em busca de substituir o CD e, conseqüentemente, frear o ímpeto da pirataria no Brasil e no exterior.

Como disse o editor-chefe no editorial, o desafio é uma marca da revista já desde sua criação, e a exposição de temáticas opostas nas páginas da revista é mais uma estratégia a firmar junto ao leitor a diferenciação da revista junto às outras similares do mercado, mais especificamente aquelas que tratam de cultura pop. Ser capaz de incitar a contradição na maioria dos temas abraçados pela publicação é uma forma de abrir ainda mais o leque de visões de mundo ofertadas ao leitor, ainda que estas sejam essencialmente pautadas pelo consumo, como é o caso explícito da RS Brasil. Ao dar estas possibilidades de enfoque ao leitor, a revista também o coloca em pé de acionar suas diversas identidades a cada matéria. Estas identidades muito frequentemente se interpelam com o referencial nacional inserido na maioria dos artigos. Entretanto, é importante assinalar que raramente este apelo nacional se faz em relação a território ou a questões sobre o conceito nacional brasileiro. São na sua maioria referências a ícones pop em busca de estabelecer com o leitor apenas uma relação de identificação com rostos conhecidos no país.

No exterior, o Brasil passa cada vez mais a integrar o circuito internacional de grandes apresentações, criando inclusive um séquito de produtores especializados apenas nestas atrações, em que a coordenação com outros países é fundamental para o fechamento de turnês conjuntas que satisfaça artistas, produtores e públicos. Este é o mote de uma matéria que faz uma listagem de iniciativas já haviam trazido, somente em 2006, Rolling Stones, U2, Roger Waters, RBD e White Stripes, demonstrando pelo jornalista a capacidade do empresariado brasileiro de colocar o país no mapa cultural musical do mundo, além de reconhecer a importância da cultura do mundo vir ao Brasil. Em outra matéria, o guitarrista brasileiro Rafael Moreira contribui com uma pegada brasileira tocando na banda solo do vocalista e guitarrista do Kiss, Paul Stanley. Em outra, os paulistanos do Cansei de Ser Sexy especulam sobre o futuro da banda, que

depois de cair no gosto dos europeus e norte-americanos, foi vítima de boatos no Brasil que inclusive teriam encerrado as atividades do grupo. No entanto, a matéria ressalta que o CSS continuará na ativa e com o foco ainda concentrado na carreira internacional. Já em uma nota, o músico Sivuca é homenageado *post mortem*. Entre seus feitos, ser um dos multi-instrumentistas brasileiros mais respeitado de todos os tempos, ter influenciado a música internacional a partir do momento em que morou em Londres, nos anos 70, e especialmente ter chamado a atenção de deuses do jazz como Miles Davis. Nesta relação de matérias, a relevância é a influência do Brasil no mercado internacional da música, algo que é frequentemente ressaltado nas matérias, notas e reportagens da Rolling Stone. Por fim, colecionadores de guitarras brasileiros conquistam vastas coleções com instrumentos raros, valiosos e com acervos que não devem nada a outros semelhantes em diversas partes do mundo. A seção “P&R” apresenta o DJ Fatboy Slim, mas em uma entrevista em que o assunto é o Brasil. Prestes a visitar o Brasil para discotecar no Carnaval de Salvador pelo segundo ano seguido, o artista falou sobre o que pensava do país e da música produzida no local, além dos amigos que fez na terra. Mais um exemplo do elemento internacional que interage com o Brasil que também chama para si a interação com a cultura mundial.

Nesta quarta edição, a orientação de montagem da revista sofre a primeira alteração: A seção “Estilo” é ampliada das duas páginas típicas para quatro, sempre com duas figuras célebres masculinas e duas femininas (neste caso, Iggor Cavalera, Wander Wildner, Lady Sovereign e Nina Becker), além de um anônimo a cada página nesta edição. As sugestões de preços das peças de roupa e acessórios correspondentes permanecem listadas nas páginas. Para justificar esta ampliação, a matéria fotográfica de moda que geralmente estava localizada no meio de cada edição até o número 3 foi eliminada, o que revela que os editores podem ter percebido que a presença deste conteúdo basicamente consistia de repetição do que já era feito na “Estilo” dezenas de páginas atrás. O truque de colocar os anônimos entre os ícones que ilustram a matéria é um grande trunfo a estabelecer com o leitor uma relação de realidade na coluna e representá-lo nas páginas da revista, aumentando assim a identificação do público com o produto. Assim, a noção de que qualquer pessoa pode ter um estilo Rolling Stone e inclusive ser retratado verdadeiramente na revista se torna mais palpável, mesmo com as cotações elevadas de preços sendo mantidas.

Estável, “Acontece” permanece com duas páginas e apresentando o mesmo mix de artistas brasileiros novos na cena em vias de despontar no circuito nacional e mesmo

no internacional. No quatro exemplar da RS, Montage e Voz del Fuego & Lingerie Underground tentam sucesso internacional, enquanto Lulina reinventa influências indies e brasileiras com sotaque pernambucano enquanto mora em São Paulo. A “Mixmídia” surge reduzida, com apenas duas páginas, em que discute a brasileiríssima condição do “iPobre”, tocadores de mp3 de marcas inferiores que, por um preço imensamente menor do que aparelhos famosos e de marcas hegemônicas como Apple e Microsoft, fazem a festa dos amantes de música ao tocarem os mesmos arquivos e permitirem uma série de outros benefícios que nem sempre estão disponíveis nos aparelhos mais famosos. De acordo com o relato do repórter Marcelo Nóbrega, a proliferação dos *players* mais modestos dificulta a vitória da Apple – fabricante do iPod – no mercado brasileiro do gênero. A relação de produtos ao alcance do consumidor médio é uma sacada interessante dos jornalistas ao associarem a proliferação dos *players* baratos aos leitores da revista. Amantes da música, mas não necessariamente com disponibilidade financeira para investir em aparelhos com preços fora da realidade econômica do país, os leitores encontram na matéria uma tentativa de estabelecimento de relação de identificação com o leitor brasileiro a partir do consumo e da forma de avaliação deste ato: ter ou não dinheiro para bancar este desejo consumista. A outra página da coluna apresenta detalhes da série Heroes, que em 2007 estrearia nas TVs abertas e fechadas do país.

Logo após, surge uma sequência de três reportagens, uma matéria e uma entrevista que tratam especificamente de assuntos brasileiros, estabelecendo uma relação umbilical entre si. A primeira apresenta o sistema de distribuição de remédios para controle da AIDS no Brasil, ressaltando que o país abriga o melhor atendimento e rede de distribuição para o combate à doença do mundo, exemplo para todas as nações, mesmo que o com o setor oficial de saúde público seja descrito como abandonado pelo sistema. A política do governo, que no caso dos remédios para a enfermidade é bem-sucedida, não se revelou tão exitosa quando foi posta em prática no plano estratégico em Brasília pelo ex-ministro e deputado federal José Dirceu. Em entrevista a Fernando Costa Netto, Ricardo Franca Cruz e Ricardo Soares, o político pede para ser chamado simplesmente de ‘Zé’ e explica sua versão da história que o afastou da vida pública nacional, além da luta para limpar seu nome a partir de uma atribulada agenda do agora palestrante, consultor político e blogueiro. A marca supostamente ultrapassada de Zé Dirceu para exercer a política no país é contraposta pela juventude e frescor idealista de Manuela D’Ávila, deputada federal pelo Rio Grande do Sul, a mais votada do Brasil e também a mais jovem, com apenas 25 anos após as eleições de 2006. Antenada, usa

largamente a internet para se comunicar com seus eleitores e resume a linguagem política para estar em maior sintonia com as massas que busca representar.

As reportagens postas em relação sugerem maneiras diversas de enxergar o governo e os políticos em uma mesma seqüência impressa. A partir de uma política correta para o tratamento da AIDS, temos o contato com um ícone que ficou marcado pelo resquício da corrupção e da manipulação do poder e que tenta provar sua inocência. Logo depois dele, uma deputada jovem marca a renovação política do país e a possibilidade de haver mudanças neste sentido para as novas gerações. Os três pontos de vista nos mostram a realidade díspar que vivemos e que, segundo Roberto DaMatta, é essencial em nosso cotidiano brasileiro, acostumado a lidar com a diferença no cotidiano. Mais uma vez, a disponibilidade desta forma de apresentar e amarrar o conteúdo seria uma vocação da revista, fazendo-a diferenciada no mercado editorial e garantindo a fidelidade do público. A relação se fecha com a discussão, em “Conexão Brasilis”, dos abusos sexuais de padres católicos no Brasil exigem uma intensa rede de coberturas a este tipo de crime, em que autoridades, políticos, vítimas e, especialmente, a própria igreja fazem vistas grossas e toleram em nome de uma tradição de celibato clerical que, segundo a reportagem, deveria ser revisto para que a destruição de vidas não seja mais algo corriqueiro, o que também passa obrigatoriamente pelos corredores do Congresso Nacional em Brasília.

A outra reportagem da seção mostra o que talvez seja o último grande garimpo brasileiro: o Sikini, localizado entre o estado do Tocantins e território ao sul da Guiana Francesa. A falta de fiscalização de órgãos ambientais, regulamentação, estrutura de sobrevivência básica, segurança, saúde e rede de proteção social fazem com que o local seja um mundo à parte, esquecido e desconhecido, em que a lei da espingarda é a mais respeitada e o futuro é incerto devido à galopante escassez das pedras preciosas. A criação da cultura do garimpo no norte do Brasil é obra da política desenvolvimentista do Regime Militar, que lotou a região amazônica de exploradores que depredaram o meio-ambiente sem dó em busca de riquezas fáceis, processo este que também gerou a exploração predatória das madeireiras e pecuaristas, que devastam a região ano após ano. Esta é uma categoria de matéria que em outras ocasiões se repetirá nas páginas da revista, mas de maneira mais rara: a de reportagem que também discute a identidade brasileira relativa a seu território e a atuação do homem junto a ele. O Sikini é uma criação do homem brasileiro e sustentada por ele, incluindo as possibilidades de riqueza que oferece e a brutalidade que proporciona em seus dias de violência e perturbação

mental. Os moradores deste local esquecido são de fato brasileiros ou sequer humanos? Qual a responsabilidade dos empresários do garimpo pela degradação ambiental e humana observada no local? Qual a responsabilidade do governo e da sociedade brasileiras nesta situação. São perguntas que não chegam a uma resposta, mas convidam o leitor a uma reflexão. Uma reflexão que faz com que o leitor avalie e ative todas as suas identidades associadas ao Brasil.

A precariedade da situação no garimpo do norte brasileiro é oposta ao glamour das experiências xamanísticas para indivíduos de classe alta brasileira reunidos em São Paulo para rituais com drogas psicodélicas. O uso da Ayahuasca, planta cultivada na região amazônica, movimenta um grande interesse em descobertas psíquicas e movimenta um grande mercado alternativo e quase secreto em que psicodelia e mística se misturam. Neste processo, São Paulo se tornou, talvez, o principal centro xamanístico da América do Sul e um dos mais influentes do mundo, com gurus estrangeiros vivendo na selva de pedra e prestando consultoria para muita gente. A matéria é a segunda similar que surge nas páginas da revista, que em seu exemplar norte-americano é marca registrada, uma vez que as experiências de contracultura eram fortemente exploradas pela RS nos Estados Unidos, o que acabou sendo herdado para o volume brasileiro, especialmente por – no exemplo da matéria – São Paulo estar atualmente no centro da prática entre os seguidores da psicodelia no mundo.

O Cinema marca grande presença na RS 04 com quatro reportagens, igualmente divididas entre personagens brasileiros e estrangeiros. Entre eles, a relação de artistas mais experientes com outros mais jovens, todos em busca de uma afirmação independente do patamar em que estejam suas carreiras. O objeto da capa da revista, Rodrigo Santoro, é o ator brasileiro que mais faz papéis de destaque no cinema norte-americano. Com esta exposição, o carioca se torna alvo de pressão e cobranças para que expanda sua influência e talento em mais filmes e séries, como “Lost” e “300”, mas parece não ter pressa e faz as coisas de acordo com seu próprio ritmo, e precisa sempre mostrar que suas escolhas são sábias e que não o farão um artista descartável frente a outros com objetivos semelhantes. Em busca de reconhecimento similar, a atriz pernambucana Hermila Guedes, que entraria no circuito nacional de filmes com “O Céu de Suely”, “Baixio das Bestas” e “Deserto Feliz”, revelou-se simples e acessível, empolgada e devotada à profissão, o avesso do glamour que o meio artístico pode promover.

Novamente, um ícone facilmente reconhecível é posto em voga na revista para mais uma vez ativar o reconhecimento que chama o leitor para a revista a partir de seu repertório de cultura pop brasileira. Ao colocar Rodrigo Santoro na Rolling Stone, os jornalistas continuam no discurso de trazer figuras relevantes ao cenário da publicação e também provocar uma discussão potencialmente acalorada sobre o valor de seu trabalho em confronto com o universo pop brasileiro e mundial. Seria um ator que se consagrou em novelas da Globo e recentemente vem participando de produções estrangeiras fortemente voltadas para a cultura de massa ser um bom representante do que o Brasil tem de melhor? Do outro lado da corda, uma novata é posta em contrapartida, em uma trajetória parecida com a de Santoro. Do cinema, ela partirá para a televisão. Conseguirá também ser tão bem-sucedida quanto ele? Entretanto, o leitor da Rolling Stone deve saber quem é Hermila Guedes. Por que? Porque é pernambucana e vive papéis em que encarna diversas identidades regionais. É mulher, é atriz, um pouco cantora, tem vitiligo e quer alçar vôos nacionais cada vez mais altos. É um ícone cultural pop brasileiro em ascensão que o leitor da RS teria o privilégio de conhecer melhor primeiro que os outros.

Paralelamente, na revista, o ator e diretor Sylvester Stallone confessou ao jornalista Pablo Miyazawa que seu mais novo filme, Rocky Balboa, era de fato uma fusão do próprio criador com a criatura, em que um velho boxeador tenta ser reconhecido por sua importância, tal qual o diretor e ator com sua série de sucesso, mas nunca tratada com o devido valor pretendido por Stallone. Um reconhecimento que ainda não sabe se terá o inglês Sacha Baron Cohen, que também se confunde com sua criatura, o falso repórter do Cazaquistão Borat, cuja película entraria em 2007 em cartaz nos cinemas norte-americanos. Em sua inovadora forma de ficção mesclada à realidade, não sabe bem se conseguirá sustentar o gênero ou mesmo ser aceito em filmes com temáticas mais “sérias”. Por enquanto, Cohen convivia apenas com a sensação de ser o homem que fez piada da nação mais poderosa do planeta em cinemas espalhados por todo o mundo e que ganhou o ódio de todo o Cazaquistão por inventar fantasias absurdas sobre o país oriental. São formas de abordar a questão similares às de Rodrigo Santoro e Hermila Guedes, mas com referenciais internacionais dos quais partilha o código de referências do leitor da publicação.

Novamente, entre as reportagens mais longas e densas, a música encontra um espaço reduzido neste quarto exemplar da RS. E tal qual alertado pelo editor no início da revista, a disparidade é o que conecta os objetos dos textos. O toque de Midas do

produtor paulista Rick Bonadio, responsável pelo sucesso de grupos como Mamonas Assassinas, NXZero, Los Hermanos, Charlie Brown Jr. e CPM 22, ganha destaque nas páginas da publicação. Na reportagem, explica como se tornou um dos mais importantes empresários do ramo e produtor instantâneo de sucessos que hoje são sinal de *mainstream*. O glamour da produção de Bonadio contrasta com as iniciativas independentes de festivais como o Juntatribu, de Campinas, Abril Pro Rock, de Recife, Humaitá Pra Peixe, no Rio de Janeiro e outros espalhados por todo o território. Forma de agitar as cenas musicais das cidades, os festivais cresceram a tal ponto que, em situações não raras, promovem um circuito em que público, bandas e empresários se articulam em torno de si mesmos, evitando o salto para a unanimidade nacional devido à praticidade e proximidade entre bandas, público, mídia e giro financeiro. A participação dos grupos nos festivais regionais é praticamente obrigatória para qualquer banda que tenha pretensões mais sérias e de reconhecimento nacional, fato este comprovado pelo aumento da demanda pelas apresentações e, especialmente, pela quantidade crescente de patrocínio – público e privado – que os eventos atraem a cada edição. A contradição mostrada entre os dois assuntos segue na tendência desejada pelo editorial e, ao mesmo tempo, mostra que os dois lados da moeda na relação musical – underground e mainstream – têm espaço na revista. Se por um lado o leitor pode conhecer outras facetas do que é onipresente, as novidades mais efervescentes também dividem o espaço da revista e dão ao público uma sensação de cobertura mais democrática sem deixar de enveredar pela veia pop.

Outra contradição, desta vez entre o antigo e novo, ocorre no encontro em reportagens que falam de Justin Timberlake e Elis Regina. Enquanto o primeiro fala da concepção e gravação de seu último álbum, *Futuresex/ Lovesounds*, que aponta uma direção a seguir no mundo pop norte-americano, Elis é lembrada no ano em que completou 25 anos de morte por overdose de cocaína. No texto, há a forte atenção para a geração de intérpretes influenciados por seu modo de cantar e, a certa altura, as admirações de artistas estrangeiros que conseguiu, como Norah Jones, Björk e Madonna, a ponto de haver uma afirmação do filho de Elis, o produtor João Marcelo Bôscoli, que atesta que a voz da cantora é a “última grande voz que o mundo precisa descobrir”. É muito importante no julgamento dos textos da revista o reconhecimento que os estrangeiros dão aos artistas e agitadores culturais brasileiros, e este traço será reafirmado constantemente em cada uma das edições da revista. Nesta reportagem, a influência de Elis Regina em cantoras de outro país e também de fora do Brasil

reafirmam o brasileiro como capaz de transgredir os limites de sua fronteira territorial e ser admirada em todos os lugares. Os artistas com esta qualidade são, portanto, os que serão mais exaltados pelas matérias da revista, uma vez que se alinham à cultura-mundo e trazem consigo um traço de “brasilidade”.

Na quarta edição, a relação entre os antagonísticos, postos em linha pelo fio da “relevância”, como expressou editor da RS em seu espaço de comentários, estabeleceu uma continuidade com o terceiro número e uma tendência a desafiar o julgamento dos leitores ao ousar abordar ícones pop considerados “menores” por parte do público e, ainda assim, fazer reportagens interessantes, ignorando as críticas negativas de parte do público. Os quatro primeiros números serviram para que os jornalistas encontrassem um perfil de questionamento acerca de certos personagens da cultura pop, em especial da brasileira, para descobrir um pouco mais sobre suas carreiras e o que os fez estar no topo, ou a caminho dele. Assim, a RS Brasil afirmou o nacional contemporâneo à cultura pop desenvolvida no país e fortemente ligado ao que acontece em outros centros, ao mesmo tempo em que contribui com sua parcela nesta troca internacional intensa, ainda que esta aconteça em um fluxo desigual, como ressaltou Stuart Hall.

Entretanto, há também o lado brasileiro que olhamos sem orgulho e com admiração estupefata, como locais abandonados à própria sorte, uma política que não busca promover o desenvolvimento da nação e situações onde a via do crime é a opção para sobreviver frente a uma estrutura social perversa. Como vimos em DaMatta, há dois Brasis na construção da identidade nacional da RS Brasil em suas quatro primeiras edições, e a conjugação de ambos leva a um entendimento parcial do pensamento que a redação tem do país, e que pode ser aprofundado com a continuação da análise dos quatro números mais recentes da publicação. Mas a marca mais forte da identidade nacional exibida até agora é de um Brasil que também pode ser pop, e que por isto tem seu espaço na cultura-mundo e gera também um grande mercado de consumo relacionado a ele.

3.5 – Um ano e meio depois: RS 20 a 23

As quatro últimas edições da RS Brasil analisadas neste trabalho estão localizadas no período entre maio e agosto de 2008, pouco mais de um ano e meio

depois do lançamento dos primeiros quatro exemplares da revista nas bancas brasileiras. Algumas mudanças foram notadas, especialmente na extinção definitiva do editorial no início de cada volume, o que é uma grande perda relativa ao conhecimento do pensamento dos jornalistas durante o trabalho para a construção destas edições. Esta alteração substitui a participação do editor Ricardo Franca Cruz e a reduz a uma nota em cada seção de cartas mensal ressaltando o trabalho de um repórter específico a cada mês. Outra alteração foi com a inclusão de três novas seções: “Calendário”, “Randômicas” e “Arquivo RS”. As duas primeiras misturam pílulas de informações com imagens, mas com enfoques diversos. A última traz entrevistas clássicas da edição americana com personagens marcantes.

Na “Calendário”, um esquema com todas as datas do mês nas quais ocorreriam shows, seja no Brasil ou em diversos outros locais do mundo, interconectando o período mensal musical em todo o planeta apenas para o conhecimento dos leitores da revista. Já em “Randômicas” personalidades do mundo da cultura pop mundial dividem espaço em uma coluna de fotos com pequenos comentários. Estão presentes artistas ou ícones brasileiros e estrangeiros, e muitos destes últimos em flashes exclusivos de suas passagens recentes pelo Brasil. Esta seção é bastante peculiar, pois ao montar um calendário de eventos “mundial”, em teoria o público brasileiro não poderia segui-lo indo aos shows dos artistas listados, mas se sente acompanhando o que de mais importante acontece no mundo apesar de não estar vendo tudo com os olhos. Afinal, a revista é uma fonte de opção, e o brasileiro que está inserido na cultura-mundo sabe que em determinados dias da semana grandes estrelas da música estarão tocando não só em seu país como em outros. A “Arquivo RS” promete sempre trazer um relato de um momento específico de um cantor, ator, artista ou personalidade icônica em determinado momento de sua carreira, já publicado anos atrás em alguma edição da RS dos EUA.

3.5.1 – RS 20

Ao analisarmos a última das quatro primeiras edições da revista, o perfil da RS observado estava fortemente aliado à ousadia editorial na abordagem de determinados assuntos. A continuação desta forma de atuação na redação das matérias pôde ser

avaliada na seção de cartas da edição 20, em que não há mensagens de leitores, mas sim de governos estaduais, empresas privadas e assessorias de comunicação rebatendo informações veiculadas em edições recentes da revista, prontamente respondidas por repórteres e outras instituições atacadas pelas defesas enviadas à redação da RS. A intencionalidade da seleção destas mensagens está clara na “Nota do Editor”, que exalta o trabalho do repórter Cláudio Tgnolli, colaborador da RS desde a edição inaugural, e ressalta a informação de “interesse público” mensalmente levada a público nas páginas da revista. Todas as matérias questionadas pelas mensagens referem-se a denúncias em locais diferentes do Brasil de práticas como desmatamento e degradação ambiental e sustentabilidade aliado ao desenvolvimento regional deficiente.

Em “Rock & Roll” permanece a orientação de mostrar novos e antigos artistas, a maioria em processo de lançamento ou confecção de novos trabalhos, e também à exploração de trabalhos alternativos às suas carreiras oficiais. Veteranos como Mutantes e KD Lang falam sobre suas novas obras, enquanto Radiohead, Madonna e Eagles aprendem a gerenciar suas próprias carreiras sem o auxílio de grandes gravadoras, o que multiplica seus lucros e acentua a crise da indústria fonográfica. Indústria esta que ainda se apóia em nomes como NXZero e Weezer, capturados em estúdio produzindo novos discos que em breve estariam nas prateleiras. Outra novidade das gravadoras são os adolescentes do Paramore, novos ídolos da geração Emo.

A presença do elemento brasileiro em conexão com o mundo está representada por Moptop, grupo brasileiro que produzia um novo álbum com produtor inglês e participação especial de diversos estrangeiros nas faixas. Outro representante desta produção cultural pop mundial e híbrida que ocorre no país é Rodrigo Moratto, que já morou nos Estados Unidos, onde não conseguiu vencer como cantor, e de volta ao Brasil se aventura a cantar em português. Por outro lado, a dupla eletrônica Twelves, do Rio de Janeiro, quer cada vez mais se afastar do Brasil, pois acham difícil a identificação com a música brasileira atual. A intenção nestas páginas aparentemente foi mostrar a quantidade de pessoas no Brasil que trabalha com música e não está mais restrita às fronteiras. É possível agora trabalhar tanto com foco fora do Brasil como de fato morando fora do Brasil. Assim, o trabalho desenvolvido deixa de ser “brasileiro” em exclusivo e cada vez mais se torna “mundial”.

Outras atitudes em conexão Brasil-mundo que se relacionam com o que foi exposto acima ocorrem em “Acontece”, com os pernambucanos do Baile Envenenado, que misturam clássicos da música nacional dos anos 30 com influências latinas e

caribenhas, *Stop Play Moon*, de São Paulo, que já circula em clubes europeus com electrorock cantado em inglês, mesma língua escolhida pelos mineiros do *The Dead Lover's Twisted Heart*, somando influências de folk americano muito recorrentes na atualidade da segunda metade da década de 2000. Mais concentrados na música brasileira estão Fabiana Cozza, que estuda o samba e leva ao palco o ritmo nacional por excelência com pitadas de candomblé e o jovem pianista Vitor Araújo, que também se debruça sobre a mesma vertente musical de Fabiana, mas de maneira instrumental. Sobra espaço também para os projetos alternativos de Racionais MCs, Céu, Thalma de Freitas e novatos do folk brasileiro Mallu Magalhães, Hélio Flanders e Zé Mazzei.

“P&R” traz a roqueira Pitty como destaque. A coluna, no entanto, parece ter se revelado insuficiente na revista, e acaba se desdobrando em outras duas entrevistas rápidas situadas em meio às matérias e notas de “Rock & Roll” com Ana Carolina e Cee-lo, vocalista do Gnarls Barkley. “Estilo” permanece com o mesmo perfil e quatro páginas de sugestões de produtos a partir do estilo de duas celebridades. O cinema está representado em três ocasiões na edição nº 20. Em “Mixmídia”, produções brasileiras atuais focam a vida de comunidades negras periféricas de grandes centros urbanos, em uma discussão de até que ponto as produções dão visibilidade ou apenas se aproveitam do fator exótico destes locais. Um enfoque parecido com o que foi dado em matéria publicada na RS 03 falando sobre a minissérie “Antônia”, mas mais ampliada. Na outra matéria da seção, a indústria pornô é discutida por cristãos norte-americanos, que se revezam em visitas às produtoras de filmes problematizando a questão do sexo como entretenimento acessível sem mais nenhum critério de faixa etária ou envolvimento, em um movimento que teve início na internet. Esta discussão também estaria chegando ao Brasil, segundo o texto. Outra vez, um assunto similar (a discussão sobre um determinado gênero de produção de TV ou cinema) é mostrado em sua categoria “brasileira” e “estrangeira”. Se no Brasil se discute qual ao motivo das produções audiovisuais se concentrarem nas comunidades periféricas, fora do país se discute os limites da indústria pornográfica, o que mostra que há uma correspondência de interesses simultâneos tanto no Brasil como fora dele. O que muda é apenas o assunto, mas, em última análise, o Brasil também está sintonizado com o que acontece no resto do mundo por fazer parte da cultura deste mundo.

Outros relatos se debruçam sobre a produção e o lançamento do longa metragem de *Sex & The City*, com direito a entrevista com a atriz Sarah Jessica Parker, em que fala bastante do Brasil, os amigos que tem no país e a frequente presença de elementos

brasileiros na série que deu origem ao filme. Outra vez, o Brasil aparece em destaque com a produção de um filme que foi gerado de uma série que foi exibida no país e que tinha muitas vezes personagens ou elementos brasileiros nela. Outra demonstração de que o país faz parte do mundo atual. Em “Arquivo RS”, Harrison Ford, Steven Spielberg e George Lucas falam sobre o então recém-lançado “Indiana Jones e os Caçadores da Arca Perdida”, em matéria de junho de 1981. Menos comprometida com a relação entre o país e o mundo, esta seção se compromete mais em trazer de volta entrevistas e matérias icônicas da revista original, sempre com figuras facilmente reconhecíveis. Inclusive no Brasil.

A política no Brasil e no mundo está representada em três reportagens na RS 20. Cláudio Tognolli desvenda o sistema “Guardião”, da Polícia Federal, que opera ações de escutas telefônicas em pessoas espalhadas por todo o país e que auxilia tanto a investigação de crimes e suspeitas de negociatas políticas quanto, ao ser fornecido para usuários privados, suscita à espionagem e chantagem. No relato, há uma discussão sobre os limites das escutas telefônicas para investigação e sobre que tipo de consequência andam trazendo para o país. A contrapartida seria a vida política orientada para a ética do deputado federal Fernando Gabeira (PV), que entrevistado por Ricardo Franca Cruz é apontado como “o político mais confiável do Brasil”, e que estava às vésperas de concorrer à prefeitura do Rio de Janeiro. Na reportagem, revela mais de sua personalidade e (até a falta de) anseios políticos ao longo de mais de quarenta anos de vida pública, mas ainda ocupando a vanguarda política do país. Seria este o político que precisamos? É a pergunta que a reportagem deixa no ar. Novamente, as páginas separadas para Brasil e Política são as que mais incitam ao pensamento sobre o que vemos acontecer no Brasil e nosso papel no jogo. Mesmo assim, o enfoque primário de todas elas permanece sendo um Brasil que é pop, um política pop com um representante de certa forma folclorizado, além de um assunto que estava em voga na época, como as investigações por grampos de telefone.

Outra reportagem aproxima novamente o leitor do mundo por meio das páginas da Rolling Stone Brasil. Na Palestina, Pedro Carrilho analisa a situação de um povo que é obrigado a conviver com um muro que os separa dos territórios de Israel em decisões políticas que não foram consultadas junto à população, segregando ainda mais a região e mantendo a paz como um sonho cada vez mais distante. Além de falar de uma realidade que não é necessariamente brasileira, mas de discussão mundial, a revista ressalta que há um olhar “brasileiro” sobre a questão, uma vez que o repórter é brasileiro e acaba

depositando nas palavras sua impressão a partir de um ponto de vista que parte do país. Além disto, estabelece com o leitor uma relação de que o Brasil pode ir à palestina para cobrir o país, sem necessariamente ter de traduzir o artigo da RS original, como seria talvez mais fácil proceder. Em apenas uma reportagem, uma coleção de significados pode ser levada até o leitor: uma revista que é conhecida no mundo inteiro, mas em sua versão brasileira, está se preocupando em levar ao público daquele país as coisas que falam de sua realidade, mas também de outras realidades do mundo que importam a este público, uma vez que ele é integrado à realidade mundial e está interessado em saber mais sobre ela. Esta revista, inclusive, pode fazer isso com suas próprias pernas, enviando um correspondente brasileiro ao outro lado do mundo para colher o assunto sob um ponto de vista nosso. No final, reafirma o país como parte ativa no mundo. Em outra reportagem da edição 20, paz e perspectivas de solução que estão no horizonte do “guru do Google”, o médico Larry Brilliant, ex-hippie que frente ao órgão de ação humanitária do gigante da internet que busca curas para doenças, ao menos, alguma forma de ajudar as pessoas aproveitando-se da influência da companhia e tentando fazer seu trabalho ser verdadeiro, e não apenas uma forma de promover a marca da empresa agora global. O enfoque é parecido, uma vez que o médico atua em países da pafrica e busca curas para doenças que acometem pessoas em vários lugares. Mais uma vez, há um personagem nas páginas da RS que atua globalmente mostrado a este público que está sintonizado com a realidade global.

O espaço dedicado à música nas reportagens permanece reduzido se comparado aos outros assuntos, conforme foi descrito anteriormente, e nesta edição apenas duas reportagens o ilustram. Na primeira, o maior intérprete musical masculino da história da música Brasileira, Ney Matogrosso, revela algumas das intimidades de sua personalidade e enfoque de trabalho em franqueza rara, com ênfase no retorno à sua fase mais exibicionista com o recente disco “Inclassificáveis”, de 2007. Uma atitude decididamente rock n’ roll em um artista que poucas vezes flerta com o gênero. Ao contrário dos Rolling Stones, que em um filme dirigido por Martin Scorsese são mostrados em sua turnê mais recente e discutem cinema, rock, blues, longevidade e influência para as novas gerações. O nacional, neste sentido, é retratado em contraponto. Se os Rolling Stones são um clássico musical do mundo, Ney Matogrosso é do Brasil, e também bastante conhecido fora do país, uma vez que é nosso maior intérprete. É também ídolo, transgressor e também longo, como os Rolling Stones.

A tendência de que a música norteia o universo editorial da Rolling Stone continua forte, mas após três edições seguidas analisadas, podemos reforçar ainda mais que esta vertente está mais normalmente representada pelas matérias e notas no começo de cada edição do que propriamente nas reportagens, que caracterizam mais fortemente a identidade editorial da RS como produto diferenciado do restante do nicho. Assim, apesar do conteúdo relativo à música ser, estatisticamente, mais amplo que o restante, a ênfase dada a cultura, política, Brasil, tecnologia e mundo em reportagens mais elaboradas dá ao leitor a sensação de que todos os assuntos estão equilibrados ao longo da distribuição dos textos pelas cerca de 100 páginas de conteúdo jornalístico. Mas a preocupação mais forte foi exatamente ressaltar o elemento nacional frente e integrado ao mundo, apesar de haver nesta edição menos ícones brasileiros. Como se a quantidade fosse trocada pela qualidade, quando o brasileiro apareceu na revista, estava fortemente ligado ao que acontece no mundo e frequentemente participando e colaborando com e junto com ele.

3.5.2 – RS 21

Das seis edições analisadas até o momento, a número 21, com o grupo de rock NX Zero na capa, é a que reúne numericamente mais conteúdo produzido no Brasil e que fala sobre o país, desde música a política e ambientalismo. Das dez reportagens principais da revista, apenas três são sobre ícones e assuntos ligados diretamente outros países; Mas no caso de uma delas, sobre a atualidade em Angola, o assunto guarda grandes conexões com o Brasil. e, inclusive, teve o texto redigido por um repórter brasileiro que esteve no país africano. A presença do elemento estrangeiro aparece, na capa, com destaques para Alanis Morissette, Angola, Stone Temple Pilots e o poeta Charles Bukowski. De cara, ela expõe quase todo o conteúdo de mais força que fala sobre a cultura estrangeira, com as três já discriminadas, além de um destaque para uma matéria menor na seção Rock n' Roll, com Stone Temple Pilots. Outras inserções com ícones estrangeiros ocorrem em notas menores ao longo da revista, dominada pelos rostos e assuntos brasileiros.

As reportagens estritamente internacionais e que não necessariamente se relacionam com o conteúdo brasileiro são uma entrevista com a cantora Alanis Morissette em que é discutida a retomada da carreira a partir de novas formas de

encarar a vida, o sucesso e a relação com a indústria da música, e uma da série “Arquivo RS”, com o poeta e escritor americano Charles Bukowski, mais um dos representantes do tradicional repertório de contracultura presente na revista desde a sua criação. Em uma reportagem de 1978, o poeta fala sobre sua vida, o sucesso tardio e como é sua rotina de escritor. Se Alanis Morissette é mais conhecida do público brasileiro que Charles Bukowski, a intenção da revista não é necessariamente colocar isto em relação, mas o fato de que o leitor da Rolling Stone Brasil pode saber mais sobre artistas internacionais na revista, sendo eles conhecidos ou não. A partir da leitura do volume, o leitor conhecerá mais sobre um mundo já conhecido e sobre aquilo que jamais poderia ter ouvido falar. Isto integra o leitor com a revista, estabelece com ele uma relação de fidelidade.

Outros conteúdos internacionais se resumem a matérias sobre Scarlet Johansson, Stone Temple Pilots, Al Green, Danger Mouse, Green Day, Joss Stone, Black Tide, Fujiya & Miyagi/ Go Team, KT Tunstall, Moby e Gogol Bordello. Destas 12, cinco falam de artistas internacionais, mas são redigidas por brasileiros que realizaram entrevistas e apurações, incluindo o Brasil nas perguntas, uma vez que os artistas estavam a caminho do país (Moby, Gogol Bordello, Joss Stone, Fujiya & Miyagi/ Go Team e KT Tunstall). Novamente, a revista nos diz que podemos entrevistar artistas estrangeiros diretamente do Brasil e perguntá-los sobre o país, situá-lo junto ao imaginário de quem também produz a cultura que consumimos.

O restante da publicação é apenas de conteúdos sobre artistas e manifestações brasileiras e produzidos no Brasil, com exceção à já citada reportagem sobre Angola. A seção “Rock & Roll” inicia com uma matéria sobre downloads legais no Brasil, seguindo com a gravação de um DVD pelo Capital Inicial que continha excessos artísticos até então inéditos no rock nacional. Mudando de estilo, o gaúcho Edu K faz sucesso fora do país com o funk carioca. Zé Ramalho em estúdio fala do novo disco “Tá Tudo Mudando”, uma coletânea de releituras de Bob Dylan em português. A “salada” de conteúdos está ligada a um fio condutor: o internacional que faz parte do que se faz no Brasil. Os downloads ilegais são uma realidade no mundo inteiro e agora também enfrentam o contraponto desta prática legalmente, que também está chegando no Brasil. O Capital Inicial, uma banda de rock brasileira, usa recursos de espetáculos visuais e teatrais que são comuns nas bandas de rock estrangeiras. Edu K leva o funk carioca para fora do país e Zé Ramalho faz, em português, um disco apenas com músicas de Bob

Dylan, um americano que é um ícone referencial no mundo inteiro. É um Brasil pop totalmente sintonizado com a cultura pop do mundo.

“P&R” entrevista Arnaldo Batista, fundador dos Mutantes, que lançava um livro e planejava mais um retorno à música. Os novatos são apresentados com Violins, Festival Casarão (RO), Nina Becker, Projetos alternativos de músicos indies em SP, Arthur Joly, Julia Says, Fuzzcas, Cassim, Club Silêncio, Dissonantes, Primeira Audição e ChicoCorrea. Em “Randômicas” desta edição, uma salada de momentos clicados no Brasil e pelo exterior mostra Amy Winehouse e Madonna na Inglaterra e nos EUA, enquanto músicos do Living Colour e os cantores Johnny Rivers e John Mayall são assediados no Brasil após apresentações. No Brasil também estavam Gogol Bordello e Macy Gray, esta última com Déborah Secco e Daniela Cicarelli na platéia. Na França, o cantor Devendra Banhart circulava de mãos dadas com a atriz Natalie Portman enquanto New Kids On The Block cantavam ao vivo em pleno Rockefeller Center, em Nova York. A seção estilo continua a tendência típica. Desta vez com a atriz Stephany Brito e o VJ Felipe Solari, oferecia peças similares aos estilos que cada um exibia no perfil e foto, todos de marcas conhecidas. A seção contou com quatro páginas e, assim como em “calendário”, há uma mistura do Brasil com o mundo pop aproximando os dois nas páginas das revistas. Pela Rolling Stone, é possível acompanhar cenas cotidianas de artistas pop de todo o mundo e também do Brasil, mostrando como o país também pode produzir cultura que interessa ao público da revista. Em “Mixmídia TV”, emissoras de TV brasileiras exclusivas para a internet apresentavam seus diferenciais mas, de acordo com a reportagem, não trazem inovação ao formato ou ao canal. Um Box do lado direito da página única dedicada à seção sugeria ao leitor séries na TV a cabo.

A tendência brasileira da edição toma uma posição ainda mais forte em “Política Nacional”, que traz um perfil acompanhado de entrevista da então recém-retirada do cargo de ministra do Meio-Ambiente do governo Lula, Marina Silva. Ela revelou quais foram suas políticas para a pasta e a luta que travou pela preservação da Amazônia contra os madeireiros que queriam derrubá-la a todo custo. A reportagem conta com uma espécie de “transição”, uma vez que faz comparações entre a ex-ministra e quem a substituiu no cargo – Carlos Minc. Na página seguinte, um perfil semelhante do novo titular do Meio-Ambiente é apresentado e suas prerrogativas para o trabalho são avaliadas. Ele prometeu continuar lutando pela Amazônia, mas com um sistema de aprovação mais rápido de projetos. A questão amazônica é historicamente uma das mais importantes do país e também afeta o restante do mundo. Nas matérias, o tratamento

dispensado pelo governo à região é discutido por quem esteve à frente do processo e então passou a estar, trazendo parâmetros de análise ao leitor para que este tire suas próprias conclusões sobre o assunto. A partir de política, podemos refletir um pouco mais sobre o Brasil em mais uma seção onde a discussão sobre um elemento brasileiro está mais focada com nossa identidade nacional ligada a território e como povo, deslocando momentaneamente o ícone pop, apesar de os ministros poderem ser classificados também como ícones pop facilmente reconhecíveis, uma vez que frequentemente é possível vê-los na tela da TV ou em matérias de outras revistas e jornais, sendo estes parte de nossa vida cotidiana.

Fortemente ligada às duas reportagens anteriores, outras duas discutiram o mesmo tema focado no ângulo do que acontece no Brasil sobre a questão: o ambientalismo. Na primeira, o casal Germano e Elza Woehl trava uma luta diária pela educação das novas gerações e na defesa de um patrimônio ambiental na mata atlântica brasileira. Casados há 25 anos, desde 1998 moram em cidades diferentes, separados cada um com sua missão relacionada à manutenção do meio-ambiente. Por outro lado, a reportagem “Madeiras de Sangue” exhibe as rotas que a madeira ilegal retirada das matas nacionais segue em todo o país e mundo afora. Contatos com madeireiros, trabalhadores, empresas e autoridades produzem um balanço negativo da indústria da madeira no Brasil e contrapõe visões do país no mesmo assunto.

Em outras duas reportagens, o Brasil permanece sendo o pano de fundo, mas com relação à música e retornando ao enfoque pop. A reportagem de capa, com a banda NX Zero, analisa como um grupo de rock – potencialmente rude e rebelde – pode se apresentar deliberadamente como uma trupe de bons moços e ser, ainda assim, a maior banda do gênero do país na época. Quase uma unanimidade entre o público adolescente que busca alcançar, a banda já arriscava tentar sair do estereótipo formado sobre ela e produzir música menos comercial e mais conceitual dentro de suas propostas e influências. Decisão que o maestro João Donato fez nos anos 1960 e conseguiu se tornar influência de brasileiros e estrangeiros ao produzir uma música única com discos seminais, que ajudaram a definir o formato plural da música do país e que atrai os olhares do mundo até hoje. João Donato e NX Zero se relacionam com o fato de que ambos são brasileiros e fazem parte do mundo da música, mas a relação termina aí. Enquanto os primeiros não são conhecida no restante do mundo, mas são um ícone pop altamente difundido no Brasil produzindo rock, uma música hoje internacional, Donato influencia o mundo inteiro com seu estilo musical montado a partir das suas influências

e estudos sobre a música brasileira. É também uma forma de revelar que o Brasil influencia o mundo ao mesmo tempo em que o mundo influencia o Brasil. Tudo isto revelado em dois artistas diversos.

Nas últimas reportagens da edição ainda há o Brasil envolvido, mas de maneiras diferentes e que ainda assim se relacionam. A apresenta um outro enfoque sobre o país a partir de uma personagem. O repórter Cláudio Tognolli entrevista um ex-integrante dos Carecas do ABC, grupo urbano que atuava na região do interior de São Paulo e que ficou conhecido nos anos 1980 pela violência com que lidava com os adversários no dia-a-dia. O relato descreve uma situação de periferia e pobreza misturada com a raiva da impossibilidade de movimentação social, o que desembocava na violência. O personagem da matéria descreve brigas, fugas, maneiras de pensar e a sistematização da relação no grupo. Hoje um sobrevivente, trabalha como segurança e tem uma filha e continua no mesmo local onde protagonizou um capítulo obscuro na história da região. Na segunda, a realidade atual de Angola é posta em destaque, com a mudança recente do país que, após sair de uma guerra, se reconstrói com a ajuda de muitos países, e um deles é o Brasil. O cotidiano de caos no trânsito, população a se readaptar ao clima de paz, mas ainda carregando feridas abertas de uma longa guerra civil é contado por um repórter brasileiro que visitou o país e trouxe seu relato. Brasileiros também são entrevistados na matéria para dizer o que acham do novo momento de Angola.

A edição 21 mostrou que a RS vem reforçando ao longo das edições o peso da distribuição do conteúdo não com base na distribuição numérica igualitária entre os assuntos abordados e que pretensamente interessam ao público-alvo da revista, mas sim no volume de espaço e desenvolvimento textual cedido a cada temática. Apesar de ser conhecida predominantemente como uma publicação que dá destaque principal à música, esta cada vez mais aparece em intervenções mais numerosas que espaçadas, dando no público a sensação de outras temáticas, como política, Brasil e cultura em geral tem representatividade idêntica nas páginas de cada volume mensal. Em um começo de edição em que a música foi protagonista de sessões mais informativas, esta evoluiu para uma relação entre os artigos que construiu um caminho para provocar no leitor uma relação entre esta e aquela faceta brasileira, em especial sobre o tema do ambientalismo e como ele impacta no Brasil. Outro detalhe foi que ainda ao colocar em evidência menos ícones internacionais, a relação do Brasil com o restante do mundo foi intensa durante a edição, mostrando ao leitor o quanto de Brasil pode ser encontrado no

mundo e também o contrário, em uma contribuição contínua que o público tem a chance de acompanhar comprando a revista.

3.5.3 – RS 22

Brasil China e Estados Unidos se misturaram na edição 22 da RS, publicada em julho de 2008. Em plena vigência da campanha de Barack Obama para a presidência dos Estados Unidos, a capa do mês foi dada ao então senador, que se expunha ao olhar jornalístico sem ser tão sisudo. Nesta estampa da edição, as conseqüências de uma possível eleição de Obama para o Brasil também estavam prometidas já na capa do volume. E um problema que o novo líder poderia ter de encarar, como o terrorismo na China e como ele está sendo combatido. Aliviando a política internacional, Coldplay, Madonna e o Rio São Francisco faziam na capa o contraponto. Novamente, a música aparece bastante diluída entre outros assuntos na revista, ocupando mais as primeiras sessões, em que as notícias são dadas de maneira mais factual e rápida, enquanto as reportagens traçam paralelos entre si incluindo a musica, mas sem deixá-la como elemento dominante.

“Rock & Roll” dá preferência inicial a artistas já consagrados que produzem novos trabalhos, como Metallica, Sepultura, Marcelo D2, Queen, Beck e os quase iniciantes Nervoso e os Calmantes, mistura de músicos relativamente conhecidos da nova geração de diversos locais do Brasil. Em um pano de fundo de gravações recentes de novos trabalhos, brasileiros e estrangeiros têm destaque idêntico, uma vez que este conteúdo futuramente será consumido pelo leitor da Rolling Stone Brasil. Outras matérias curtas trazem relatos de projetos e turnês com Racounters (de Jack White, da banda White Stripes), Rockfellas, Forgotten Boys, TH6, WADO, Marcos Valle, James Blunt, Radiohead, Wilson das Neves e Max Sette. Tal qual a parte da seção exatamente anterior, os planos de shows ocorrem tanto para artistas brasileiros quanto estrangeiros, e o público saberá pela revista quando os shows terão início.

Outros momentos da “Rock & Roll” dedicam perguntas mais pessoais ao cantor e guitarrista do Megadeth, Dave Mustaine, à tatuadora-celebridade americana Kat Von D, o cantor do Weezer, Rivers Cuomo e a cantora Marina Lima, esta presenteada com a “P&R” da edição. A seção “Randômicas” da edição 22 tem quatro páginas, com flashes

da 25ª São Paulo fashion Week e do fashion Rio, todos realizados no mesmo mês de junho. “Estilo” repete a fórmula de sempre com os atores Daniele Suzuki e Gustavo Leão. Estas duas foram incomuns em colocar apenas brasileiros nas duas seções, o que termina aumentando a cumplicidade do leitor brasileiro com a revista, além da possibilidade do consumo que é frequentemente ressaltada neste trabalho.

A relação Brasil x mundo começa a ficar mais forte nesta edição a partir de “Mixmidia Cinema”. Na matéria “A Besta Ressurge”, o novo filme de Zé do Caixão aparece sendo finalizado para lançamento nacional. É a volta de um dos ícones pop brasileiros que até hoje influenciam cineastas no mundo inteiro. José Mojica Marins faz justiça a si próprio e continua uma história que havia interrompido décadas atrás por falta de apoios e estrutura. É uma continuação da matéria apresentada na RS 03, quando o filme estava sendo rodado. Desta vez, o enfoque é na distribuição e exibição da fita no maior número de cinemas possível em todo o país, além da divulgação internacional da continuidade do trabalho do diretor.

Logo depois, inicia-se uma relação de reportagens que mostra a importância de homens que têm nas mãos assuntos de importância que impactam no restante do planeta. O primeiro deles é brasileiro: o ministro do Meio-Ambiente, Carlos Minc, que em “Política Nacional” terá um perfil de sua trajetória política e de vida apresentado ao leitor, um mês depois de ter aparecido mais superficialmente em uma análise após a saída de Marina Silva da pasta. A reportagem já analisa suas primeiras ações como titular do Meio-Ambiente e o que se pode considerar seu estilo característico de gerir o desafio que aparece diante de si, mais conciliador e de resultados rápidos, mas sem deixar de ser intransigente com as exigências técnicas e de compromisso com a preservação e impacto ambiental. Na matéria seguinte, ainda na mesma seção, o foco é no ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, que guarda uma relação bastante estreita com a que traz Minc como personagem central. Sem um trabalho definido em seu cargo, Unger basicamente procura sua ação em diversas pastas, e atua frequentemente em decisões sobre a preservação e utilização estratégica da Amazônia, grande base de atuação da ex-ministra Marina Silva, sua ferrenha opositora. Com um sotaque norte-americano, o brasileiro que foi professor de Harvard agora trabalha no governo Lula que tanto criticou no passado. A matéria é um perfil de apresentação de um político que pode definir muita coisa sobre uma das áreas de influência mais cobiçadas do mundo dado o seu potencial. Estes dois homens que vivem no Brasil e

prioritariamente desenvolvem políticas que têm o Brasil como foco central também o fazem com o interesse do restante do mundo.

O mundo que pode encontrar seu novo dono, segundo o editor da Rolling Stone, Jann Wenner, que batizou o perfil do senador Barack Obama, candidato à presidência dos Estados Unidos, com a pergunta “O Dono do Mundo?”, a reportagem de capa da revista. Durante uma tarde, o jornalista teve acesso irrestrito ao tempo do democrata que, meses mais tarde, seria o primeiro afro-americano a se tornar presidente da maior potência do mundo. A entrevista exclusiva cedida a Wenner mostra um Obama preocupado com o eleitor mais jovem e assumindo um compromisso de ser um presidente que promoverá mudanças na relação do povo com o governo. Ele também avaliou a expectativa mundial com sua candidatura como um desejo global de preocupação com o futuro do planeta. Já para uma provável relação com o Brasil, o jornalista Ricardo Soares traça, em um relato opinativo anexo à reportagem, uma perspectiva de observação, uma vez que o então candidato das frases bem colocadas e de olho no marketing a todo momento dava sinais de que, em termos de relações comerciais com o nosso país, poderia ser ainda mais conservador do que os republicanos de quem era adversário. Uma esperança para o planeta, mas talvez um motivo de preocupação para os interesses brasileiros. As duas matérias, uma logo após a outra, mostra como o Brasil é afetado por decisões que são tomadas em partes distantes do mundo, em uma demonstração de integração da nação com o restante do planeta. Ao mesmo tempo, a revista é posta como um veículo em que o público pode encontrar uma análise sobre este fenômeno de internacionalização do país de uma maneira que não é encontrada em outras publicações, uma vez que tem um estilo de escrita mais opinativo e menos sisudo do que outras publicações que fariam uma análise potencialmente idêntica.

Em outro artigo, a política chinesa de proteção contra terrorismo e violência é a perspectiva analisada na matéria intitulada “O Olho-Que-Tudo-Vê”. Com a neurose que a ameaçada da violência pode oferecer no país oriental, o governo desenvolve um sistema quase neurótico de vigilância que pode fazer de algumas cidades do país as mais vigiadas do planeta e eliminar a privacidade dos cidadãos. Este “totalitarismo high-tech”, como grafa o autor do artigo, já está sendo exportado para países como os EUA de Obama. Muito provavelmente, ele pode chegar ao Brasil a qualquer momento, uma vez que é um serviço que tem a pretensão de se espalhar pelo mundo.

Na última matéria ligada a questões políticas e de interesse do público geral, a discussão sobre a transposição do Rio São Francisco é tema de “Conexão Brasilis”. A reportagem mergulha na realidade de um município que é cortado por vários canais de irrigação que, apesar de vistosos, são vigiados e proibidos para a população. Com a transposição, a população que supostamente receberá as águas do Velho Chico poderá vir a sofrer o mesmo que os sertanejos de Mandacaru, no Ceará, que ilustra a matéria. A transposição é um dos temas mais polêmicos da história do Brasil, e no relato da reportagem há uma possibilidade de o processo estabelecer uma nova forma de poder para a submissão de pessoas que não serão diretamente contempladas com a água que será desviada do rio. Uma discussão que não é normalmente feita na imprensa ou nos espaços de discussão atuais. Novamente, é um espaço para o debate da condição brasileira na revista.

Voltando ao faço da música, uma antiga entrevista com Madonna, do ano de 1984, traça um perfil da estrela ascendente que, mais tarde, seria revolucionária na indústria musical. Em outra reportagem, o cantor e pianista do Coldplay, Chris Martin, é personagem de uma matéria em que sua personalidade é desmistificada e ele é apontado como uma pessoa careta e tranqüila, apesar de ser líder de uma das bandas mais importantes do rock na atualidade.

A edição 22 da RS continuou o processo de associação do Brasil ao conceito de cultura-mundo. A cada volume, a inserção de ícones brasileiros no cotidiano de pessoas e movimentos ao redor do mundo é apresentada com mais intensidade e de maneiras diversificadas, tanto com brasileiros representativos na cultura ou política mundiais como com entrevistas a artistas estrangeiros que estão a caminho do Brasil e que podem conhecer coisas do país que os leitores não tinham conhecimento. A música também permanece forte, mas os assuntos outros ligados à cultura que interessaria ao público-alvo da revista também tem participação fundamental no volume.

3.5.4 – RS 23

Na última edição analisada neste trabalho, a 23, o perfil da publicação permanece o mesmo, com especial semelhança entre esta edição e a passada. Mas há uma definição particularmente importante para a análise deste trabalho partindo da figura icônica do escritor Paulo Coelho. Com os dizeres “Como o brasileiro mais

influyente do mundo enfeitou a elite global”, a revista anuncia mais exemplos de brasileiros que estão inseridos na cultura pop mundial, mas com uma importância-chave de Paulo Coelho, a qual será mais profundamente analisada à frente. Outro exemplo que se alinha com esta visão já anunciado na estampa é o do diretor Fernando Meirelles, o “Embaixador do cinema nacional”. Os demais destaques – os maiores – dão importância mais elevada a matérias escritas no Brasil, enquanto figuras estrangeiras – David Bowie e Amy Winehouse -, aparecem diluídas já na capa. O conteúdo relacionado a artistas e figuras estrangeiras permanecerá, inclusive, diluído no restante da edição.

Em “Rock & Roll”, O Rappa, e Rômulo Fróes dividirão com Peter Björn and John e Lily Allen matérias sobre gravações de discos em andamento, enquanto The Hives, Mike Mogis – da banda Bright Eyes -, foram entrevistados por brasileiros falando do país ou durante visitas por ele. A discussão sobre novas (e velhas) mídias físicas de música, com o CD e o vinil, foram discutidas em “Bala na Agulha”, matéria em que números de associações mundiais foram apresentados, mas a repercussão dos dados foi feita especialmente com artistas nacionais como Lenine e Caetano Veloso, que lançariam à época trabalhos novos nos dois formatos. Desta forma, temos um assunto que é gerado fora do país, mas sua repercussão pode ser feita com artistas da terra, pois estes também vivem esta realidade tecnológica.

“P&R” dedicou uma página para a cantora Marisa Monte, que meses atrás havia sido capa de uma das revistas, não analisada neste trabalho. Outras duas matérias tratavam de novidades frutíferas do pop/rock nacionais, como Vanguard e Moptop, já em busca de atingir maiores públicos Brasil afora e refletindo sobre as influências assumidas de grupos internacionais no som dos dois grupos. As novidades permanecem na apresentação das bandas Pata de Elefante, Twinpine(s), Marcia Castro, Locomotores, Aerocirco e Nave S.A. Sobrou ainda para os ícones estrangeiros uma rápida entrevista com a cantora britânica Leona Lewis e um relato em formato de reportagem da edição mais recente do festival inglês Glastonbury, que tinha a banda brasileira Cansei de ser Sexy como uma das atrações do evento. A matéria foi escrita por um correspondente brasileiro especialmente enviado ao país. As novidades de videogames e jogos de computador na feira de jogos eletrônicos E3 foram apresentadas em um longo texto que relatou as diversões virtuais recém-lançadas e que em breve chegariam ao mercado brasileiro no “Especial E3”. Todos estes lançamentos poderiam ser conferidos no mercado de games do Brasil em breve, ressaltava o texto da matéria. Este especial ocupou o lugar que normalmente seria de “Mixmídia” e se estendeu por cinco páginas.

“Estilo” e “Calendário” mantiveram suas características típicas, enquanto “Randômicas” trouxe fotos de pais famosos e seus filhos durante o feriado do dia dos pais. Nesta edição, no entanto, houve clara predominância entre os ícones nacionais em relação aos internacionais. De 13 fotos de pais e filhos famosos, 11 eram de brasileiros. Carlos León e Lourdes Maria, filha de Madonna, e Paul e Stella McCartney foram os únicos representantes de fora do país na seção.

Nesta edição da RS, poucas reportagens de maior fôlego dividem as páginas do volume, mas a relação entre elas não deixa de ser típica. Duas delas abordam, de maneiras diferentes, como a política e a corrupção no país podem trazer prejuízos à população. Em “Política Nacional”, a reportagem “O Direito ao Voto?” se debruça sobre a influência política que as milícias que dominam cinco favelas cariocas conseguiram ao cooptar a população dominada pela “proteção” dos controladores das comunidades para que representantes no poderes legislativos estadual e federal fossem eleitos no pleito do último ano de 2006. As denúncias de compra de votos e de pressão aos cidadãos estão sendo investigadas pela Justiça Federal. Por meio do relato, o leitor é chamado a refletir sobre o fenômeno de sucateamento da segurança pública carioca que produz a existência de milícias nas zonas mais pobres da cidade, e que passam a influenciar outra instituição desacreditada no país, a política. Algo parecido é narrado sob outro ponto de vista em “Mercado Para Morrer”, reportagem escrita por Gustavo de Almeida e que retrata os mais recentes dias do médico e ex-delegado Daniel Ponte. Ele é personagem de denúncias sérias contra policiais e médicos legistas no Rio de Janeiro e há anos está marcado para morrer. Inimigo de diversos policiais e profissionais de saúde que armam esquemas de fraudes no erário público, ele relata sua saga e revela desencanto com a Justiça brasileira. Como testemunha em diversas denúncias, foi obrigado a mudar de vida e, na época, precisou deixar o Brasil, processo que foi acompanhado pelo repórter. As duas matérias trazem pontos de vista sobre dramas que os sistemas de corrupção e falcaturas podem trazer a uma pessoa sozinha ou a toda uma comunidade no Brasil.

Outras faces do Brasil, estas mais amenas e “celebrativas” do caráter de mistura, assimilação, transformação e influência da cultura do país, por assim dizer, foram expostas em reportagens que mesclavam entrevistas com o escritor Paulo Coelho e o cineasta Fernando Meirelles. Mas é na reportagem de capa que reside o ponto mais importante desta última edição analisada. No perfil do escritor, “A Força de Paulo Coelho” foi revelada a partir de três horas de conversas travadas entre o ícone e o editor

a RS, Ricardo Franca Cruz, no apartamento do primeiro em Paris, no que possivelmente pode ser definido como a mais importante reportagem da RS nos oito volumes analisados para o objetivo do trabalho em um nível geral. Paulo Coelho comenta ao longo de cinco páginas sua biografia oficial, a saga de divulgação que o fez ser conhecido e reconhecido pela elite mundial², reclama da falta de reconhecimento no Brasil e fala sobre convicções materiais e espirituais. Entretanto, a relação com sua influência planetária e interações com pessoas que, como ele, tem alcance quase ilimitado e prescindindo de fronteiras geográficas e culturais o faz ser, de acordo com o repórter, um integrante da “Superelite”. Para reforçar a teoria exposta na matéria – alcançada devido ao tema do mais recente livro de Paulo Coelho, “O Vencedor Está Só” - Ricardo Franca Cruz cita o autor norte-americano David Rothkopf, que em “Superclasse – A Elite que influencia milhões de pessoas ao redor do mundo”. No livro, o autor diz:

(...) pouco mais de seis mil indivíduos cuja influência pode ser sentida globalmente sem limites de fronteiras territoriais, políticas ou econômicas (...), o que lhes concede “(..) um grande papel na definição do sentido da nossa época, determinando quais pontos de vista serão aceitos e quais não, e quais serão nossas prioridades” (CRUZ, op. cit. ROTHKOPF, David)

O trecho citado busca definir qual a extensão do poder deste brasileiro, que segundo a matéria é o escritor mais conhecido do mundo. Em um plano mais amplo, a definição dada a Paulo Coelho é a da possibilidade de integração e atuação que o brasileiro atual pode ter frente ao mundo a partir do momento em que passa a ser um cidadão que, mesmo inscrito em seu território original – mas sem que isto seja de fato uma regra – pode ser conhecido e influenciar pessoas. Em última análise, Paulo Coelho é o resumo personificado do leitor da Rolling Stone: consciente de sua atuação no mundo, usufruidor e sujeito da cultura brasileira e internacional, capaz de viajar para diversos lugares no Brasil e fora dele, atuar em diversos contextos culturais, sociais, políticos e econômicos e interessado em visões diversas da vida trazidas por múltiplos canais. Uma análise parecida pode ser também dispensada a Fernando Meirelles, o cineasta brasileiro que dirige filmes com atores e equipes internacionais e que recentemente divulgava “Ensaio Sobre a Cegueira”, adaptado do romance do português

2 Na reportagem são citadas a título de “currículo” suas 17 obras, 74 editores mundo afora, mais de 100 milhões de livros vendidos no planeta em traduções para 66 idiomas, título de Mensageiro da Paz e Embaixador Europeu de Cultura pela ONU, e Cavaleiro da Ordem Nacional da Legião de Honra francesa. Para o autor, “se ele fosse um músico, seria um Beatle. Ou Michael Jackson, ou Madonna. ‘E se eu fosse um refrigerante, seria a Cola-Cola’.” (CRUZ, Ricardo Franca, Rolling Stone 23, pág 64, 2008)

José Saramago. Atuando como “o embaixador do cinema nacional”, Meirelles revelou ao repórter que sempre tenta dar uma cara brasileira aos seus filmes, mesmo quando estes estão predominantemente sendo protagonizados por atores de Hollywood. Para isto, inclui locações no Brasil, parte da equipe trazida do Brasil e outros detalhes. Nos dois perfis-entrevista, há uma intencionalidade de trazer ao leitor duas personalidades bastante influentes e que, de alguma forma, carregam o nome do Brasil com elas para o resto do mundo, ampliando a influência que o Brasil passa a ter na cultura pop do mundo.

O último volume analisado trouxe as características básicas que formam uma típica edição da Rolling Stone brasileira, em especial as quatro últimas analisadas, que apesar de variarem em temas, giravam em torno da mesma estrutura de organização de conteúdo. A reportagem com Paulo Coelho no entanto, e de maneira não-proposital para os fins de encerramento deste capítulo de análise, trouxe ao leitor um esclarecimento mais forte sobre qual o perfil dele mesmo. Um autor globalizado ao extremo e que, ao contar suas desventuras na globalizada Rolling Stone, estabelece uma sintonia entre quem faz a cultura que merece estar nas páginas da revista e como o pensamento do leitor típico da publicação pode fazer com que este mesmo seja um agente de transformação, atuação e influência no mundo hibridizado. Desta maneira, o brasileiro se torna mais “cidadão do mundo”, e pode muito bem fazê-lo a partir do conhecimento dos temas e ícones que a RS traz mensalmente em suas páginas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao isolar um objeto de discussão na revista Rolling Stone Brasil que está relacionado à forma como a identidade nacional brasileira é apresentada nas páginas desta revista que tem periodicidade mensal e um volume aproximado de 130 páginas a cada edição, temos que nos preocupar com alguns estudos e conceitos referenciais sobre como a identidade veio sendo discutida e abordada em alguns estudos clássicos iniciados pelos intelectuais dos Cultural Studies ingleses do século passado. A efervescente discussão sobre este tema está presente em diversos campos de estudo, desde a comunicação passando pela antropologia, a política e muitos outros, especialmente por vivermos uma época em que a perda e crise de identidades é uma realidade e saber qual o espaço de cada um no mundo é fundamental. Exatamente por isto, a curiosidade sobre como é tratada a imagem da identidade do país em uma revista que é a filial brasileira de uma das maiores instituições do jornalismo cultural do mercado editorial mundial é uma curiosidade que moveu esforços de coletar dados e conceitos para que uma noção fosse alcançada. Como os brasileiros que escrevem e editam a Rolling Stone Brasil enxergam o país e como o projetam para seus leitores?

A partir desta curiosidade, conhecer o caminho a partir do qual o pensamento sobre como a identidade do homem foi representada ao longo dos tempos é necessário, e uma perspectiva sobre este assunto é revelada por Stuart Hall ao longo de um de seus trabalhos. Em “Identidade Cultural na Pós-Modernidade” o autor jamaicano reflete sobre como o tema foi encarado em diferentes momentos históricos a partir do Iluminismo, quando os estudos sobre o homem começaram a ser encarados com mais frequência por pensadores da época. A partir da simplicidade das visões, o homem tinha uma identidade fixa e estava convencido de que sua atuação e alteração do mundo se daria por meio de sua intelectualidade. Entretanto, a maneira como a vida se tornou mais complexa e integrada fez com que esta identidade também fosse a níveis de compreensão mais alargados, resultando daí a necessidade do homem de pensar no imaginário sobre si mesmo a relação que se estabelecia com a sociedade, as trocas comerciais e a presença de elementos humanos cada vez mais diversos, em um

adiantamento do que um dia viria a ser nossa relação cada vez mais próxima com o outro no restante do mundo. Com o tempo e o desenvolvimento de novos conhecimentos sobre a humanidade, definir o homem se tornou ainda mais difícil, e a pós-modernidade o obrigou a levar em consideração que a identidade não pode ser apenas uma. Ela é múltipla, é acionada a cada ocasião de maneira diversa a depender dos elementos presentes no momento em que um posicionamento identitário é necessário. O deslocamento do sujeito ao longo do tempo é uma consequência de como a sociedade se tornou mais integrada e de como, essencialmente, as identidades são manifestações da nossa imaginação. A representação desta forma de definir o sujeito nos fez, ao longo do tempo, identificar o que nos faz sentir pertencentes a alguma coisa a partir das projeções que o ambiente tem sobre nós. E, neste sentido, a identidade nacional é uma das principais representações.

Criada para unificar povos em torno de uma noção de pertencimento geral, a identidade nacional opera com uma série de estratégias, que vão desde o cultivo de um suposto passado comum e que faz parte de nosso ser até mesmo a prática do mesmo idioma, a partilha do território e a relação com os vizinhos, que ao reconhecerem o nacional diferente ao lado também fortalecem nossa noção relativa ao assunto. Apesar disto, permanecemos diferentes, e é o que o atual descentramento do sujeito nos faz lembrar a todo o instante a partir do contato com o diferente que é cada dia mais intenso. Este processo, que já era intenso, se torna inevitável diante do fenômeno da globalização, que nos põe a todo o instante em contato com o que não somos, mas que também aprendemos a levar em consideração e até mesmo a adotar, em parte, como nosso, a partir do diálogo.

Ao passo em que todos, mais e mais, compartilhamos de códigos de diversos lugares, professamos várias culturas e podemos a cada dia escolher que identidade podemos assumir diante do mundo, quem somos nós? Para Néstor Garcia Canclini, somos “híbridos”. Criaturas que lidam com um repertório cultural e identitário diverso de tal maneira que somos capazes de, ao mesmo tempo, pertencer a todos os lugares e a lugar nenhum, posto que estamos inscritos fisicamente a um território, mas temos a condição, com as tecnologias atuais e a convivência de realidades e visões de mundo, de atuar nas mais diferentes escalas e ambientes, uma vez que as estruturas se combinam e criam outras novas, inclusive com a noção de identidade nacional. Diante desta realidade, faz sentido hoje pensar em identidade nacional?

No Brasil, este dilema já era uma realidade quando os primeiros estudiosos pensaram a nação, sua formação e seu caráter. Ao identificarmos a dificuldade em nos reconhecer como algo único, aprendemos ao longo do tempo, por meio da representação levada a cabo por pesquisadores e governos, a imaginar a nós mesmos como um encontro de diferentes que gera um único baseado especialmente nesta diferença que convive harmonicamente. De três raças que se combinaram e geraram um Brasil que lida com as contradições o tempo inteiro e busca na relação entre os extremos seu lugar de atuação perante o mundo e a si mesmo. Esta representação, no entanto, também sofre deslocamentos. Afinal, o Brasil cada vez mais se integra ao mundo, troca informações e agrega culturas à sua própria, ao ponto que também fornece outros paradigmas de diálogo com outras regiões e pontos de vista. Hoje, quem somos perante o mundo e como nos posicionar diante dele?

Uma boa tentativa resposta para o dilema da identidade e de como aplicá-la na realidade prática hoje busca ser conseguida por meio do consumo. De acordo com Canclini, com o descrédito das instituições forjadas pelo próprio homem como a política e a cidadania como se conhece de maneira a figurar nas constituições nacionais, podemos atuar em todas as culturas do mundo inteiro usando o que podemos obter consumindo meios de comunicação para ampliarmos nossos horizontes a partir desta mediação. E passamos para o plano do consumo nossa atuação cidadã, uma vez que parece não haver mais espaço para a organização social, a atuação direta ou a reivindicação dos direitos. Nossa nova relação com o mundo pode ser comprada e, ao ser paga, a contrapartida pode ser exigida. É neste cenário de atuação que se situa a chegada da Rolling Stone Brasil ao cenário editorial brasileiro.

Em outubro de 2006 esta nova publicação chegou às bancas com o know-how de uma das maiores franquias jornalísticas do mundo, mas com um quê de brasileiro espalhado em suas páginas. Mas o que era este “quê” brasileiro que podia ser evocado das palavras dos editoriais da publicação ao longo das edições? A pergunta gerou investigações em oito volumes da revista em dois períodos diversos: o primeiro datou do início de sua publicação, com a leitura crítica das edições de 1 a 4. Já o segundo individualizou um período um ano e meio mais tarde, compreendendo as edições 20 a 23. A partir do que foi encontrado no conjunto de notas, matérias e reportagens, foi possível chegar a algumas conclusões acerca de como a identidade nacional brasileira foi montada ao longo de 100 páginas por mês, segundo as restrições de análise.

A primeira, e uma das mais importantes, gira em torno do fato de que, na maioria dos momentos em que a Rolling Stone aciona o elemento brasileiro em suas páginas, o faz para criar com o leitor uma relação de identificação que permita a ele enxergar, nas páginas da revista, ícones da cultura pop brasileira reconhecíveis. Desta maneira, opta por não discutir qual a identidade brasileira real, o que somos em nosso cotidiano e o que queremos ser. Ao abrir o volume mensal, é possível perceber que há ali um veículo que presta atenção e valoriza um séquito de nossa cultura, mas que não está necessariamente buscando abrir um debate sobre conceitos e visões de mundo sobre o Brasil, não busca incentivar a procura de um sentimento brasileiro baseado no território ou na bandeira do país. A relação estabelecida com o leitor quando o elemento brasileiro entra em cena é para atraí-lo a reconhecer a Rolling Stone como um produto que, mesmo carregando a marca de uma gigante do jornalismo cultural dos Estados Unidos e do mundo, é feita de fato no Brasil e inclui este Brasil de uma visão a partir da cultura pop como parte importante de sua produção.

A segunda conclusão é que, ao escolher a identidade brasileira dentro da cultura pop, a revista acaba convocando o leitor a ter uma relação de consumo com ela. Além do fato óbvio da revista precisar ser comprada por alguém para ser lida, boa parte das notas, matérias e reportagens da RS Brasil envolvem temas que podem ser consumidos, especialmente a música, uma vez que esta é a visão de mundo preferencial deste projeto editorial. Em todas as edições analisadas há sugestões de compras com preços cotados e lista de onde os produtos podem ser encontrados, além de resenhas sobre este ou aquele produto, disco ou filme ao longo das matérias e que podem ser comprados, consumidos. A revista, ao lidar com assuntos em que a possibilidade de fruição e conhecimento por meio do consumo está fortemente identificada, não procura afastar-se desta possibilidade, mas exatamente o contrário. Esta tendência está explícita nas considerações do editor-chefe, Ricardo Franca Cruz, quando este declara na primeira edição da revista quem é o público-alvo da Rolling Stone Brasil: a pessoa que já passou da adolescência, gosta de ler, se interessa por cultura e tem na música sua principal ferramenta de relação com o mundo. Por trás destes interesses há a necessidade do consumo de todos eles para que a relação encontre seu fim.

Derivada destas duas conclusões surge a terceira: se a brasilidade que está inserida sobretudo no referencial pop do qual o leitor partilha e se a relação prioritária com esta audiência é por via do consumo, o editor da Rolling Stone Brasil, quando expôs em seu discurso um esforço editorial de produzir uma revista “tipicamente

brasileira”, alcançou seu objetivo em um ponto de vista de relação com o público-alvo a partir dos recursos do qual lançou mão ao longo de oito edições. Para a RS, o “tipicamente nacional” de hoje é exatamente este brasileiro que conjuga suas referências nacionais com o que vem de fora do país e é reconfigurado. A atual construção desta identidade, para quem produz a revista, passa por todas estas noções. Apesar disto, não houve muitas tentativas de oferecer ao leitor uma reflexão sobre o caro conceito da “brasilidade” como é mais academicamente discutido, a exemplo do que expôs Damatta ou no caminho percorrido por Ortiz ao resgatar a construção deste conceito pelos intelectuais do Brasil, o que pode frustrar quem teve pretensões de encontrar nos volumes esta discussão. As exceções são a maioria das matérias das seções “Política Nacional” e “Conexão Brasilis”, que puseram na revista doses de debate sobre temas mais ou menos polêmicos ou desconhecidos sobre o Brasil, nossa forma de ver o país e um olhar crítico sobre políticos e a forma de representação nesta esfera. Por outro lado, se ainda não sabemos sequer o que é de o “tipicamente nacional”, e nem se um dia descobriremos o que é, por que o deveríamos buscá-lo na Rolling Stone Brasil se a publicação não se preocupou em discutir esta condição?

Para a Rolling Stone, o brasileiro almejado pelo seu trabalho é aquele que está inserido na cultura mundial a partir das características que normalmente identificam um nativo de um país (língua, local de nascimento, consciência das fronteiras políticas), mas que tem a noção de que é capaz de ter consigo um leque de visões de mundo, de identidades, e que estas estão expostas nas páginas da revista. A atuação destas identidades disponíveis pode ocorrer em qualquer ambiente, seja ele o físico ou o virtual, e boa parte do conhecimento deste mundo pode ser adquirido por meio do consumo da revista.

As conclusões, por um lado, frustram as expectativas originais que motivaram a confecção do trabalho, uma vez que havia um vislumbre de que, ao estar voltada para o jornalismo cultural, que envolve fortemente em suas discussões a questão da identidade, a Rolling Stone brasileira pudesse promover um debate sobre o nacional em suas páginas, uma vez que também luta eternamente para se provar uma publicação que independe da original americana. Mas, a partir dos comentários editoriais do jornalista Ricardo Franca Cruz, a expectativa foi gerada e, dentro do que se propôs, alcançou seu objetivo.

Foi possível também inserir elementos de discussão nas matérias que mergulhavam mais em temáticas sobre o Brasil e também mantendo a via pop

preferencialmente escolhida pela revista, uma vez que os “ganchos” das matérias falavam sobre realidades brasileiras que, ainda que desconhecidas para boa parte do público, são ao menos reconhecíveis como parte integrante do que o país vive. Isto permitiu aos escritores maior liberdade para desenvolver o texto, convidar o leitor a uma reflexão e, ainda assim, se manter ao que a RS propõe mensalmente. Isto gerou frequentemente reações positivas por parte do público, expressas na seção de cartas, mas foi uma opção da revista não generalizar esta categoria editorial, preferindo continuar com o viés pop e de consumo, absolutamente alinhado com o público que a revista gostaria de alcançar.

É importante lembrar que as oito revistas escolhidas retratam apenas uma parte do que a Rolling Stone pode ser, pois outras matérias em outros volumes podem provocar reações diversos nos leitores e também, em algum momento da publicação, a linha editorial pode mudar radicalmente. Entretanto, as impressões retiradas a partir deste período de análise mostram que, naquele momento, a configuração da Rolling Stone apontava naquela direção, que preferiu seguir por este e não aquele caminho, sendo um razoável retrato da época em que estavam nas bancas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORBISIER: Roland. **Formação e Problemas da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

DAMATTA, Roberto, **O que faz o Brasil, Brasil?** 12 ed. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2001.

_____. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990

DERRIDA, Jacques. **Writing and Difference**. Londres: Routledge, 1981.

FOULCAULT, Michel. **Madness and Civilization**. Londres: Tavistock, 1967.

_____. **Birth of the Clinic**. Londres: Tavistock, 1963.

_____. **Discipline and Punish**. Londres: Allen Lane, 1975.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

_____. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: José Olympio.

_____. **Interpretação do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**. Edusp, 4ª ed, 2008.

_____. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 7ª edição, 2002.

LACAN, Jacques. *The Mirror stage as formative of the function of I*. In: **Écrits**. Londres: Tavistock, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *The Communist Manifesto*. In **Revolutions of 1948**. Harmondsworth: Penguin Books, 1973.

NINA RODRIGUES, Raimundo. **As Coletividades Anormais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1939.

_____. **As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

_____. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1945.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

_____. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**, Ed. Brasiliense, 1985.

PASSOS, João; CASSANO, Maurício. *Rock e atitude embalam balada da Rolling Stone*. **Revista Caras**, São Paulo, ed. 735, outubro de 2006. Disponível em <http://www.caras.com.br/edicoes/735/textos/rock-e-atitude-embalam-balada-da-rolling-stone/>. Acesso em 17 outubro 2008.

ROMERO, Sílvio. **A História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

_____. **Cantos Populares no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

ROTHKOPF, David. **Superclasse: A Elite que influencia milhões de pessoas ao redor do mundo**. São Paulo: Ed. Agir, 2008.

SCRUTON, Roger. *Authority and allegiance*. In DONALD, James; HALL, Stuart (org). **Politics and Ideology**. Milton Keynes: Open University Press, 1986.